



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA – UFRR  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PRPPG  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E FRONTEIRAS - PPGSOF

PAULO SERGIO RODRIGUES DA SILVA

**A VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS EM RORAIMA** – uma análise histórica a partir do jornal Folha de Boa Vista (1996 a 2005).

Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras na Amazônia, da Universidade Federal de Roraima, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Sociedade e Fronteiras. Área de concentração: Sociedade e Política.

Orientador: Prof. Dr. Jaci Guilherme Vieira

Boa Vista, RR  
2014

PAULO SÉRGIO RODRIGUES DA SILVA

**A VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS EM RORAIMA** – uma análise histórica a partir do jornal Folha de Boa Vista (1996 a 2005)

Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras na Amazônia, da Universidade Federal de Roraima, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Sociedade e Fronteiras. Área de concentração: Sociedade e Política.

Orientador: Prof. Dr. Jaci Guilherme Vieira

Boa Vista, RR  
2014

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)  
Biblioteca Central da Universidade Federal de Roraima

S586v Silva, Paulo Sergio Rodrigues da.  
A violência contra os povos indígenas em Roraima: uma análise histórica a partir do Jornal Folha de Boa vista (1996 a 2005) / Paulo Sergio Rodrigues da Silva. -- Boa Vista, 2014.  
150 p. : il.

Orientador: Prof. Dr. Jaci Guilherme Vieira.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Roraima, Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras.

1 - . Violência indígena. 2 – Mídia impressa. 3 – Jornal Folha de Boa Vista. 4 – Conflitos. I - Título. II – Vieira, Jaci Guilherme (orientador).

CDU- 39:301.153.2

PAULO SÉRGIO RODRIGUES DA SILVA

**A VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS EM RORAIMA** – uma análise histórica a partir do jornal folha de boa vista (1996 a 2005)

Dissertação apresentada como pré-requisito para a conclusão do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima. Área de concentração: Linha 1: Sociedade e Política. Defendida em 5 de fevereiro de 2014 e avaliada pela banca examinadora:

---

Dr. Jaci Guilherme Vieira

Orientador / Departamento de História - UFRR

---

Dra. Maria Luiza Fernandes

Departamento de História - UFRR

---

Dr. José Carlos Franco de Lima

Departamento de Antropologia - UFRR

Em memória a todas as lideranças indígenas assassinadas e vítimas de ações violentas em Roraima, no processo de demarcação e homologação da Área Indígena Raposa Serra do Sol.

## **AGRADECIMENTO**

A todos os professores do curso do curso do Mestrado em Sociedade e Fronteiras, da Universidade Federal de Roraima, especialmente ao professor Dr. Jaci Guilherme Vieira por me acompanhar nas orientações oferecendo o melhor de sua crítica ao trabalho.

Agradeço também ao pessoal do Conselho Indígena de Roraima-CIR, por disponibilizarem farto material e também a minha amiga Joênia Batista Carvalho.

Aos meus amigos do Mestrado, que discutiram comigo algumas ideias e teceram críticas construtivas ao projeto de pesquisa inicial.

As minhas considerações especiais a Sheila Praxedes, colega de trabalho, que não poupou tempo para ler a dissertação e indicar os caminhos de correções.

Não posso deixar de agradecer ao pessoal da Diocese de Roraima por abrir às portas para a pesquisa e também ao Instituto Missões Consolata.

Por fim, agradeço a minha esposa Maria Silvana e a minha filha Isis Valentina, pela gratidão e afeto.

Que fiquem em nossas lembranças os horrores de tantas agressões que o homem branco do Brasil já cometeu contra o homem nativo desta terra, e que a história possa nos ensinar métodos de mudanças de atitude.

João Renôr F. de Carvalho

## RESUMO

Esta dissertação de mestrado é o resultado de uma ampla pesquisa sobre a história da imprensa e a questão da violência contra os povos indígenas em Roraima, com ênfase no enfoque dado pelo jornal Folha de Boa Vista. A falsa convivência pacífica entre brancos e índios em Roraima, como anunciam alguns políticos, empresários, fazendeiros e outros, é um dos pontos centrais apresentados. O mito da convivência fraterna entre brancos e índios é desconstruído historicamente com os fatos pesquisados em vários jornais e outras fontes. Nessa dissertação analisaremos o comportamento da mídia – Jornal Folha de Boa Vista – em relação à veiculação de notícias sobre a violência contra os povos indígenas, no período de 1996 a 2005, questão que se relaciona diretamente com a homologação da Terra Raposa Serra do Sol. Investiga-se no jornal como o jogo ideológico da classe dominante manipula a informação sobre a violência indígena. Abordaremos a história da imprensa escrita no período do Rio Branco ao estado de Roraima. Serão considerados os principais jornais que circularam aqui, alguns jornais não foram mencionados por falta de registros documentais ou porque durante a pesquisa não foi possível localizar essas fontes. Procuraremos desmontar o mito da convivência pacífica entre brancos e índios em Roraima, comprovando que índios e não-índios nunca viveram harmoniosamente. Os conflitos violentos e evidentes entre os não-índios e os povos indígenas na disputa pela terra foram dissimulados pela retórica ideológica veiculada na imprensa local. E, enfim, discutiremos na parte final da dissertação, objeto central da pesquisa, como o jornal Folha de Boa Vista lida com a informação quando o assunto é a violência indígena.

**Palavras-chave:** Violência indígena; mídia impressa; jornal Folha de Boa Vista; conflitos.



## ABSTRACT

This dissertation is the result of extensive research into the history of the press and the issue of violence against indigenous peoples in Roraima, with emphasis on the approach taken by the newspaper Folha de Boa Vista. False peaceful coexistence between whites and Indians in Roraima, as announced some politicians, businessmen, farmers and others, is one of the central points made. The myth of fraternal coexistence between whites and Indians is deconstructed with historically researched facts in several newspapers and other sources. This dissertation will analyze the behavior of the media - the newspaper Folha de Boa Vista - for the dissemination of news about violence against indigenous peoples in the period 1996-2005, an issue that directly relates to the ratification of the Raposa Serra do Sol is investigated in the paper as the ideological game of the ruling class manipulates the information on indigenous violence. We will discuss the history of print media in the period of the White River to the state of Roraima. Will be considered the major newspapers that circulated here, some newspapers were not mentioned for lack of documentary records or because during the search could not locate these sources. Seek to dismantle the myth of peaceful coexistence between whites and Indians in Roraima, proving that Indians and non-Indians never lived harmoniously. The violent and obvious conflicts between Indians and non-indigenous peoples in land dispute were concealed by ideological rhetoric conveyed in the local press. And finally, we will discuss in the final part of the dissertation, the central object of research, such as the newspaper Folha de Boa Vista handles information when it comes to indigenous violence.

**Key words:** Violence indigenous; printed media; newspaper Folha de Boa Vista; conflicts.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b>	Prédio do Jornal Brasil Norte.....	40
<b>Figura 2</b>	Outdoor – Sobre o 3º ano da desintrusão da Raposa Serra do Sol.....	76
<b>Figura 3</b>	Área Indígena Raposa Serra do Sol.....	92
<b>Figura 4</b>	Placa da Comissão Interamericana de Direitos Humanos dedicada a Ovelário Tames.....	103
<b>Figura 5</b>	Destruição das instalações do Centro de Formação Indígena.....	104
<b>Figura 6</b>	É na Raposa/Serra do Sol.....	112
<b>Figura 7</b>	Enfim, uma reação.....	114
<b>Figura 8</b>	Volta ao passado.....	117
<b>Figura 9</b>	Esquisito.....	119
<b>Figura 10</b>	O mártir que faltava.....	127
<b>Figura 11</b>	“A discórdia macabra”.....	129
<b>Figura 12</b>	Faixa exposta frente a OAB, em maio de 2012.....	133

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1:</b> Violência contra etnias indígenas de Roraima: 1980 a 1998.....	97
<b>Gráfico 2:</b> Violência contra etnias indígenas de Roraima: 1990 a 1999.....	98
<b>Gráfico 3:</b> Violência contra etnias indígenas de Roraima: 2000 a 2009.....	99
<b>Gráfico 4:</b> Reação das etnias indígenas – 1970 a 2009.....	101

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1 A HISTÓRIA DA IMPRENSA EM RORAIMA</b> .....	25
1.1 Os jornais em circulação no Território Federal de Roraima .....	26
1.2 Jornais no período de 1980 a 1990 .....	31
1.3. A imprensa escrita no período de 1990 a 2006 .....	33
1.4 O objeto do estudo: Jornal Folha de Boa Vista .....	43
1.4.1 Linha editorial e vinculação política .....	47
1.4.2 Perfil do atual proprietário do jornal Folha de Boa Vista: Getúlio Cruz.....	50
1.4.3 A Trajetória política de Getúlio Cruz .....	52
<b>2 UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA VIOLÊNCIA PRATICADA CONTRA INDÍGENAS EM RORAIMA</b> .....	54
2.1. Violências na região do Rio Branco .....	54
2.2. Principais conflitos no século XX – a efervescência da violência em Roraima.....	61
2.3. Momentos tensos e violência em Roraima .....	64
2.4 A violência do discurso – o indígena como estorvo ao desenvolvimento econômico .....	68
2.5. Violência contra indígenas e as acusações contra a Igreja Católica.....	78
2.6. Raposa Serra do Sol – contextualizações históricas: mais de 40 anos de lutas e conflitos .....	83
2.7. Violências e jornais - os portas vozes dos grupos dominantes.....	85
2.8 Raposa Serra do Sol e a violência gerada a partir da organização indígena .....	89
2.9 Dados estatísticos da violência contra os povos indígenas em relatórios e jornais de circulação local no estado de Roraima .....	96
<b>3 A VIOLÊNCIA INDÍGENA NA ÓTICA DO JORNAL FOLHA DE BOA VISTA</b> ...	105
3.1 O mito da convivência pacífica – uma abordagem a partir da visão dos não-indígenas..	105
3. 2. Parabólica – opinião do Jornal.....	107
3.3 As charges – uma breve análise.....	111
3.4 A cobertura da morte do índio Aldo Mota .....	120
3.4.1 Reportagens .....	121
3.4.2 A morte de Aldo Mota, uma análise a partir do Jornal Folha de Boa Vista.....	123
3.4.3 Matérias com charges sobre a morte do índio Aldo Mota.....	127
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	133
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	135

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação é resultado de uma pesquisa sobre a questão da violência contra os povos indígenas de Roraima no enfoque dado pelo jornal **Folha de Boa Vista**, no período de 1996 a 2003. Assim, visamos investigar a abordagem da mídia quando a temática é a questão indígena e os principais crimes dos quais essas populações foram vítimas. O tema surgiu da necessidade de compreender como são passadas para a população as notícias relacionadas à violência indígena, pois localmente percebe-se uma aversão grotesca quando se fala de “índio”. Alguns fatos sobre a violência ganham espaço na mídia impressa enquanto outros simplesmente são silenciados e não entendíamos o porquê.

Em busca disso, esta dissertação é resultado do projeto de pesquisa que pretendia analisar o papel da imprensa - jornal Folha de Boa Vista – e o jogo de interesses das classes dominantes: políticos, fazendeiros, rizicultores, mineradores, empresários e que além de deterem os meios de produção também controlam os meios de comunicação no Estado. Em Roraima, o jornal **Folha de Boa Vista** é um dos jornais de maior circulação da região pertencente ao grupo político do empresário e fazendeiro Getúlio Cruz, ex-governador do extinto Território de Roraima. Acredita-se que o referido jornal é o porta-voz dos interesses dos políticos, dos fazendeiros, empresários e rizicultores e, ao noticiar que brancos e indígenas sempre viveram harmoniosamente, nega propositadamente a história de violência praticada contra os vários grupos étnicos durante muitos anos e impõe aos leitores como verdade a ideologia dos grupos dominantes.

O corte temporal entre os anos de 1996 a 2003 é marcado historicamente por muitos conflitos entre indígenas, garimpeiros e fazendeiros no Estado de Roraima. No ano de 1996, os fatos ligados às questões indígenas ganharam maior divulgação na mídia impressa de Roraima, tendo sido registradas duas tentativas de homicídio a dois tuxauas macuxi, o assassinato do indígena macuxi Virito José e a destruição do retiro da Maloca Caraparu II. Em 2005, como limite de recorte da pesquisa, foi marcado pela Homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. O período do corte se justifica pelo espaço dedicado no jornal às questões indígenas, pois em Roraima os povos indígenas ao entrarem nos cenários noticiosos dos jornais foram vítimas de preconceitos, discriminações e tiveram suas histórias distorcidas propositadamente. Nesse período, o foco da análise são as notícias veiculadas à violência indígena no processo da luta e conquista da terra e o olhar ideológico da mídia impressa.

Em Roraima, é muito evidente o envolvimento tendencioso da mídia impressa em relação às questões indígenas, não vinculando os fatos com o mínimo de imparcialidade, como se deve esperar de uma imprensa livre e democrática. Dessa forma, durante a pesquisa pesquisamos todas as notícias do período delimitado (1996 a 2003) sobre a violência indígena veiculada pela mídia impressa tentando analisar o enfoque ideológico sob a qual a imprensa é “iluminada”.

Sempre se suspeita da falta de imparcialidade da imprensa, principalmente quanto à veiculação de notícias sobre a questão indígena, passando uma imagem de que os índios são violentos e atrapalham o desenvolvimento da Região, como é destacado na historiografia oficial, conforme Freitas, ao tratar da expansão das terras indígenas definidas pelas demarcações, afirma: “[...] o Estado de Roraima dispõe, na verdade, de pouco mais de 20% de sua área total. São apenas nestas terras que o Governo Estadual pode planejar e trabalhar livremente sem depender do aval da União. Isto é um obstáculo que impede a ação governamental estadual plena” (2001, p. 135).

No processo de luta pela demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, várias ações violentas contra populações indígenas, principalmente os Macuxi, foram cometidas por invasores de terras, polícia e fazendeiros. O Conselho Indígena de Roraima (CIR), em relatórios da época, narra uma sequência de atrocidades cometidas em relação aos indígenas nas áreas de conflitos, incluindo assassinato, queima de aldeias, tentativas de homicídios, cárcere privado, destruição de roça, agressões físicas e ameaças de morte. Alguns desses acontecimentos foram noticiados e ganharam destaque de forma distorcida, enquanto outros sequer foram mencionados, passando a impressão de não existirem conflitos violentos e que a relação entre fazendeiros e índios sempre foi pacífica, amigável e harmoniosa, como é colocado no cotidiano e possível de ser conferido na historiografia local: “A população indígena, de forma inequívoca, diz **SIM** (grifo nosso) à convivência pacífica de índios e não índios, com a demarcação da área indígena respeitando-se as cidades [...] E, contra fatos, certamente, não há argumentos” (MIRANDA, 2002, p.190).

A história da colonização no rio Branco foi marcada por muitas ações violentas contra os habitantes locais, registradas somente a partir do século XVIII com os aldeamentos. Nunca foram pacíficas as relações entre índios e brancos e muitos grupos étnicos foram totalmente dizimados pelos colonizadores, os invasores dos territórios indígenas. O indígena no rio Branco não foi o que Rousseau na sua visão romântica chamou de o “bom selvagem”: houve luta, revolta, morte e resistência aos projetos da Coroa e aos projetos das fazendas particulares instaladas aqui na segunda metade do século XIX. Os conflitos se estenderam durante todo o

século XX e início do século XXI, em alguns momentos um pouco escamoteado ou latentes na mídia impressa. Com o princípio de organização interna e uma conscientização dos direitos dos povos indígenas, a luta pela terra passou a ter uma pauta constante, isso já nos anos de 1970 em diante, e com isso, como consequência dessa mobilização, os conflitos se acirram, deixando muitas vítimas, basta conferir os relatórios do Conselho Indígena de Roraima – CIR.

O que se pode perceber é que o olhar da imprensa local para os conflitos indígenas foi marcado por uma miopia ou pela distorção proposital da informação. Assim, formulamos a pergunta a ser respondida na pesquisa: quais as intencionalidades no jogo de interesses ideológicos subjacentes à mídia impressa – **Jornal Folha de Boa Vista** – ao mostrar certo desprezo histórico em relação à questão da violência contra os povos indígenas e como são tramadas nos bastidores do jornal as notícias sobre a violência em relação aos povos indígenas?

A partir dos diálogos estabelecidos com alguns autores, podemos compreender na revisão literária que a temática em questão vem ganhando várias abordagens. Iniciando com Vieira (2007), que aponta para as causas dos conflitos violentos envolvendo fazendeiros e indígenas na disputa pela terra em Roraima, confirmamos que as relações entre índios e não índios sempre foram conflituosas. E esta constatação faz derrubar o “mito da convivência pacífica”, cujo discurso ideológico Vieira desconstrói a partir dos fatos históricos. Como ponto de partida, Vieira afirma que a Igreja, a partir da década de 1970, tomou uma postura pastoral menos tradicional e mais compromissada. Como causa da resistência indígena frente às agressões físicas e invasões de terras foi o fim da catequese de desobriga, predominante nas práticas pastorais dos missionários beneditinos, e o início da “nova Igreja de Roraima, que tomou a causa dos povos indígenas como opção preferencial na evangelização. Impulsionada pelo Concílio Vaticano II e os documentos Conclusões da Conferência de Medellín (1978) e Conclusões da IIIª Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano – Puebla (1979), a Igreja Católica em Roraima aos poucos assimilou também alguns princípios da Teologia da Libertação e passou a uma evangelização centrada na organização das comunidades eclesiais de base, nos pobres oprimidos, nas comunidades indígenas e os migrantes, os marginalizados socialmente.

A questão indígena se sobressaiu na atenção em relação aos demais excluídos. Essa nova concepção de evangelização, marcando novos tempos e posturas mais críticas, priorizou no plano da vida religiosa a organização política das populações indígenas e culminou com o levante do movimento pela demarcação das terras indígenas. Essa atitude da Igreja marcou o rompimento com as elites locais, que a culpava pela rebeldia dos povos indígenas frente às

suas reivindicações e organização. Agora, a sociedade condenava a postura da Igreja pela conduta pastoral crítica.

Em abril de 2005, ao ser decretada a homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, viu-se a também a possibilidade anunciada para o declínio dos atos violentos entre fazendeiros e indígenas. Vieira diz que “A falsa convivência pacífica entre índios e não-índios, pregada por uma elite coronelista, agrária, atrasada e por políticos envolvidos, em sua maioria, em corrupção, chegou ao seu final” (2005, p. 04). O historiador, ao fazer uma breve análise do papel dos movimentos indígenas e a conquista da homologação como vitória, observa que o principal motivo dos conflitos entre indígenas e fazendeiros foi o “cercamento” das fazendas, isto é, a “privatização das terras públicas”. Enfatiza Vieira: “Esse cercamento teve como consequência imediata o acirramento dos conflitos e, logicamente, a expulsão dessas populações que ao longo dos anos passaram a ser minoria” (p. 04).

No que diz respeito ao índio na mídia roraimense, a obra de Lima (2008) apresenta o contexto da mídia impressa em Roraima, especificamente nos jornais **A Gazeta de Roraima**, **Folha de Boa Vista** e **O Diário** que, marcados pelas influências políticas dos grupos de poder, construíram imagens preconceituosas de um índio, violento, preguiçoso e dependente das ONGS sem autonomia para determinar por si próprio suas histórias de luta. As imagens indígenas como não-sujeitos históricos, indefesos, tutelados e seres manipuláveis são perpassadas pela fotografia, charge, fotorreportagem, que constroem a visão do leitor de modo distorcido em relação aos povos indígenas. No entanto, mais recentemente, segundo Lima (2008), uma nova imagem dos povos indígenas vem se formando no imaginário roraimense. Agora, a imprensa passa ao leitor uma imagem de um índio que sabe reivindicar os seus direitos, que saber se manifestar, é um índio lutador, que age por conta própria sem a mediação dos órgãos governamentais. Agora, agindo por conta, atuam violentamente, algumas vezes.

Reverendo a literatura sobre a temática pesquisada, também encontramos em Joaquim (2003) uma abordagem sobre a questão indígena nas mídias. Na história da imprensa de Roraima, um fato que nos chama a atenção é a inexistência da isenção político-partidária em nos jornal. Os jornais roraimenses atuam segundo a “direção do vento político” e a sustentação financeira fica a cargo da facção política. Assim, não é difícil compreender o porquê da imprensa ser o “aparelho ideológico” a serviço dos grupos políticos. Em outras palavras, podemos dizer que a veiculação ideológica nas mídias, mais precisamente nos jornais impressos, tomou a defesa de todos os políticos e empresários, constituindo-se porta



voz das elites roraimenses, opositora e difamadora dos que defendem os povos indígenas (JOAQUIM, 2003).

Nenhuma representação estampada nos jornais quando o assunto diz respeito aos indígenas é inocente. A carga preconceituosa é visível como bem detalhou Joaquim: “[...] a imprensa roraimense ainda está presa à divulgação de ideias preconcebidas e não nos fatos como eles são merecedores de uma observação mais detalhada, mais objetiva e menos parcial” (2003, p.178). O tratamento que a classe dominante, via imprensa, dá aos índios reporta-se a uma ideologia que remonta ao período da colonização, acrescenta Joaquim. Dois momentos são característicos dessa visão ultrapassada, porém, ainda em voga na mídia local. O primeiro momento diz respeito à figura do índio como *bom selvagem*, o que corresponde à expectativa dos fazendeiros, rizicultores, empresários e outras categorias dominantes como aquele que é dócil, portanto, não apresenta perigo ou ameaça, além de base para os currais eleitorais dos políticos. O segundo momento diz respeito à imagem do índio como *mau selvagem*, apresentado nos jornais como: “[...] manipulado pela igreja, não se curva diante das ameaças dos fazendeiros e reivindica suas terras com demarcação em área contínua” (JOAQUIM, 2003,p.10).

Os argumentos mais frequentes nos jornais contrários aos povos indígenas são afirmações como há “muita terra para pouco índio” que são tomados como verdadeiros por muitos leitores. Assim, convencidos pelos argumentos de quem consegue impor nas mídias impressas ou não, “os dominados” acabam aderindo às manifestações dos dominantes nas praças públicas para defender os rizicultores ou protestar contra a homologação em área contínua. Esse olhar carregado de preconceito em relação aos povos indígenas foi construído pelos “agentes ideológicos” que atuam na grande imprensa prestando serviço às demandas políticas e subordinados aos proprietários dos jornais (JOAQUIM, 2003).

Observa-se que nenhum jornal de Roraima, em seu percurso histórico, apresenta preocupação como os povos indígenas como sujeitos históricos que fazem parte do cenário roraimense com suas lendas, tradições, costumes, mitos. Imprensa e políticos estabelecem relações de interesses: “Esses atores, na sua maioria, se utilizam da imprensa local para divulgar seus posicionamentos contrários à demarcação contínua através das páginas dos noticiários dos jornais, mostrando às autoridades competentes e ao público leitor, a inviabilidade da demarcação” (JOAQUIM, 2003, p.26).

A pesquisa sobre a violência indígena e a mídia impressa local, especificamente o jornal **Folha de Boa Vista**, poderá contribuir para um debate mais maduro e com argumentos históricos dos vários porquês a respeito do assunto. Revelar os discursos do jornal e suas

impregnações ideológicas quanto a questão indígena poderá contribuir para a construção da imagem das etnias de Roraima, não mais como povo violento, mas como povo que tem uma história marcada pela exploração da sua força de trabalho, pela tomada de suas terras, pela perda de alguns traços culturais. O trabalho também poderá ajudar a desconstruir os preconceitos formados, em parte pela mídia impressa, em relação aos povos indígenas de forma negativa.

Nosso interesse pelo assunto surgiu depois de muito acompanhar as leituras dos jornais e perceber as várias contradições quanto à história de dominação e conquista empreendida pela Coroa Portuguesa na formação dos aldeamentos e na utilização da mão-de-obra indígena na formação das fazendas de gado. Sabendo que a relação entre brancos e índios foi extremamente desigual historicamente prevalecendo a força da espada ao da flecha não somente em determinados momentos, porém continuamente ao longo de muitos anos, sempre foi difícil acolher no noticiário da mídia impressa determinados chavões como “a convivência entre brancos e índios foi sempre pacífica”. Daí surgiu o empenho em pesquisar o jornal, especificamente jornal de Boa Vista, para compreender como vem se perpetuando a violência em relação aos indígenas ao longo da história e a manipulação da notícia. Assim, consideramos a temática como relevante social e academicamente, pois contribuirá com novas abordagens em torno das questões indígenas. Não é um tema desgastado, sendo assim há muito ainda o que se pesquisar sobre violência contra povos indígenas em Roraima.

As possibilidades de concretização da pesquisa foram bastante favoráveis, já que existe farto material publicado e bastantes fontes primárias em arquivos de instituições como a Igreja Católica (Diocese de Roraima), Bibliotecas Públicas, arquivos do Conselho Indígena de Roraima e outras instituições, também os arquivos do jornal Folha de Boa Vista. As portas estiveram abertas para a pesquisa não havendo nenhuma barreira que impedisse a realização do trabalho.

Este texto, resultado da pesquisa empreendida, tem como objetivo traçar uma análise da violência contra povos indígenas a partir da mídia impressa – **Jornal Folha de Boa Vista** – no período de 1996 a 2003, questão que se relaciona diretamente à homologação da terra Raposa Serra do Sol. Estabelecemos alguns objetivos específicos como: Investigar no referido jornal como o jogo ideológico da classe dominante manipula a informação sobre a violência indígena; mostrar como o jornal **Folha de Boa Vista** lida com as notícias quando o assunto é a violência praticada contra os povos indígenas; relacionar os fatos noticiados no jornal Folha de Boa ligados à violência contra os povos indígenas e à luta pela emancipação da terra Raposa Serra do Sol.

Durante a pesquisa, foi feito um levantamento de documentos referentes ao tema pesquisado incluindo artigos, fontes primárias, acervos fotográficos, jornais, documentos publicados em bibliotecas virtuais. Também foi utilizada como metodologia a pesquisa bibliográfica específica ao assunto, índios e imprensa, nas principais bibliotecas públicas de Boa Vista. Quanto à pesquisa no jornal **Folha de Boa Vista**, a proposta metodológica foi a classificação das notícias sobre violência contra os indígenas nos arquivos disponíveis no próprio jornal e também na **Folha Web**, versão eletrônica do jornal **Folha de Boa Vista**. Para catalogação das notícias dos periódicos, adotamos um modelo de ficha empregado por Lima (2001), por conter todos os dados de registro necessários.

Como roteiro para o trabalho com periódico e análise do material coletado, selecionamos a sequência sugerida por De Luca (2005, p. 141-142):

Localização das fontes nas instituições de pesquisa; Investigação das condições oferecidas para consulta; Identificação das características dos jornais (papel, periodicidade...), do grupo responsável pela publicação, dos principais colaboradores, as fontes de receita do periódico, os colaboradores assíduos e o grupo responsável pelo editorial; Analisar todo o material de acordo com a problemática escolhida.

Os documentos foram analisados criteriosamente, fazendo-se pergunta como sugere Pinsky (2005, p. 63): “Sob quais condições aquele documento foi redigido? Com que propósito? Por quem?” Acrescentamos ainda as perguntas: a quem interessa tal notícia? Como os aspectos ideológicos sobressaem na notícia? Outra observação na análise dos documentos é a contextualização dos documentos, como bem chama atenção Pinsky (64): “Acima de tudo, o historiador precisa entender as fontes em seus contextos, perceber que algumas imprecisões demonstram os interesses de quem escreveu”. Cabe ao historiador olhar crítico da documentação, sem esquecer de desconfiar das fontes (PINSKY, 2005, p. 64).

Para firmar a linha teórica aqui proposta numa perspectiva de como vemos e acreditamos que seja o mundo, as categorias teóricas que nos fazem ver o objeto da pesquisa num contexto mais amplo envolvem vários elementos conceituais necessários para compreender o mundo. Para tanto, destacamos as categorias de violência, ideologia, poder, notícia, imprensa e manipulação.

Entendemos o conceito de violência a partir da concepção de Hannah Arendt (1906-1975) que em sua compreensão define como arbitrariedade de quem detém o poder, para imputar ações violentas o agressor utiliza-se de instrumentais. Diz Arendt (2004) que a violência é regida pelas categorias de meio e objetivo, isto é, o agressor utiliza de meios, que

podem ser materiais (instrumentais) para atingir determinados objetivos quando executado suas ações violentas. Assim, a violência é, por sua própria natureza, instrumental, por isso pode estar sempre à procura de orientação e de justificativas pelo fim a que almeja. Portanto, aquilo que necessita justificar-se, através de algo mais, não pode ser a essência de coisa alguma (ARENDDT, 2004). A relação entre violência e poder pode se constituir em anulação de um pelo outro, isto é, a violência pode destruir o poder, mas é incapaz de criá-lo, logo, não pode dele originar-se, daí seu caráter instrumental. A violência é meio, por isso, instrumental, enquanto o poder é fim. Para Hannah Arendt: “A forma extrema de poder é o todos contra Um, a forma extrema da violência é o Um contra Todos” (2004, p. 35).

A filósofa alemã afirma que os resultados das ações humanas podem escapar ao controle dos seus atores e que a violência sempre abriga em seu seio um elemento adicional de arbitrariedade. Em lugar algum desempenha a fortuna, boa ou má sorte, papel mais decisivo nas atividades humanas do que no campo de batalha, e essa intromissão do inesperado não desaparece quando é chamado de “acontecimento fortuito” e é considerado cientificamente suspeito, e nem poderia ser eliminado através de simulações, cenários, teorias, e outros artificios. Considera Arendt que: “Não existe certeza no que diz respeito a essas questões, nem mesmo uma certeza final de destruição mútua sob certas e calculadas circunstâncias”. (2004, p. 05)

No pensamento da autora, a violência funciona como o último recurso do poder, antes, porém, são utilizadas outras artimanhas e por fim a ação direta da violência contra grupos de rebeldes e indivíduos isolados: “A violência é, por sua própria natureza, instrumental; como todos os meios, está sempre à procura de orientação e de justificativas pelo fim que busca. E aquilo que necessita de justificar-se através de algo mais não pode ser a essência de coisa alguma”. (2004, p. 32).

Para fundamentar o conceito de ideologia, recorreremos a Lövy, que em sua análise sobre as ideologias no contexto das ciências sociais comenta em profundidade a apropriação do conceito de ideologia sob a perspectiva de uma análise marxista. Nessa linha de raciocínio, o autor conecta os termos ideologia e classes sociais, não sendo possível dissociar, já que os interesses das classes sociais são impostos pela “produção” das ideologias, como enfatiza Löwy:

O que Marx escreve se refere à pequena burguesia, mas considero que tem um significado metodológico mais geral. Ele observa que quem cria as ideologias são as classes sociais: o processo de produção da ideologia não se faz ao nível dos indivíduos, mas das classes sociais. Os criadores das visões de mundo, das superestruturas, são as classes sociais, mas quem as sistematiza, desenvolve, dá-lhes

forma de teoria, de doutrina, de pensamento elaborado, são os representantes políticos ou libertários da classe: os escritores, os líderes políticos etc.: são eles que formulam sistematicamente essa visão de mundo, ou ideologia, em função dos interesses da classe (2003, p. 105).

Difícilmente a realidade roraimense foge a essa sequência teórica, sendo um jogo articulado entre políticos, imprensa e outros atores sociais. Lövy afirma que “[...] as visões de mundo, as ideologias, a superestrutura, não configuram ideias isoladas mas um conjunto orgânico”(2003, p. 105). Tudo se encontra articulado com finalidades bem definidas e claras, e, no caso específico da situação da questão indígena em Roraima, os políticos, como representantes da classe social dominante, utilizam-se da imprensa para impor a sua visão de mundo e negar toda a história de conflitos e violência. A articulação entre classe política e a imprensa é estabelecida numa dinâmica de poder, como bem esclarece Michael Foucault ao afirmar que:

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. (1990, p.183).

Isto é, o poder é um exercício muito bem articulado que procura anular o outro (os indígenas) do processo histórico. Os grupos no exercício do poder em Roraima são muito bem unidos quando o assunto é demarcação das terras indígenas, basta perceber a imprensa escrita, falada, televisionada com políticos, fazendeiros, rizicultores, empresários, todos juntos “em rede”, num grande exercício de coesão defendendo um grupo pequeno. “É uma multiplicidade de poderes exercidos na esfera social” (FOUCAULT, 1990, p. 184). A imprensa em Roraima o está muito articulada com as esferas dos “micropoderes”, utilizando a expressão de Foucault, exerce um grande domínio local para atacar, denegrir todos aqueles que defendem o direito dos grupos étnicos, principalmente os indígenas. Confirma Mamou: “A imprensa é um poder. E esse poder, o jornalista o exercita a seu bel-prazer. O que quer dizer mal.” (1992, p. 91)

Mascarar a realidade e dissimular parece ter sido o papel da imprensa em Roraima. Oliveira (1993), comentado o conceito de ideologia numa perspectiva marxista, tem uma clara noção de que as classes dominantes sempre procuram impor a sociedade sua interpretação da realidade como verdadeira evitando uma estruturação alternativa de visão de mundo:

[...] a ideologia dominante encobre o real, pois sua função é impedir que a dominação e a exploração sejam percebidas enquanto tais na vida concreta dos

homens. Por isso, normalmente ela inverte a realidade, fazendo os homens tomarem a imagem pelo real. Sendo assim ela dissimula os conflitos existentes numa formação social, fazendo crer a existência de direitos iguais para todos os seus membros. Ela permite às classes dominantes mascarar seus interesses por trás de belas palavras [...]. (1993, p.141).

A imprensa, em sua longa trajetória histórica, com exceções a momentos brilhantes, tem cumprido fielmente o papel que lhe cabe nessa linha de raciocínio: mascarar a realidade com “belas palavras” às vezes não tão belas. Isso, na verdade, é uma questão ideológica. Segundo Karl Marx, quem cria as ideologias são as classes sociais, e aqui em Roraima essas classes são ligadas a explorações desempenhadas sobre as áreas indígenas, na pecuária, mineração e agricultura.

No livro **A Ideologia Alemã**, Marx (1998), comentando a respeito da ideologia em geral, numa crítica ferrenha à filosofia hegeliana e ao sistema capitalista em seu modo de produção em que os meios de produção são controlados pela burguesia e os proletariados vendem sua força de trabalho, mostra com muita clareza a gênese de todo o processo ideológico, enfatizando que a classe detentora dos meios materiais, isto é, do poder material – modo de produção, também exerce o poder “espiritual” dominante, através da produção intelectual. Segundo Chauí, a ideologia “[...]se inicia como um conjunto sistemático de idéias que os pensadores de uma classe em ascensão produzem para que essa classe apareça como representante dos interesses de toda a sociedade [...]” (2000, p.180). E mais, pela ideologia a classe dominante procura legitimar-se em seu status de dominador.

Karl Marx e Friedrich Engels, ao desenvolverem toda a concepção do materialismo histórico, não deixam passar a ideia de ideologia. Para os filósofos, a ideologia nada mais é do que uma “consciência falsa, equivocada, da realidade”. Contudo, não se trata de uma manipulação deliberada e calculista, porém uma forma de pensar a realidade na perspectiva de determinada classe social:

Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também uma consciência, e conseqüentemente pensam; na medida em que dominam como classe e determinam uma época histórica em toda sua extensão, é evidente que esses indivíduos dominam em todos os sentidos e que têm uma posição dominante, entre outras coisas também como seres pensantes, como produtores, como produtores de ideias, que regulamentam a produção e a distribuição dos pensamentos da sua época; suas ideias são portanto as ideias dominantes de sua época. (2001, p.49)

Marx enfatiza que o pensamento da classe dominante passa a ser determinante socialmente na história, pois a mesma tem o poder espiritual: “Os pensamentos da classe

dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes; em outras palavras, a classe que é o poder material dominante numa determinada sociedade é também o poder espiritual dominante.” (2001, p. 48). Todo esse poder é beneficiado, segundo Marx, porque “A classe que dispõe dos meios da produção material dispõe também dos meios da produção intelectual [...]” (2001, p. 48).

Uma leitura marxista da realidade de Roraima é perfeitamente cabível nesta perspectiva, já que o pensamento da classe dominante é empurrado via imprensa passando a ideia de que a realidade é na ótica apresentada.

Em sua tese de mestrado, Joaquim confirma essa proximidade da imprensa com os políticos: “Esses atores, na sua maioria, se utilizam da imprensa local para divulgar seus posicionamentos contrários à demarcação contínua através das páginas dos noticiários dos jornais, mostrando às autoridades competentes e ao público leitor, a inviabilidade da demarcação” (2003, p.26). Assim, boa parte da população adere a ideologia política tomando a imagem do discurso pelo real, construindo desta forma uma falsa representação do quadro histórico roraimense.

Observa Joaquim que no caminhar histórico dos jornais em Roraima, “Nenhum deles, desde a fundação apresenta preocupação com os índios, como seres que fazem parte do cenário roraimense, com seus costumes, suas lendas, seus mitos, a não ser como empecilho para o desenvolvimento de Roraima [...]” (2003, p. 177). Nesse quadro teórico se insere a temática da violência contra as populações indígenas das várias etnias presentes em Roraima. As classes sociais dominantes ao fazerem valer sua visão de mundo procuram anular a história de violência praticada historicamente pelos colonizadores, fazendeiros, garimpeiros, mineradores, rizicultores, para isso contam com o auxílio da imprensa para negar os fatos afirmando que sempre “brancos e índios viveram pacificamente” em Roraima.

Ainda à guisa de demarcação de conceitos teóricos, recorreremos ao conceito de manipulação na imprensa. Para quem acompanha a atuação da imprensa brasileira em todas as suas fases percebe como é comum a instrumentalização desses veículos de comunicação. Como sugere Bucci, a notícia é instrumento a serviço de determinados interesses. Estabelece-se, desta forma, a manipulação que, na conjuntura jornalística, “[...] nada mais é que a distorção deliberada da informação. Movidos por interesses escusos, há donos de meios de comunicação e funcionários da cúpula das empresas que patrocinam mentiras para atingir objetivos particulares.” (2003, p. 176).

Esse poder de manipulação que vem sendo exercido historicamente na imprensa brasileira se expressa de muitas formas seja na condução política, nas questões ligadas à

“política da terra”, nas questões indígenas ou nos movimentos sociais. Há, segundo o autor, um grupo de aproveitadores em tudo isso, que não é definido pelo autor, mas que não é difícil reconhecer, principalmente tratando-se da imprensa de Roraima. Segundo Bucci, essas empresas da comunicação impressa “prestam bons serviços quando demonstram tapeações reais – acontecem com frequência -, mas seu método de abordagem costumam vir marcado por postura essencialmente autoritária, baseado na subestimação da inteligência alheia.” (2003, p. 177).

Voltando-se para a figura do aproveitador, Bucci confirma o que já é sabido: a intenção dessas figuras é tirar vantagem da situação e colocar o leitor ao seu lado acreditando que “[...] podem enganar ininterruptamente os cidadãos com suas mentiras recorrentes.” (2003, p. 177). A manipulação na imprensa acontece num conjunto mais amplo em que outras categorias são envolvidas. Bucci recorre aos filósofos de filiação marxistas Max Horkheimer e Theodor Adorno da Escola de Frankfurt, que a partir do postulado da Teoria da Comunicação traz para discussão em suas obras, principalmente em a **Dialética do Esclarecimento**, os conceitos de indústria cultural e cultura de massa, concluindo Bucci:

[...] o maior problema da imprensa é este, a manipulação: não apenas aquela que é promovida diretamente pelos dirigentes dos meios de comunicação em prejuízo do público em geral, [...] mas também a manipulação exercida por uma classe (‘dominante’) contra outra classe (‘dominada’). (2003, p. 178)

Continua Bucci: “Para os autores [Max Horkheimer e Theodor Adorno], a dominação de classes já não se dava apenas pelos instrumentos de repressão do Estado, mas pelo controle da ideologia” (2003, p.179). Como já sugerimos anteriormente, uma leitura marxista pode ser bastante interessante para compreender a sociedade roraimense, e acreditamos ser muito pertinente, pois percebemos, no caso de Roraima, uma classe dominante que controla a imprensa exercendo o poder ideológico da manipulação pela notícia.

Em estudo sobre impressos publicado em **Fontes Históricas**, a autora De Luca observa que os periódicos normalmente vinculam notícias, publicidades e outros para satisfazer quem paga ou financia: “Igualmente importante é inquirir sobre suas ligações cotidianas com diferentes poderes e interesses financeiros, aí incluídos os de caráter publicitário.” (PINSKY, 2005, p. 140)

Nesse ponto, voltamos a dialogar com Joaquim (2003) que, ao comentar o conceito de notícia nas fontes impressas em Alves e Marcondes Filho, define-a como uma forma de narrativa dos fatos repercutidos num determinado organismo social. Continua afirmando que a notícia deve ser do interesse da imprensa e simultaneamente do leitor e que a notícia nada



mais é do que a informação transformada em mercadoria, assim ganha valor comercial, para isso deve receber um tratamento mercadológico em que são envolvidos a padronização, simplificação e a negação da subjetividade. A notícia nada mais é do que uma forma de manipulação ideológica e de exercício de poder político.

No jornalismo, o termo ator é empregado comumente. Porém, quem é o ator? Responde Joaquim (2003): são aqueles que atuam ou aparecem no cenário noticioso da imprensa, o que nem sempre atua como ator principal. Observa a autora que em “Em alguns casos o ator principal é o autor da notícia e seus personagens aparecem como meros coadjuvantes, ou seja, como fontes, que dão suporte para emergir uma ideologia de autoria”. (2003, p. 134). Como podemos perceber, os atores nem sempre têm papel de protagonista por uma série de razões que, contextualizadas na realidade da imprensa roraimense, fica muito transparente os porquês dessa não atuação dos atores principais. Quem manipula a informação faz com que o jogo de interesses seja do proprietário do jornal, dos grupos políticos ou empresários. E os atores “secundários” (aqui fazemos referência ao objeto deste trabalho, os grupos indígenas, embora haja muitos atores sociais à margem) atuam como “meros coadjuvantes”, utilizando uma expressão de Joaquim.

Os atores como personagens principais com atuação direta nos conteúdos das notícias de jornais têm seus posicionamentos relacionados a vários assuntos do cotidiano. Os atores não são neutros, porém portadores de ideologias, e na questão específica da imprensa escrita, esses atores como autor da própria notícia, materializam nos conteúdos das notícias certas ideologias em relação às questões indígenas fazendo passar a imagem pelo real. Para Joaquim, utilizando a expressão de Marcondes Filho, esses são os “agentes ideológicos”, que atuam na grande imprensa prestando serviço às demandas políticas e subordinados aos proprietários dos jornais.

Em busca de estabelecer essas discussões previamente proposta a título de introdução, o referencial teórico aqui proposto (e que fundamentou a pesquisa) oferece conceitos chaves de leitura e interpretação do material e na análise documental. Conceitos como ideologia e manipulação podem ajudar na leitura da realidade roraimense especificamente no que se refere aos conflitos violentos nas terras indígenas provocados por vários grupos contrários à demarcação da terra Raposa Serra do Sol. Já os termos manipulação, imprensa, notícia, jornal e violência serviram para analisar como a mídia impressa – jornal Folha de Boa Vista – lida quando a notícia é violência contra os grupos étnicos indígenas.

Sob esta perspectiva, os capítulos aqui apresentados estão estruturados em uma perspectiva progressiva, isto é, partindo da contextualização histórica da imprensa no período

em que Roraima denominava-se de Território do Rio Branco até o momento atual, passando pela história da violência contra os povos indígenas em vários períodos e, por fim, o objeto da pesquisa como capítulo final.

No primeiro capítulo, “**A história da imprensa em Roraima**”, apresentaremos os vários momentos do surgimento da imprensa e os jornais no período de 1980 a 2006. Também é destacado o objeto da pesquisa, isto é, o Jornal Folha de Boa Vista, linha editorial, vinculações políticas, perfil do proprietário do jornal e a trajetória política de Getúlio Cruz.

No segundo capítulo, “**Uma breve contextualização histórica da violência praticada contra indígenas em Roraima**”, abordaremos os contextos das práticas de violências contra os povos indígenas enfatizando principalmente o período que marcou a luta pela Homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. São destacados neste capítulo alguns aspectos da relação jornal e violência contra indígenas e também serão analisados alguns gráficos estatísticos de notícias em jornais sobre os povos indígenas e ações agressivas cometidas contra eles.

No terceiro e último capítulo, “**A violência indígena na ótica do jornal Folha de Boa Vista**”, falaremos mais especificamente como esse jornal aborda o índio no que diz respeito à violência e o mito da convivência pacífica. Analisaremos algumas colunas do Parábola e as charges com índios como questões ideológicas perpassadas pelo humor. Finalizaremos o papel do jornal na cobertura da morte do indígena Aldo da Silva Mota, ocorrido em 2003.

## 1 A HISTÓRIA DA IMPRENSA EM RORAIMA

É difícil falar da imprensa local sem antes visitar brevemente o surgimento dos primeiros jornais na Província do Amazonas que, de certa forma, teve sua influência no Rio Branco. O primeiro jornal a surgir foi o **Canico**, em 1905, produzido na região do rio Uraricoera. Esse jornal era manuscrito, pois ainda neste período, no Rio Branco, os avanços tecnológicos para a produção impressa não haviam chegado. Foi característica deste periódico um discurso dito situacionista e ufanista. Não se sabe até quando este pequeno jornal existiu, sabe-se apenas que Passarinho e J. Justa eram os editores (JOAQUIM, 2003).

Um segundo jornal teve seu espaço garantido no histórico dos primeiros jornais no Rio Branco. **O Tacutu**, o segundo jornal criado, teve surgimento e desaparecimento relâmpago. Sua primeira edição saiu em março de 1907 e, em abril do mesmo ano, teve o seu último exemplar em circulação. Pouco ou nada se sabe de seus editores e mesmo de sua linha editorial (JOAQUIM, 2003). Mais dois jornais manuscritos que deixaram rastro histórico foram **O Carvão** e o **Bem-te-vi**. O primeiro jornal dirigido por Artur Virgílio do Carmo e, o segundo, por Manoel Afonso.

Murilo Bezerra de Menezes<sup>1</sup>, um dos pioneiros na área de jornais impressos em Roraima, afirma que muitos jornais, denominados por ele de “jornalecos”, tinham por função satirizar o cotidiano familiar dos boa-vistenses:

Agora antes disso tudo já existia a circulação de alguns jornalecos... por exemplo, o Bem-te-vi. O Bem-te-vi era um jornal que era só mesmo para malhar as famílias e tudo. Ele era impresso em Manaus, as matérias saíam daqui... lá eram impressas e vinha circular aqui. Tinha até uma coluna assim, que dizia o bem-te-vi voando viu, aí baixava o malho (MENEZES, 2006).

Até esse momento, os jornais nessa região são fragmentos. De forma mais significativa e intensa a história do jornalismo no Rio Branco foi sendo consolidada aos poucos. Dos jornais impressos em Roraima o primeiro foi o **Rio Branco**, já em 1914, de propriedade dos senhores Alfredo do Carmo Ribeiro e Diomedes Pinto Souto Maior. A pesquisadora Joaquim (2003), ao se referir ao **Rio Branco** acrescenta:

---

<sup>1</sup> Murilo Bezerra de Menezes é amazonense, foi da primeira equipe do primeiro jornal impresso O Átomo, participou da fundação do jornal estudantil O Lobinho da Escola Lobo D'Almada. Com o fechamento do jornal O Átomo e o fim da rádio, Murilo Menezes foi trabalhar como operador dos equipamentos no Cine Olímpio, o segundo cinema implantado em Boa Vista em meados de 1958. Com o retorno do O Átomo Murilo volta a contribuir com o jornal na parte administrativa onde fica apenas dois anos até o fechamento definitivo, indo posteriormente para a imprensa oficial. Exerceu vários cargos na administração pública e em 1961 foi Secretário de Administração e prefeito do Município de Caracaraí-RR (SAMPAIO, 2005).

Ele era acrescido pelo subtítulo *Jornal Independente*. Seu tamanho foi mudado várias vezes. O primeiro número foi apresentado com as medidas de 19 cm de largura por 29 de altura. Já no segundo número, houve aumento no tamanho do jornal que ficou com 25,5 cm de largura por 32,5 cm de altura. Seu nome também foi alterado para o *Rio Branco – Orgam Hebdomadário, Literário Noticioso e Comercial*. (p. 81).

Foi característica deste jornal na linha editorial informações da região sobre viagens de autoridades locais e também de fora, além de artigos históricos sobre a região do Rio Branco, propagandas comerciais, coluna social e variedades (JOAQUIM, 2003). Neste periódico, foi comum o enaltecimento das figuras ilustres da região que visitavam a redação do jornal, que não poupavam “elogios enfáticos”. Aliás, essa era uma característica de um jornal de elite para a elite, típico das redações dos jornais da época e que se estendeu até o século XXI, como bem observa Joaquim (2003, p. 82) ao afirmar que as bajulações jornalísticas “com as devidas proporções, ainda faz parte do cotidiano dos jornais atuais”.

Já em 1916, mais outro periódico surge na pacata Vila de Boa Vista, recebendo o nome de **Jornal do Rio Branco**, o segundo jornal tipográfico. Esse jornal marcou a participação dos missionários na produção impressa no Rio Branco, desde a impressão até a participação na equipe do editorial. No entanto, foi um jornal voltado para atender os interesses dos políticos locais como instrumento de divulgação das medidas emanadas pelo poder local (JOAQUIM, 2003). É importante salientar que nesse período em que os primeiros jornais começaram a despontar o índio quase não aparece, não evidenciado como notícia jornalística.

### 1.1 Os jornais em circulação no Território Federal de Roraima<sup>2</sup>

Ao historiar sobre a imprensa em Roraima é importante destacar três momentos. O primeiro período quando o Rio Branco era província do Estado do Amazonas, o segundo com a criação do Território de Roraima, em 1943, e, o último a criação do Estado de Roraima, em 1988.

Com a criação do Território Federal do Rio Branco em 1943, o primeiro impresso a circular no recém território foi o Órgão Oficial. As informações sobre esse impresso oficial são raras, quase não há registro a respeito.

---

<sup>2</sup> O Território foi criado pelo Decreto-Lei 5.812/1943 com a denominação de Território Federal do Rio Branco, permanecendo essa denominação até 1962, quando passou a ser Território Federal de Roraima, através do Lei n.º 4.182 (CORDEIRO, 2012)

A Imprensa Oficial<sup>3</sup> teve o seu início com o governador Ene Garcez dos Reis, que, um mês após a sua chegada em Boa Vista, fundou em 24 de julho de 1944, o Órgão Oficial. Inicialmente começou a funcionar em uma das salas da Prelazia, residência dos padres beneditinos, situada à Rua Bento Brasil, também sede da administração Territorial.

No governo de Clóvis Nova da Costa, no ano de 1949, houve investimentos na compra de impressora manual tipográfica, pois antes os impressos oficiais eram feitos através de mimeógrafos. Ainda em 1949, o Órgão Oficial foi transferido para a Rua da Imprensa, mais tarde denominada de Rua Coronel Pinto, onde funciona até hoje. No final de 1949, foi extinto o Órgão Oficial e, em janeiro de 1950, surgiu o Boletim Oficial, com um novo formato e impresso tipográfico.

Os avanços continuaram, em 1953, o governador da época, Aquilino da Mota Duarte adquiriu uma *linotipo*, o que possibilitou a evolução das artes gráficas, segundo Carneiro (1998). As melhorias não pararam por aí, no ano de 1973 entrou em funcionamento um novo sistema gráfico a impressão *Offset*. Conta-nos Murilo Menezes (2006) o ex-funcionário aposentado da Imprensa Oficial:

O que mais se destacou foi a modernização, por exemplo, quando chegou a linotipo, a última palavra em arte gráfica veio diretamente dos Estados Unidos e com ela também veio a impressora, que também era... São coisas assim inéditas... Isso no governo do Hélio Campos. (MENEZES, 2006)

Na curta temporada do governador Major-Brigadeiro Vicente Magalhães Moraes<sup>4</sup> (07.04.1983 a 19.12.1983), o Boletim Oficial foi extinto, e criado pelo Decreto nº 108, de 1983, o **Diário Oficial do Governo do Território Federal de Roraima**. Com a posse em 1991 do primeiro governador eleito do Estado de Roraima, o Diário Oficial ganhou uma nova denominação: **Diário Oficial do Estado de Roraima** e passou a ser editado pelo Departamento de Imprensa Oficial (CARNEIRO, 1998).

Com o passar do tempo, os equipamentos ficaram obsoletos e sem condições de imprimir, em quantidade, os impressos oficiais. Já na curta temporada do Governador Flamarion Portela (2003 a 2004) um acordo entre o governo e o Grupo Folha de Boa Vista permitiu a impressão dos Diários Oficiais, como lembra Murilo Menezes:

---

<sup>3</sup> Importe histórico sobre a Imprensa Oficial de Roraima foi realizado por BUSS, Walter. **Departamento de Imprensa Oficial do Estado de Roraima**. Disponível em: <http://www.imprensaoficial.rr.gov.br/historia.php>. Acessado em: 06 fev. 2014

<sup>4</sup> Essa informação pode ser encontrada no site oficial do Palácio do Planalto: [https://www.planalto.gov.br/Infger\\_07/governadores/GOV-RR.htm](https://www.planalto.gov.br/Infger_07/governadores/GOV-RR.htm) Acesso em: 30/07/2006

[...] só que (ele) era todo digitado e aí é levado pra Folha de Boa Vista, porque tinha um contrato do governo Flamarion Portela com o Getúlio Cruz, que imprimia o Diário Oficial do Estado. (...) o Diário Oficial estava sob a responsabilidade da Folha de Boa Vista para só impressão, só a distribuição era feita pela Imprensa oficial até o governo do Flamarion... São acordos... (MENEZES, 2006).

No dia 24 de julho de 2006 foram comemorados os 62 anos do **Diário Oficial do Estado**. Criado no dia 24 de julho de 1944, o **Diário Oficial do Estado** teve muitas evoluções gráficas nesse período. Ao completar os 62 anos, uma das mais recentes inovações, foi a versão *on-line* do **Diário Oficial** (Folha Boa Vista, 24/07/2006). O novo projeto de modernização *on-line* tem o objetivo de criar um arquivo eletrônico do Diário Oficial, com publicações que vão de 1945 à atualidade, com a finalidade de viabilizar a pesquisa para as pessoas que não têm acesso à versão do documento impresso. Além da versão impressa, os documentos oficiais da administração executiva poderão ser acessados via internet (Folha de Boa Vista 17/03/2006 – Caderno Cidade).

Com a instalação do Território Federal do Rio Branco, posteriormente Território Federal de Roraima, houve a necessidade de criação da Imprensa Oficial, no governo de Ene Garcez, no ano de 1944. O governador sucessor, Clóvis Nova da Costa, em 1948, instalou o primeiro parque gráfico, fundamental para o surgimento do primeiro jornal do Território, que foi denominado de **O Boa Vista**, criado em 1954. Foi característica do jornal noticiar os acontecimentos oficiais do governo<sup>5</sup> e, de sobra, as notícias diversas, como justifica Joaquim (2003). Este jornal não teve uma constância na circulação, mas altos e baixos até 1963. Depois de sua criação, tornou-se uma publicação muito irregular até 1958, ano em que deixou de ser impresso. Voltou a circular de 1962 a 1963, apenas com o título de **Boa Vista**. Aos pouco, o título foi sendo modificado, e com o governador Cel. Hélio Campos passou a ser denominado **Jornal Boa Vista**, em 1973.

Um detalhe curioso em relação a este jornal é que, com a falta de equipamentos avançados no parque gráfico, o trabalho gráfico era muito limitado e, por essa razão, a equipe encarregada pela impressão não tinha condições de produzir o título do jornal em tamanho maior que o texto normal, fato que desagradou o governador Cel. Hélio Campos que, irritado, determinou que toda a edição fosse queimada. Esse jornal teve os seus últimos exemplares impressos no ano de 1983, quando deixou definitivamente de circular (JOAQUIM, 2003).

---

<sup>5</sup> O jornal Boa Vista, edição de 24 de fevereiro de 1962, Ano I, N° 14, aparece estampado na página principal “Propriedade do Governo do Território Federal do Rio Branco – Governador Gen. Clóvis Nova da Costa”. Quase todas as notícias do jornal são assuntos do governo e aliados: viagem do governador; telegramas oficiais; gabinete do governador

Outro jornal extremamente importante na história do jornalismo em Roraima, ainda no Território do Rio Branco, foi **O Átomo**, criado em 1951. Este jornal teve como característica inicial opor-se às demandas políticas da época, embora não tivesse uma postura de oposição crítica mais enfática, afinal, seu proprietário era o tenente José Estevam Guimarães, e, em tal período, as instituições eram muito próximas e os favores mais ainda. Para Joaquim (2003), os políticos já nesse período pós-criação do Território “manipulavam” os jornais, para isso, o poder econômico era fundamental a tal fim, pois quando o jornal não agradava aos palacianos a solução encontrada pelo Executivo era comprar o jornal como garantia dos fins das críticas ao poder. Foi exatamente isso que aconteceu com **O Átomo** e outros pequenos jornais (JOAQUIM, 2003). Quanto às notícias das questões indígenas no **Átomo**, na pesquisa realizada foram encontrados poucas edições do jornal. Alguns fatos nos chamaram a atenção como a notícia publicada na edição de 26/07/1952 que destaca:

Assaltado pelos índios: divulgação radiofônica, não confirmada até á hora em que redige a presente nota, informou terem os índios... do Guaporé assaltando os garimpeiros do Rio Machado, matando vários destes, comendo-os assados, sem que fosse possível nenhuma reação por parte dos que assistiram a dantesca cena, a qual, a ser verdadeira a notícia, vem contrariar o princípio aceito pelo S.P.I. de que não mais existem tribos antropófagas no Brasil”. (ÁTOMO, 26/07/1952, p.3).

Já na edição do **Átomo** do dia 08/12/1951, a manchete assim diz: “Um posto indígena no alto Uraricoera”. O jornal começa o texto noticiando que:

Milhares de silvícola que podem ser atraídos para a civilização, servindo de auxílio e não de impeçflio [sic] à exploração do Parima. Os Maiogons são mansos e prestativos e, amparados devidamente, serão elementos mais seguros para auxiliarem a penetração da civilização. As tribos mais perigosas são: Xerianes, Caçaparás, Maracans e Uaicás, que vivem, em grande parte, no Parima. Apesar de tudo, não são intratáveis.

A notícia faz referência a passividade dos “silvícolas” diante do exploração dos não-índios. Os rótulos preconceituosos de “mansos”, “violentos” e “perigosos” já aparecem nesse período evidenciando que é histórico o tratamento que o indígena recebe por parte da sociedade através das mídias, ranços que vão continuar em muitos jornais até os nossos dias.

Em relação à linha editorial do **Átomo**, Soares (1998) cita o depoimento de Murilo Menezes, que fez parte da equipe: “A linha editorial desde que o jornal foi criado, sempre foi de oposição ao governo, ao Deputado Valois, e tempos depois também ao Prefeito Estácio Melo” (SOARES, 1998, p.21). Em entrevista oral, no dia 9/01/2007, Murilo Menezes confirma: “A linha editorial do jornal é[sic] de oposição ferrenha ao governo do território. Era mais política, era em torno da política rio-branquense, tudo girava em torno da política rio-

branquense, que por sinal era muito violenta, agressões verbais e até morte”. O jornal **O Átomo** atravessou dois momentos significativos, segundo Menezes:

[..]. Mas aí são duas etapas do jornal Átomo, a primeira com José Estevam Ferreira Guimarães Júnior e depois vendeu todo o acervo para o governo e a segunda etapa já foi o Átomo apoiando o deputado... Apoiando o governo do território e o deputado Valois de Araújo. E quando Valois perdeu a eleição aí automaticamente se desfez tudo. O jornal, todo o acervo foi doado.

No período territorial, era comum que os jornais, com raríssimas exceções, nascessem sob a égide política e terem seu crepúsculo determinado pelos mesmos fins, isto é, as questões políticas. Como bem nos esclarece Joaquim (2003, p. 86), “[...] os jornais eram ligados aos políticos, era comum o aparecimento deles na época de eleições, como também o seu desaparecimento quando terminava o processo eleitoral, principalmente se o dono do jornal não fosse eleito ou reeleito”. O jornal **O Átomo**, após a sua anexação pelo poder político, veio ao fim em 1958, quando Félix Valois perdeu as eleições para Deputado Federal pelo então Território do Rio Branco.

Outro jornal que surgiu e desapareceu repentinamente conforme o aparecimento do político na região foi o jornal amazonense **A Tarde**, que teve o papel de dar sustentação à candidatura de Gilberto Mestrinho a Deputado Federal, pelo Território do Rio Branco. Quando seus direitos políticos foram cassados em 1964, o jornal deixou de circular (JOAQUIM, 2003).

Uma das características dos jornais que circularam no ex-território era o posicionamento a favor ou contra o governo local. Dos jornais de posição contrária ao governo, os mais conhecidos foram **O Átomo**, visto anteriormente, e também **O Roraima – um jornal a serviço da comunidade roraimense**, surgido em 1976. Este jornal teve a sua importância na veiculação de denúncias referentes ao governo local e sua linha editorial era voltada para oposição ao governo do Território, segundo Soares (1998). Como consequência da posição assumida, o jornal teve o registro cassado na sua segunda edição. Os responsáveis várias vezes foram intimidados pela Polícia Federal. Nesse período, o Regime Militar impunha toda a sua truculência, pois o poder não podia ser questionado. O mais interessante é que, após as intimidações políticas, o jornal **O Roraima** foi regularizado e já não mostrava sua potencialidade de contestação ao governo local (JOAQUIM, 2003).

Murilo Menezes lembra que as perseguições políticas aos poucos jornais de oposição eram implacáveis e a alternativa que restava aos jornais era sempre fazer o “jogo de cintura”,



isto é, não confrontar diretamente o poder institucional político ou não contestar criticamente às decisões política do governo:

[...] situações que os jornais foram obrigados a fechar, por exemplo, foi o Roraima. O Roraima fechou por perseguição do governo Ottomar de Souza Pinto, na primeira ‘nomeadura’ (sic) a governo do Território. Sidnei Mendes era perseguido o tempo todo. E os outros que também sofreram assim... esses saiam pela tangente porque tinham um jogo de cintura, não eram radicais.

O **Tribuna do Norte**, mais um jornal oficial e político, apareceu no cenário boavistense em 1967. Explica o senhor Murilo Menezes, linotipista e impressor desse jornal, que o jornal “[...] era ligado ao coronel Hélio Campos, que era governador na época. (...) inclusive foi na época que o jornal Boa Vista foi... houve uma paralisação, parou de circular em função da circulação da Tribuna do Norte”. Logo também deixou de circular quando iniciou a campanha do Cel. Hélio Campos e tinha opositor o Dr. Silvio Botelho, conforme informação de Menezes em entrevista oral a Soares (1998).

## 1.2 Jornais no período de 1980 a 1990

Nos anos de 1980 a 1990, a imprensa do Território foi bastante ativa. Muitos jornais sugeriram nesse período em estilos bem variados: políticos, alternativos, esportivos e informativos (SOARES, 1998). Em 1980, é impresso o jornal **O Observador – Sentinela da Verdade**. Seu fundador foi o amazonense Silvio de Castro Leite, como de praxe, no meio político local, utilizou-se do jornal como meio de veiculação e apoio político na campanha para prefeito em que foi eleito prefeito de Boa Vista (SOARES, 1998).

Nesse período áureo para os jornais de Roraima, surge, em 1980, a **Folha de Roraima – “Um jornal a serviço de Roraima”**. A característica desse jornal era fazer oposição declarada ao governo da época, o Brigadeiro Ottomar Pinto. Com uma linha editorial combativa e dura, tinha em seus quadros de redatores o senhor Amazonas Brasil. O mais interessante ainda é que o jornal vendido na Banca de Revista da Dona Valcira tinha suas edições esgotadas em pouco tempo, pois pessoas ligadas provavelmente ao governador compravam em grande quantidade como forma de impedir que os demais leitores tivessem acesso ao jornal. Esse periódico teve vida curta e seu fim deu-se após o assassinato do jornalista João Batista de Melo Alencar<sup>6</sup>. Coincidência ou não, o assassinato do jornalista deu-

---

<sup>6</sup> Quanto a morte o jornalista João Batista, que foi envolvido por uma trama vergonhosa que não resultou em nenhuma punição aos mandantes do crime brutal e covarde contra o profissional que não teve medo de expressar

se após a publicação da matéria “Queremos esta cabeça fora de Roraima” destacada com a fotografia do rosto do Governador Ottomar, edição do final de novembro de 1982, dias depois que o jornalista foi morto (SOARES, 1998).

Cabe trazer algumas notícias que circularam na imprensa nacional sobre a morte do jornalista José Batista de Melo Alencar. Os pesquisadores Fearnside e Imbrozio do INPA (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia) ao relatarem as ingerências administrativas e políticas no governo de Ottomar Pinto fizeram lembrar o episódio do jornalista assassinado:

O jornal Folha de Roraima (10/05/1982) cessou abruptamente sua edição após fazer estas denúncias, em o que acabou sendo o seu último número. Estas denúncias são reportadas como tendo sido o estopim que levou ao assassinato de João Batista de Melo Alencar em 02/12/1982, o jornalista proprietário e responsável pelo jornal (Folha de Boa Vista, 02/12/1983). Ottomar foi acusado de ser um dos dois homens que contratou os pistoleiros que assassinaram o jornalista, levando a remoção de Ottomar do cargo pelo então presidente João Figueiredo (VEJA, 13/04/1983). Já que os ricos e poderosos no Brasil são raramente levados a julgamento ou declarados culpados por algum tipo de má conduta, a falta de conseqüências judiciais no caso não fornece praticamente nenhuma indicação de correta ação (ou não) da condenação que a imprensa fez naquele tempo. (FEARNSIDE;IMBROZIO, s/d)

Outros pequenos jornais de repercussão em Roraima, no período de 1980 a 1990, surgiram e também desapareceram rapidamente. É o caso do jornal **Gazeta de Roraima** ou, simplesmente, **Gazeta Feminina**, do jornalista e proprietário Fernando Quintella. Um jornal,

---

no jornal as críticas as elites do poder em Roraima. A esse respeito Souza relata o acontecimento: “O jornalista João Batista de Melo Alencar tinha 32 anos quando foi assassinado com três tiros pelas costas, no Centro, próximo ao prédio da Secretaria Estadual de Segurança Pública. Eram 2 de dezembro de 1982. Ele nasceu em Crateús (CE), mas começou a militar na imprensa em Teresina (PI) e depois em Manaus (AM). Aqui chegou em 1979, onde trabalhou na Amazônia Press e O Roraima. Nessa época, a imprensa local era tratada a ferro e a fogo. Em junho de 1980, Alencar fundou seu próprio jornal, o Folha de Roraima, cujo slogan era “Um jornal a serviço de Roraima”. No início, contou com apoio financeiro do então governador Ottomar Pinto, falecido em 2007. (...) parceria terminou alguns meses depois, quando João Alencar começou a tecer críticas ao governador. Fez várias denúncias de supostos contratos ilegais e fraudes em licitações para compra de equipamentos agrícolas com empresas de fora, entre elas as de propriedade do então deputado federal Olavo Pires, de Rondônia, que também foi assassinado mais recentemente. A imprensa da época registrou que no dia do assassinato, ele participou de um programa de rádio, Tribunal Livre e, ao sair, teria passado no Hotel Euzébio's, que existe até hoje, onde estava hospedado o deputado Olavo Pires. A entrevista fora transferida para a noite, no mesmo local. Quando o jornalista caminhava em frente da firma Vepesa Tratores e Máquinas, de propriedade de Olavo Pires, na esquina da rua Cecília Brasil com a avenida Ene Garcez, foi executado aos olhares de quatro testemunhas. Essas testemunhas reconheceram Ronam Gomes Pereira, o Mineiro, de 55 anos, através de fotografia. O acusado era ex-policia, ex-presidiário, pistoleiro de aluguel e guarda-costas de Olavo Pires, apontado na polícia como o executor do crime, conforme o inquérito. Identificado o assassino, foram indiciados como mandantes o deputado Olavo Pires e o advogado Antônio José Moreira, paulista de 40 anos e assessor do então governador Ottomar Pinto. A Seccional da OAB acompanhou o inquérito policial para investigar o assassinato do jornalista. Mas, passados quase 27 anos, ninguém foi punido pelo crime, episódio que manchou a História de Roraima com sangue e impunidade. Olavo Pires foi executado a rajadas de metralhadora em 16 de outubro de 1990, em frente a uma revendedora de máquinas pesadas de propriedade dele, em circunstâncias semelhantes à morte de João Alencar. Pires era senador e concorria ao Governo de Rondônia, cuja disputa ele liderava no segundo turno das eleições, conforme as pesquisas da época”. (MORAES, 2009; SOUZAb, s/d).

segundo Quintella, sem vínculo ou atrelamento político nas sustentações financeiras (SOARES, 1998).

Como característica desta época bastante fértil para o jornalismo de Roraima, em 1986, surge o semanário **Tribuna de Roraima**. Este periódico, em termos noticiosos, foi apagado em relação aos impactos políticos dos demais jornais que existiram anteriormente. Seu jornalismo bastante “moderado” passava a impressão ao leitor de ser um jornal apolítico (SOARES, 1998).

Perfazendo o perfil típico de muitos jornais surgidos em Roraima, em 1987, um grupo político ligado ao deputado Olavo Pires, do Estado de Rondônia, provavelmente com pretensões políticas na região, funda o jornal **O Diário do Povo**. O empreendimento do jornal diário sem uma estrutura de suporte e resultante de divergências internas do grupo foi um desastre e, em menos de um mês de circulação, o jornal veio a ser fechado (SOARES, 1998).

Muitos outros jornais na década de 1980 surgiram e desapareceram repentinamente, são os mais conhecidos: **A Crítica de Roraima** (1988); **O Jornal – O jornal da integração Brasil-Venezuela** (1988); **O Estado de Roraima** (1989), que teve sua razão social alterada, em 1993, para **O Caburáí**, também um jornal de oposição ao Governo da época Ottomar Pinto, porém, apoiando a Prefeitura Municipal de Boa Vista, cuja prefeita era a senhora Maria Tereza Jucá (SOARES, 1998).

Esse levantamento foi feito embasado em monografias, dissertações de mestrados e outros trabalhos, os quais não enfocam a questão da violência, especialmente com relação aos indígenas, objeto desse trabalho.

### 1.3. A imprensa escrita no período de 1990 a 2006

Nos primeiros anos após a criação do Estado de Roraima, em 1988, muitos jornais foram fundados e “submergidos” por muitos motivos, entre os quais, as questões políticas, e, em alguns casos, dificuldades econômicas para manter as edições diárias na época. O **Jornal de Roraima**, criado pelo Governador de Roraima Rubens Villar, veiculava notícias ligadas diretamente aos governos e os atos emanados por ele. Após um ano de circulação, saiu de cena e foi criado o **Diário de Roraima**, o qual perdurou até 1994 (SOARES, 1998).

Nesse período, vários periódicos marcaram a história da imprensa escrita com breves aparições: **Última Hora** (1990); **O Povo – e a cidade** (1991); o **Correio Roraimense**, de propriedade do deputado Avenir Rosas (1993); **O Editorial** – o arauto dos municípios, com

tiragem semanal e tendo como linha editorial divulgar os acontecimentos dos municípios a qual era destinado.

Em sua primeira edição, o jornal **O Editorial – O arauto dos municípios**, criando em 1993, traz em seu editorial a seguinte informação:

... Esse é o nosso primeiro número, onde mostramos com critério e seriedade as diversas obras e benefícios que os políticos estão desenvolvendo em seus municípios. Por outro lado temos consciência da importância da desmistificação de políticos carreiristas sem peso nem passado político, que aportavam às margens do Rio Branco e a sombra de seu salário, não medem palavras, para conturbar o processo político de estado, de um povo, que tem tudo para ser feliz. Temos certeza que não faltará o apoio de empresários e políticos idôneos que conduzem esse estado fazendo de Roraima um estado soberano onde as diversas nações aqui representadas possam viver em paz”. (transcrição da edição N° 1, Ano 0 in *Apud* Soares, 1998, p. 42)

O **Correio Agrícola**, surgido em 1994, foi um jornal da elite agrária roraimense, pertencente à Federação da Agricultura do Estado de Roraima – FAERR e ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR. Uma das características desse jornal foi uma linha editorial especializada em questões ligadas à agricultura e pecuária (SOARES, 1998).

Fugindo à tradição de jornais pertencentes a empresários e políticos, em 1996 surge, pela primeira vez, um jornal alternativo, ligado aos movimentos sociais: o **Vira-Volta – Comunicação Popular**. O referido jornal nasceu como um anseio de informar, sem os ranços ideológicos das classes políticas, com a proposta de ser um jornal direcionado aos movimentos sociais do estado, tendo como objetivo não apenas informar, mas formar a consciência cidadã da população<sup>7</sup>.

O porquê do nome **Vira-Volta** explica Freitas (2007) jornalista, em entrevista oral: “Porque é um veículo de comunicação popular diferente do que se tem no Estado. Então a ideia é justamente mudar a concepção de comunicação social no Estado de Roraima. É dar uma volta, virar, nesse sentido, de mudar, direcionar para os movimentos sociais, para os menos favorecidos”.

Havia a insatisfação com relação aos jornais de vertente política, em que predominava a linha editorial ideológica de determinados grupos ligados ao poder político. As vozes das comunidades, dos movimentos sociais, dos críticos, das populações indígenas não encontravam espaço nesses jornais. É neste contexto que surge o jornal **Vira-Volta**, que “Sugere algo diferente, uma mudança na maneira de relatar os acontecimentos. É a opinião e informação alternativa, não convencional”. (VIRA-VOLTA, 1996, p. 02)

---

<sup>7</sup> Este objetivo encontrava-se resumido no *site* do movimento Nós Existimos, não mais disponível atualmente. Disponível em: <http://www.nosexistimos.org/atuacao.html>. Acessado em 15 de janeiro de 2007.

O jornal, desde a sua concepção inicial, propôs informar e comentar fatos partindo dos interesses populares, da população desprovida do “Poder de Mando”, e que, por viver em sociedade, tem o direito a cidadania (VIRA-VOLTA, 1996). O jornal afirma, de forma categórica, o compromisso com as organizações populares:

Quer estejamos ou não agradando os poderosos ou os que estão atrelados ao poder institucional com o objetivo de autopromoção, de se dar bem pessoalmente, não nos interessa, porque nosso compromisso – REAFIRMAMOS – é com a organização popular, é com a possibilidade de um dia podermos construir um mundo melhor, em que todos possam ter uma vida melhor, em que todos possam ter uma vida digna. (VIRA-VOLTA, 1996, p. 02)

O jornalista André Vasconcelos, atual coordenador da FUNAI-RR, primeiro jornalista do **Vira-Volta** e também um dos primeiros membros do conselho editorial, relata, em entrevista oral (16/08/2006) sua atuação no jornal:

Eu participei do lançamento do jornal, mas não participei da escolha do nome, não sei exatamente por que Vira-Volta. Lembro-me que tinha um movimento da Diocese de Roraima que queria fazer uma parceria com os movimentos sociais. Aí foi criada a ASE (Associação das Entidades Sociais) e essa organização ela tinha o frei Antônio.. era uma pessoa que era assim porta voz dessa entidade e um porta voz da Diocese no trabalho com os movimento sociais mais urbanos. Tinha uma pastoral urbana, que ele estava a frente... o CDDH e algumas outras entidades sem ter uma ligação direta com a Igreja, mas que faziam parte da Igreja. E aí..uma idéia foi, naquela época, de criar um jornal pra ser uma voz do movimento, uma voz da sociedade, uma voz diferente do que se tinha em termos dos meios de comunicação [sic].

Acrescenta Vasconcelos que o **Vira-Volta** era um jornal muito bem posicionado em defesa, não só dos movimentos, mas também dos índios, dos empregados, dos trabalhadores em geral, das mulheres, das crianças e adolescentes, dos direitos humanos em geral, em defesa dos pobres. Essa era a ideologia do jornal. Com relação ao apoio da Igreja Católica ao jornal, Vasconcelos acrescentou que, desde o início, a Igreja esteve presente:

O apoio da Diocese foi total, sobretudo dos missionários franciscanos, eles cobriam as despesas e articulavam. Sempre a frente, principalmente frei Antônio. Ele era militante da comunicação e da luta social, em nome da Diocese. Apresentava idéias, escrevia no começo do jornal a história do sindicalismo, a história do movimento operário. Ele além de ser um dos idealizadores, também ajudava na produção do jornal (VASCONCELOS, 2006).

O jornal teve vários momentos: começou com uma tiragem pequena e passou por vários formatos, chegando a ter tiragem de 1.500 exemplares e assinaturas. Na história do jornal houve “altos e baixos”, nunca teve continuidade, desde a sua criação em 1996, e

também nunca conseguiu envolver todos os atores sociais, e muitos menos todas as entidades populares para financiar o jornal. Enquanto houve investimento financeiro por parte dos frades franciscanos no **Vira-Volta**, conseguia-se imprimir, mas à medida que deixaram de investir, o jornal parava. Dessa forma, ficou parado algum tempo até que, em julho de 2003, o movimento Nós Existimos<sup>8</sup> recuperou o jornal por ser muito bem aceito e bem posicionado para as causas e movimentos sociais. A partir de então, o **Vira-Volta** saiu com o “carimbo” do Movimento e passou a ser usado para a comunicação social do Nós Existimos. Na coordenação do Movimento, o Irmão João Carlos fez uma proposta de parceria com o Centro de Atendimento ao Migrante e Indígena da Cidade - CAMIC, para veicular anúncios e, em contrapartida, financiaria parte das despesas do jornal, lembra Vasconcelos em entrevista.

O primeiro editorial do **Vira-Volta**, já sob a coordenação do Nós Existimos, mantém a mesma linha editorial de um jornal para os menos favorecidos, para os movimentos sociais, porta voz dos excluídos, considerando os três setores sociais determinantes do estado de Roraima: os indígenas, os trabalhadores do campo e os trabalhadores da cidade, conforme podemos ler:

Ressurgimos! E gritamos com isto com o orgulho de quem teve forças para resistir mesmo adormecido. Foram meses de silêncio, de voz congelada pela falta de recursos. Dias e noites carregando o peso de estar quieto, enquanto os acontecimentos pediam reação. Agora libertado dos grilhões que impediam nossas mãos de escrever, preferimos deixar ao passado este tempo de eclipse, e refletir sobre os novos dias que nascem. Um novo sopro infla estas páginas com o mesmo compromisso de nos fazer um instrumento de quem não é ouvido. Voltamos a falar, com o timbre daqueles que foram colocados para fora da discussão sobre qual será o Roraima do futuro. Índios, trabalhadores do campo e da cidade ilustram com suas lutas, vitórias e perspectivas este Vira-Volta renovado. Voltamos para ser o fórum de discussão daqueles que procuram novos caminhos para Roraima. Garganta e ouvido de quem é desprezado nos planos do poder, que favorecem os grandes empresários, sujeitos de grandes empreendimentos duvidosos e muito dinheiro para alguns e não-sei-quem. (VIRA-VOLTA, 2003, p. 02)

Entretanto, sendo um jornal de comunicação popular e de periodicidade mensal, o **Vira-Volta** teve sua circulação suspensa em julho de 2006, sem previsão nenhuma de voltar a circular. Contextualizando historicamente esse jornal, o pesquisador Vieira (2013) destaca as causas que levaram à falência do jornal. Depois do afastamento do Dom Aldo em 1998, assume a Diocese de Roraima Dom Aparecido, que logo percebe que todas as iniciativas e

---

<sup>8</sup> O movimento Nós Existimos nasceu como uma de iniciativa dos movimentos populares objetivando ações concretas como resgate da cidadania, desenvolvimento sustentável e justiça social. A campanha Nós Existimos teve apoio de organizações sociais, ambientalistas, sindicatos, pastorais e acolhidos no seio da Diocese de Roraima. O Movimento Nós Existimos é resultado de três segmentos sociais os agricultores, os indígenas e os trabalhadores da cidade.

discursos da Igreja estavam direcionadas para as questões indígenas. Muitos projetos desenvolvidos com as populações indígenas foram exitosos, como o “Projeto do Gado”, também conhecido como “Uma vaca para o índio”, que consistiu inicialmente na compra de umas trinta vacas e dois touros para três malocas. Depois foi decidido estender o projeto para as malocas atendidos pelos missionários da Consolata na região das serras no norte de Roraima. Na segunda etapa do projeto foram distribuídos cinquenta vacas e dois touros a cada maloca que devia depois de 5 anos repassar a outras comunidades indígenas. Para isso foram realizadas campanhas internacionais pelos missionários da Consolata para angariar recursos financeiros para comprar às primeiras cabeças de gado (MONGIANO, 2011). O Projeto do Gado foi tinha uma característica econômica, pois contribuía para o sustento alimentar dos indígenas, contudo o maior peso foi político no sentido de fortalecer os indígenas na luta pela emancipação da terra, com bem destaca Vasconcelos (1996, p. 59):

Foi constatado que o índio havia perdido sua terra para o gado do fazendeiro, que ocupava a terra com o aumento no número do rebanho, ou com novas propriedades e conseqüentemente novos animais. O boi que antes era temido por tomar a terra, agora passa a ser um aliado na conquista dessa terra. O objetivo do projeto foi propriamente garantir a ocupação da terra pelo índio (...).”

Surgiu a ideia de ampliar outros projetos nas áreas indígenas a partir de campanhas para arrecadação de verbas principalmente na Europa. Dom Aparecido endossa o propósito da ampliação de projetos sociais desde que contemple populações não indígenas (povo da cidade e do campo). É aí que surge o Nós Existimos com o objetivo de juntar as populações indígenas, do campo e da cidade em torno de objetivos comuns como feiras comunitárias, empréstimos de dinheiro, financiamentos de pequenos projetos agrícolas, pequenas empresas de “fundo de quintal”, para costureiras e outros. Era um projeto voltado para indígenas, trabalhadores rurais e urbanos. A lógica do Nós Existimos era potencializar os vários segmentos da sociedade desprotegidos pelo Estado e fazer uma intervenção direta através de financiamentos de pequenos negócios a partir de uma verba existente em caixa.

O Nós Existimos, de onde surgiu o **Vira-Volta**, hoje está acabado, não existe mais, em função de uma nova tendência do bispo Dom Roque Paloschi, que assumiu em 2005, com uma outra lógica - a do afastamento dos movimentos sociais. A preocupação agora são as dívidas da Igreja, pois com a crise econômica da Europa as verbas, que ajudavam a manter as ações da Diocese, deixaram de vir. Já não há uma atuação firme da Igreja nos vários movimentos sociais e na execução de projetos sociais com as comunidades indígenas e não indígenas (VIEIRA, 2013).

Mais recentemente, em 1997, confirmando a tendência dos “jornais relâmpagos”, nasce mais um jornal: o **Roraima Hoje**. Esse periódico circulou apoiado pela Editora Boa

Vista e teve em seu quadro responsável pela produção parte da família Cruz: como diretor Getúlio Cruz; departamento comercial Paula Cruz; diagramação Getúlio Cruz Filho e alguns personagens do cenário boa-vistense: Platão Arantes (fotógrafo e jornalista), Feutman Godin (jornalista), Amazonas Brasil (historiador) como colaboradores Edersem Lima, Waldeiza Gomes e Nonato Souza (SOARES, 1998).

A empresa Gráfica Uailan Ltda. fez circular, no ano de 1995, o jornal **O Diário**. Esse jornal teve circulação variável e, como não poderia deixar de ser, forte tendência política e, em alguns momentos, admitido pelos diretores. Essa inclinação política do jornal foi assumida por Ney Costa em depoimento a Soares (1998, p. 45): “Na maioria das vezes alguns grupos montam determinado meio apenas para dar sustentação política a um grupo ou a uma personalidade em destaque com pretensão a cargo eletivo”. A utilização de argumentos falaciosos por políticos locais foi uma prática constante para tentar convencer a população de que determinado jornal cumpriria a função de comunicar ou noticiar, mas, na verdade, tratava-se de um jogo de palavras, pois o que se evidenciava eram interesses políticos. E foi isso que aconteceu com o jornal **O Diário**, montado por um grupo político para sua sustentação.

O empresário Carlos Coelho e Rivaldo Neves, ligado ao ramo da construção civil e ao grupo político do ex-governador Neudo Ribeiro Campos, no ano de 1997 idealizaram e fizeram circular o jornal **Brasil Norte**, cujo objetivo inicial era a publicação de um jornal em que noticiar fosse prioridade, não veiculando tendências político-partidárias. Atitude extremamente suspeita em si, não só tratando da tradição jornalística de Roraima, ligada diretamente aos interesses políticos. O editor-chefe do jornal, Humberto Constantino de Andrade e Silva<sup>9</sup>, falecido em 16 de julho de 2006, ligado ao grupo político do Romero Jucá, admitia que nenhum jornal é isento de ações partidárias, e muito menos apolítico. Suas principais características foram a abertura do Painel Profissional para que profissionais expressassem suas opiniões ligadas à área de atuação; quadro de profissionais com curso superior em Comunicação Social; abordagem de diversos assuntos de interesse público;

---

<sup>9</sup> Humberto Silva foi presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Roraima, integrou o Conselho Fiscal da Federação dos Jornalistas (FENAJ). Há mais de 31 anos, atuou na profissão de jornalista, começou em Recife, passou por jornais do Amazonas. Em Roraima, Humberto esteve à frente de alguns jornais e assessoria de comunicação da Secretaria de Educação. Trabalhou na assessoria de comunicação da Prefeitura de Boa Vista e tinha um programa no Canal 8 - o "Sala de Imprensa". Também foi um dos idealizadores do semanário O Povo de Roraima. Fonte: **MORRE Humberto Silva, Presidente do Sindicato dos Jornalistas de Roraima. Federação Nacional dos Jornalistas, 17 jul. 2006. Disponível em: <http://www.fenaj.org.br/materia.php?id=1221>. Acessado em: 12 jan. 2007.**



reprodução de notícias da Agência de Notícia Folha do Estado de São Paulo (SOARES, 2003).

O ex-funcionário Weymar Jean Karter Furtado Rego, um dos mais antigos do jornal **Brasil Norte** concedeu uma entrevista, via e-mail, sobre o jornal, e assim definiu a linha editorial: “O jornal era tido pelos críticos como chapa branca, ele divulgava muitas notícias de interesse da comunidade, principalmente as que envolviam ações do governo estadual. Noticiava tanto a favor como contra o governo. Tudo depende do ângulo que se vê”.

No auge de sua circulação em 1998, o jornal chegou à tiragem de 3.000 exemplares, com 32 páginas. Tudo encadernado manualmente. O Jornal começava a ser impresso às 16 horas e, às vezes, só terminava na madrugada, recorda Rego (2007). Com relação ao parque gráfico pouco se investiu em modernização no período em que circulou, conforme informações de Rego (2007, p. 01): “O parque gráfico utilizado era o da GRAPHColor. A única aquisição específica para o jornal foi de uma máquina Roland Parva, formato Standard, uma cor, fabricada na Alemanha em 1959, mas com uma pré-impressão, tem qualidade superior a qualquer *off-set* plana existente em Boa Vista”.

O jornal **Brasil Norte** entrou em declínio no ano de 2006, seu último ano de circulação (na foto 01, imagem do prédio abandonado). Para não deixar o jornal ir à falência, o empresário e Deputado Estadual José Reinaldo assumiu a direção do mesmo, mas não oficializando juridicamente, foi apenas um acordo verbal com os antigos proprietários. Para tentar dinamizar o jornal e tranquilizar os funcionários o empresário José Reinaldo prometeu comprar novos equipamentos e pagar os salários que estavam atrasados (REGO, 2007). Tudo indica que não passaram de promessas, pois 2006 foi ano de eleições e essas práticas sempre foram comuns nesses períodos. José Reinaldo conseguiu vencer as eleições para Deputado Estadual e logo em seguida o jornal veio à falência.

Em 2006, houve motivo para aparecer mais um jornal relâmpago, desta vez **O Povo de Roraima – um jornal completo**. A primeira edição circulou nos dias 24 a 30 de abril de 2006 – Ano I – N° 01. O expediente do citado jornal traz como propriedade a Agência de Notícias da Amazônia. A redação, administração e parque gráfico do jornal funcionaram na Rua Álvaro Maia, n° 441, prédio do complexo de comunicação ligado ao senador Romero Jucá. O primeiro editorial trazia como título “**Estamos chegando para discutir a sociedade de Roraima**”, e em um tom tendencioso, mostrava sua natureza política, colocando o leitor a tomar decisão diante do futuro que despontava, isto é, das eleições transcorridas em outubro de 2006.



**FOTO 01: Prédio do Jornal Brasil Norte, 2007.**

**FONTE: Paulo Sérgio R. Silva, Junho/2007**

O editorial do jornal anunciava:

A chegada de mais um jornal em Boa Vista, inicialmente semanário e, depois, diário, abre oportunidade para que a sociedade se manifeste, dê sua opinião e, sobretudo, discuta os assuntos que interferem em seu cotidiano. Longe de querer ser dono da verdade, mas conversar e externar pensamentos diferenciados é a chance de fortalecer a democracia. Em Boa Vista existe espaço para mais um veículo de comunicação que se proponha a falar da sociedade, discutir seus problemas e apontar soluções em todos os sentidos. Afinal, a política faz parte da vida do ser humano, mas o lazer também está aí e é um direito garantido pela Constituição. Contar e narrar é a obrigação da imprensa, mas a conclusão é do leitor. A nossa chegada não é para disputar espaço, mas acrescer uma visão diferenciada sobre todos os assuntos, mesmo porque unanimidade não é ideal para ninguém e a verdade jamais será absoluta, tanto que o ser humano se questiona desde o seu princípio evolutivo. Ele busca conhecimentos e sabedoria para poder decidir. E os grandes homens ouvem e refletem sobre as mais diversas opiniões para tomar uma decisão importante e O Povo toma decisões neste sentido todos os dias. Por isso, tendo mais um jornal para expor sua opinião, tudo será mais fácil na hora de assumir uma postura mais concreta diante do futuro. (O POVO DE RORAIMA, 2006, p. 02)

É interessante observar nas manchetes e notícias veiculadas no jornal a forte natureza política, por um lado, acusações ao candidato à reeleição em 2006, Ottomar Pinto e todos os políticos da mesma coligação. São noticiados: Governador não presta conta de sua campanha; Neudo é suspeito de ter conta bancária nos Estados Unidos; Finalmente Ottomar assume a culpa pela demarcação da Raposa/Serra do Sol; Mozarildo não votou proposta de reajuste ao funcionário público (O POVO DE RORAIMA, 2006, p. 01). Por outro lado, foram constantes nas poucas edições do referido jornal manchetes ou notícias enaltecendo os feitos políticos de quem estava na “sombra” do jornal: Romero é elogiado por ser a favor do voto aberto (O POVO DE RORAIMA, 2006, p. 01).

Em agosto de 2006, o Ministério Público entrou com uma ação de investigação judicial contra Romero Jucá Filho, candidato ao Governo do Estado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, pelo uso indevido dos veículos de comunicação ligados ao Senado. Na ação de número 27, protocolada pelo procurador eleitoral Rômulo Conrado, Romero é acusado pela utilização indevida e ostensiva do jornal **O Povo de Roraima**, em favor próprio e desfavorecimento dos adversários políticos (PIRES, 2007).

O fato é que, repetindo o rumo dos jornais ligados aos grupos políticos<sup>10</sup> que nascem e morrem ao término dos ventos políticos, **O Povo de Roraima** parou de circular, tendo sua última edição impressa na semana de 11 a 17 de setembro, pouco antes das eleições de 2006, pleito em que o candidato ao governo do Estado Romero Jucá perdeu as eleições (Folha de Boa Vista, 2006).

O historiador e escritor Guilherme Scalzilli, em artigo intitulado **A ira da mídia vilã**, e publicado na revista Caros Amigos, dezembro de 2006, afirma que o mito da imparcialidade é propaganda enganosa e que jamais a imprensa será livre no sentido mais absoluto, já que ela não é intocável e não está acima das instituições democráticas. Ressalta ainda o historiador que o processo que envolve a produção da notícia pressupõe inevitavelmente os critérios subjetivos ou ideológicos e atende às necessidades materiais como qualquer produto de venda nas sociedades capitalistas. Finaliza o autor: “A tese de que a mídia pode ser independente de paixões e ingerências alimentam uma utopia perigosa, essa falácia original que envenena o cotidiano da profissão” (SCALZILLI, 2006, p.14).

---

<sup>10</sup> As estratégias políticas de acusações, ofensas pessoais, como parte do jogo de cena somente confirma o que temos verificado nas pesquisas de Rodrigues: “Era como se os jornais fossem pagos especificamente para defendê-los e ofender seus adversários, não importando a ética e o dever de informar a notícia pura e simples” (1996, p. 69).

Ao final de 2006 surge mais um novo jornal em Boa Vista, trata-se do **Roraima Hoje**, cujo slogan é “Sua inteligência merece respeito”. A primeira edição circulou no dia 06 de dezembro de 2006, trazendo como manchete: “Jornalismo imparcial: essa é a nossa proposta” (p. 01). Esse jornal foi uma iniciativa do empresário Flávio Rabello e de um grupo de profissionais da área de comunicação, circulando de terça a sábado. Nas 16 páginas eram abordados temas variados distribuídos em opinião, política, cotidiano, cidade, sociedade, esporte, política, cultura. O jornal contava com profissionais experientes da área jornalística e os jornalistas recém-formados pela Universidade Federal de Roraima. O objetivo principal do jornal era produzir informações com padrão de qualidade e atender os diversos segmentos da sociedade.

No primeiro editorial, o discurso da imparcialidade, da democratização da informação, da não censura a informação, da objetividade são bem evidentes, conforme podemos observar:

Sua inteligência merece respeito! Esse é o slogan do mais novo veículo de comunicação de Roraima. O leitor, em geral, merece respeito. E é com esse objetivo principal que um grupo de pessoas ligadas à área de comunicação resolveu idealizar, planejar e lançar o jornal Roraima Hoje.

A nossa intenção é democratizar a informação. É dar ao leitor uma opção de leitura fácil, objetiva e imparcial. Não temos a prepotência de auto-intitular-nos os melhores e menos ainda promover qualquer tipo de disputa.

Queremos, sim, é abrir espaço para que a população seja bem informada. Para que ela saiba distinguir o subjetivo do objetivo, o certo do duvidoso, o possível do impossível.

O Roraima Hoje vai dar ao leitor a possibilidade de interagir com a redação. E essa interação vai servir como pauta para os editores. Não vamos censurar as críticas e sim aproveitá-las para melhorar nosso conteúdo. Da mesma forma que queremos fazer jornalismo sério e o mais independente possível, esperamos que toda a sociedade saiba respeitar essa linha editorial. Toda e qualquer informação, quando for o caso, vai ter duas ou mais versões. Vai caber ao leitor absorver o que leu e tirar suas próprias conclusões. Pode até parecer muito teórico, mas na prática tudo isso é possível. O Roraima Hoje vai provar (RORAIMA HOJE, 2006, 04).

O jornal **Roraima Hoje** nasceu com a proposta de ser o contraponto no que diz respeito às matérias jornalísticas, já que o único jornal até então em circulação, o **Folha de Boa Vista**, tem mantido uma relação de “amor e ódio com os leitores”, pois, não consegue definir sua linha editorial, mantém a indecisão, portanto, causa de amor e ódio, segundo Valério (2006). Partindo do inconformismo com o jornal existente assim, se manifesta Luiz Valério:

O jornal está em circulação, trazendo consigo a proposta de democratizar o acesso à informação e contribuir para a pluralidade de opinião, elemento tão necessário para que os cidadãos possam formar seu juízo de valor e tomar suas decisões. Assume o compromisso de ficar vigilante às ações do poder em todas as suas esferas. Compromete-se a fazer um jornalismo honesto, de inovar sempre buscando fazer o melhor para o público que pretende conquistar. Este é compromisso firmado no editorial da edição primeira do jornal (2006, p.01).

Um jornal não surge apenas pelo interesse particular dos editores, segundo Chaparro (2001), pois as motivações para um jornalismo sério e ético, que é o interesse público, impõe ao editor que se investigue; o interesse público exige responsabilidade moral e veracidade pelas matérias publicadas. Enfim, são os respeitos aos valores, ideais e objetivos éticos de uma sociedade que deverão ser levados em conta pelo jornalismo.

Em Roraima, historicamente os jornais quase sempre tiveram envolvimento político-partidário, verificando o período mais recente do jornalismo roraimense vemos que os jornais são veículos da manifestação dos grupos políticos que financiam ou que estão ligados ideologicamente. Em 1992, na disputa para a Prefeitura da Capital, os principais candidatos estavam, de alguma forma, ligados aos jornais locais de circulação: Tereza Jucá (ex-esposa de Romero Jucá); Alceste Madeira de Almeida (apoiado pelo governador Ottomar Pinto) e Salomão Cruz, que embora fosse apoiado pelo prefeito Barac Bento é irmão de Getúlio Cruz. Na campanha de 1994, novamente candidatos inevitavelmente estavam ligados à imprensa. Na majoritária: Neudo Campos para governador e Marluce Pinto para o Senado (apoiados pelo jornal **Diário de Roraima**) e Getúlio Cruz para governador e Romero Jucá para o Senado – agora unidos - (com o apoio da **Folha de Boa Vista** e **O Estado de Roraima** – que embora continuasse com a mesma razão social passou a chamar-se **O Caburaí**. (RODRIGUES, 1996, p.69).

#### 1.4 O objeto do estudo: Jornal Folha de Boa Vista

O jornal Folha de Boa Vista, nosso objeto de estudo, teve a sua primeira edição em circulação em 21 outubro de 1983. Inicialmente, o jornal circulava apenas com uma edição semanal e ainda era impresso em Manaus, na Editora Calderaro. Os idealizadores do jornal foram os jornalistas: Fernando Estrela, Cosete Spíndola, Sônia Tarcitano e Cícero Cruz Pessoa. A perspectiva na época era fechamento do jornal oficial, o **Boa Vista**, e deixar espaço para a iniciativa privada. Tal possibilidade levou aos criadores do jornal a pensarem em um periódico privado. Muitas dificuldades, inclusive financeiras, e a falta de um parque gráfico, fizeram adiar o sonho da primeira edição. Nesse período, como destaca Soares

(1998), ano de 1983 teve três governadores em exercício. Ottomar de Souza Pinto teve o fim da sua gestão, iniciado em 1979, em 7 de abril de 1983. Vicente de Magalhães Moraes tem o início de gestão em 7 de abril de 1983 a 19 de dezembro de 1983 e finalmente Arídio Martins de Magalhães começou o seu governo em 19 de dezembro de 1983 finalizando apenas em 26 de junho de 1985.

Os trabalhos iniciais do jornal eram manuais e desgastantes, pela falta de tecnologia de ponta. Segundo Soares (1998), os jornalistas escreviam as matérias em Boa Vista, faziam o espelho e enviavam para Manaus, via área, onde o jornal era impresso. Somente seis meses após a publicação do jornal é que a equipe conseguiu empréstimos em bancos privados para comprar equipamentos usados para montar a gráfica. Em função dos desgastes dos equipamentos usados a gráfica enfrentava constantemente problemas como peças quebradas e não havia peças de reposição. Os impactos iniciais fizeram alguns da equipe desistirem do jornal, abandonando-o. Tempo depois, chegou novo equipamento, uma máquina de linotipo. Foi então necessário investir na formação técnica dos profissionais envolvidos no jornal (SOARES, 1998).

Um dos idealizadores do jornal, Fernando Estrella, conta os desdobramentos da equipe pela falta de experiência e conhecimentos:

Ninguém tinha experiência em gráfica, nossa experiência era muito superficial; não tínhamos experiência também, na produção de jornal em si, do dia-a-dia. Chegamos a trazer uma equipe completa de fora para ensinar o pessoal a mexer com o jornalismo, com a máquina. A primeira equipe veio do Rio, com quatro repórteres, sendo dois de jornal de bairro da Globo. Trouxemos um linotipista de São Paulo, um diagramador e um montador da Paraíba. Montamos uma equipe de bom nível, mas, a máquina quebrava muito. (...) Às vezes eu estava dormindo, o telefone tocava: a máquina quebrou. Ia prá lá, vestia o macacão e desmontava ela toda. Era difícil, eu tive um desgaste de vida (SOARES, 2003, p.53).

Ainda, em depoimento a Soares, Estrella fala das dificuldades enfrentadas:

(...) A gente queria fazer um jornal tamanho Standart, que seria para o Estado, o primeiro. A gente corria riscos porque só tinha avião quatro vezes na semana, às segundas, quartas, sextas e aos domingos. E às vezes a gente entregava o material nas mãos de passageiros e eles esqueciam o pacote dentro do avião, perdiam. Isso ocorreu várias vezes. A primeira edição do jornal, ficou pronta numa quinta-feira pela manhã e o vôo era sexta-feira. O pessoal da Crítica não tinha o hábito de fazer um jornal pra fora, colocar no avião para ser recebido aqui Boa Vista. Eles perderam o vôo da Varig para Boa Vista e o jornal não veio no dia do lançamento. Aí, nós pegamos todo o dinheiro arrecadado da venda de publicidade, pagamos um táxi aéreo. Alugamos o avião da RICO. O jornal chegou às cinco e meia da tarde, e circulou no dia previsto (SOARES, 1998, p. 51).

As dificuldades continuaram e a principal foi a financeira, pois com a estrutura montada não havia possibilidade de continuar com edições diárias. Assim, circulou diariamente apenas quatro meses, quando houve a necessidade de medidas radicais por parte da equipe, e por decisão de um dos fundadores o senhor Cícero vendeu 50% das ações que tinha direito para o empresário local Eloy Kimak e 30% das outras ações foram doadas, segundo testemunhou Estrella:

[...] eu dei de graça sem cobrar um tostão (30% das ações) para Eloy Kimak, para ele investir no jornal para o jornal não fechar. Poucas pessoas fariam isso, o Getúlio é testemunha, que foi tratado no gabinete dele e eu disse: Getúlio Cruz, prá não deixar o jornal morrer, eu vou dar 30% das ações com o compromisso de ele botar dinheiro lá dentro, para o jornal funcionar [sic] (SOARES, 2003, p. 54).

Em 1998, quando Getúlio Cruz saiu do Governo do Estado, o jornal **Folha de Boa Vista** atravessava mais uma crise financeira. Esta crise provocou a rendição dos sócios à proposta de compra por parte do então ex-governador. Getúlio impôs um novo estilo ao jornal, que voltou a circular três vezes por semana, dispensando parte dos funcionários. Mesmo assim, as dificuldades financeiras permaneceram, pois além de tudo ainda concorria com o jornal **O Estado de Roraima**, do Governador então empossado Romero Jucá (SOARES, 1998). Getúlio, em relato a Soares, afirmou ter decidido fechar o jornal em uma reunião:

Até que um dia, não agüentava mais achando que não tinha novidade alguma, reuni o pessoal, que era pouco gente, e disse: eu vou fechar o jornal. Na ocasião, eu estava lendo a biografia do Samuel Wainer criador do 'Última Hora' do Rio. E numa passagem do livro, Samuel contava que quando o Última Hora estava muito ruim, ele inventou colocar o azul no título do jornal, e que isso tinha dado uma repercussão boa do jornal. Nesta reunião, Gustavo Abreu, que hoje é assessor da Câmara Municipal, falou: 'Getúlio, a Folha não pode fechar. A Folha é um jornal necessário'. Por isso que, abaixo do título da Folha, têm, 'um jornal necessário'. Surgiu a frase do Gustavo. Aí, eu juntei essas duas coisas, um jornal necessário com o azul e resolvi, eu vou usar. Endividei-me mais um pouco. Resolvi pintar o prédio, coloquei o azul e passei quatro dias da semana trabalhando direto. Pensava em fechar, mas, resolvi ampliar a tiragem (SOARES, 1998, p. 55)

A intuição do novo proprietário da Folha de Boa Vista, alinhada à percepção de mercado e perfil dos leitores, fizeram o jornal consolidar algumas mudanças para circulação permanente até hoje. A estabilidade financeira do jornal deve-se à coesão familiar: “O caráter familiar atribuído à empresa fez com que, aos poucos, a **Folha** fosse conquistando o mercado e se consolidando até transformar-se no veículo de comunicação impresso mais expressivo do estado” (OLIVEIRA, 2003, p. 16).

Percebendo que as manchetes de crimes tinham uma maior vendagem em relação às demais manchetes, o jornal começou a priorizar este tipo de manchete. Outro meio de estabilizar a circulação do jornal foi a introdução do classifolha, gratuito para o anunciante, que aumentou em 10% a venda do jornal (Soares, 1998). Confirma também Pimentel:

Em março de 1991, a Folha tomou uma decisão importante, que viria ampliar ainda mais sua participação no mercado: abriu espaço para a publicação gratuita de anúncios classificados. Esse serviço vem assegurando ao jornal uma boa credibilidade, além de proporcionar um considerável aumento nas vendas de exemplares, e, conseqüentemente esse fato, dar uma melhor estabilidade financeira à empresa editora. (1996, p. 28).

Segundo Pimentel (1996) a Folha foi à primeira tentativa em Roraima de um jornal estruturado, o qual obedeceu ao estilo dos grandes jornais, com uma linha de produção que começa na captação da notícia e termina na distribuição dos exemplares impressos. Acrescenta ainda o pesquisador: “Foi também o primeiro jornal-empresa do Estado, visto que em sua estrutura foram introduzidos departamentos até então inexistentes em outros periódicos locais, como Administração, Finanças, Redação Gráfica” (PIMENTE, 1996, p. 27).

No período de 1990 a 1994, segundo Miranda (1994), a média de propagandas comerciais veiculadas no jornal Folha de Boa Vista era 10, diariamente. Nesse período pesquisado, o Jornal tinha a responsabilidade de elaboração dos anúncios publicitários, dispensando a mão-de-obra especializada na área. Também, além das propagandas comerciais e dos anúncios dos classificados, o jornal veiculava propagandas institucionais de interesse social. Na pesquisa de Miranda (1994) foram detectadas páginas inteiras dedicadas exclusivamente à propaganda do governo, em comemoração ao aniversário do governo do Estado. No ano de 1994, foi registrado um aumento significativo das propagandas políticas, pois tratava-se de ano eleitoral, em média eram de 13 publicidade diariamente. As propagandas representavam em torno de 50% do faturamento.

Passado o período de turbulência financeira, o jornal, aos poucos, foi determinando suas características: circula de segunda-feira a sábado e, desde 1998, conta também com uma edição *on-line* na Internet a FOLHA WEB e, mais recentemente, esta edição ganhou uma formatação que permite a atualização instantaneamente, dependendo dos acontecimentos.

O jornal a **Folha de Boa Vista** detém o maior número de leitores em Roraima<sup>11</sup>, atingindo todas as camadas sociais em Boa Vista. Sua distribuição é feita nas bancas de

---

<sup>11</sup> Segundo dados coletados na página eletrônica do próprio Jornal, disponível em: <http://www.folhabv.com.br/expediente.php>. Acesso em: 12/10/2006.



revistas, farmácias, supermercados e também é vendido por diversos jornaleiros em vários pontos da cidade (PIMENTEL, 1996). Ainda, o jornal trabalha com dois editoriais: Cidade e Política. Possui páginas de Esporte, Polícia, Variedade/Cultura, Opinião, Nacional e Social. Em 2003 foi desenvolvido o projeto “Folha Bairros”, em um caderno, dirigido aos moradores distantes do centro, onde o acesso ao jornal é dificultado. Coordena o projeto Folha nos Bairros o editor Jessé Souza, que acredita estar contribuindo para a fiscalização das obras municipais, já que, ao saber da reportagem no bairro escolhido, a Prefeitura trata de embelezar as ruas, tapando os buracos, limpando as ruas, a fim de que não receba críticas dos moradores (OLIVEIRA, 2003).

No ano de 2006, ocasião do vigésimo terceiro ano do jornal Folha de Boa Vista o diretor do Grupo Folha, Getúlio Cruz destacou que o investimento no parque gráfico possibilitou que a empresa tivesse uma maior expansão, abrangendo quase 90% de leitores em todo o estado. A tiragem diária, na época, era de 12 mil jornais e já chega aos 15 municípios de Roraima. Com relação aos projetos futuros, Cruz anunciou que o jornal teria capas coloridas, pois, até então, ainda circulava com duas cores, e também a Folha Web teria um maior investimento. Por fim, Cruz afirmou: “Nós fizemos um jornal que é acreditado, que tem a isenção possível”.

#### 1.4.1 Linha editorial e vinculação política<sup>12</sup>

Quanto à linha editorial do **Folha de Boa Vista**, logo nas primeiras publicações até o jornal passar para o grupo político do ex-governador Getúlio Cruz, era mais “independente”, segundo Estrella:

A linha editorial era uma linha muito diferente da que é hoje a Folha. Tinha mais compromisso com o leitor, era mais informativo e menos político. Claro que abordávamos a política, mas com isenção. Se tivesse que cutucar, a gente cutucava[sic]. O jornal era voltado mais para os problemas da comunidade. Os jornais hoje deixam a comunidade de lado e exploram o lado político (in SOARES, 1998, p. 52).

Conta Estrella, em entrevista a Soares, que a sobrevivência do jornal dependia do governo, assim foi inevitável o posicionamento a favor do grupo político no poder, pois a sobrevivência ou o fim dependia do direcionamento político (SOARES, 1998).

---

<sup>12</sup> Quanto a linha editorial do jornal Folha de Boa Vista e suas influências ideológicas podem ser encontradas em: SILVA, Paulo Sérgio Rodrigues da; VIEIRA, J.G. Uma breve análise histórica do jornal Folha de Boa Vista e suas influências políticas e ideológicas. **NORTE CIENTÍFICO**, v. 5, n.1, dez. 2010, Boa Vista(RR): IFRR, 2010.

A justificativa de que a linha editorial do jornal era diferente de hoje é contestada por Getúlio Cruz: “A nossa linha editorial continua a mesma desde a fundação” (OLIVEIRA, 2003, p. 21). Há uma divergência clara quanto à linha editorial, no entanto. As análises minuciosas do referido jornal mostram que não é bem assim e a tal isenção política praticamente nunca existiu. O pesquisador Oliveira, ao analisar a tendência editorial, mostra as contradições do que se afirma e do que se publica. Mesmo demonstrando preocupação com a questão fundiária e as potencialidades agroindustriais, o jornal **Folha de Boa Vista** veicula matérias referentes aos temas sob o prisma político e econômico, desprezando os demais aspectos (OLIVEIRA, 2003).

Artigo da jornalista Moraes (2004) publicado na Revista Comunicação & Sociedade sistematiza como se deu o processo dos jogos das relações políticas no “tabuleiro” de interesses pelos comandos políticos e administrativos vinculados aos meios de comunicação, especificamente o jornal a Folha de Boa Vista:

Em 1998, as administrações do Estado (governo Neudo Campos, do PTB) e do município de Boa Vista (prefeito Ottomar Pinto, PTB) eram ocupadas por políticos a quem o jornal fazia oposição. O próprio diretor tornou-se candidato a uma vaga no Senado pelo PSDB, aliado ao grupo do senador Romero Jucá, no momento em que a ex-prefeita Teresa Jucá, esposa do Senador, disputava o governo do Estado. Esses cruzamentos reforçam a estreita vinculação entre os meios de comunicação e o campo político roraimenses. Na eleição de outubro de 2002, o diretor-proprietário da Folha de Boa Vista candidatou-se novamente a uma vaga no Senado. Mesmo sem êxito, a família Cruz mantém importante presença no cenário político local. (MORAIS, 2004, p.91)

A tendência política do jornal **Folha de Boa Vista** é fato incontestável. A tradição política em Roraima vem constantemente instrumentalizando e monopolizando quase todas as mídias em benefícios dos grupos que os apoiam. Valério, jornalista, em artigo publicado na Internet intitulado “Os coronéis da mídia de Roraima”, descreve sucintamente como os coronéis da mídia utilizam os meios de comunicação para promoção ou para a troca de calúnias:

Os dois grupos políticos – de Ottomar e Jucá – trocam farpas diárias nas ondas do rádio e da TV. Para isso, o governador usa a sua emissora de televisão, a TV Boa Vista, e a rádio estatal Roraima AM, que, inclusive, está sendo requerida pela Radiobrás por falta de pagamento. Aliás, quem comprou a emissora antes pertencente ao Governo Federal e não pagou foi o senador Romero Jucá, quando ocupou bionicamente o cargo de governador do estado. São as acusações que rolam por aqui, com dossiês e tudo. Ottomar conta ainda com a simpatia recém manifesta do principal jornal diário local, a Folha de Boa Vista, pertencente ao economista e ex-governador biônico do estado Getúlio Cruz, que antes tinha uma ligação mais estreita com Romero Jucá. (VALÉRIO, 2006, p.1)

Em outra entrevista a Soares (1998), o proprietário Getúlio Cruz expressou-se de forma mais enfática em relação à linha editorial:

Temos uma linha clara de defesa de interesse regional e aí interesses econômicos, políticos e sociais. Depois, nós temos uma postura bem clara, dar ênfase à questão da cidadania, que as pessoas entendem como crítica, não é crítica. É que o cidadão não tem vez neste Estado. Nós temos uma linha editorial nítida no sentido de fazer a sociedade de Roraima entender que o nosso Poder Judiciário tem uma vinculação política terrível. Nossas instituições não trabalham com vistas aos interesses coletivos, mas atendem a interesses de grupos políticos. E na medida do possível, buscamos pelos menos, não diria na isenção política, porque nós não temos, mas a gente tem no mínimo, por exemplo: quando se acusa alguém, damos o direito de defesa. Por outro, lado se a pessoa é deputado, senador, governador ou prefeito não interessa a vida particular e sim a vida pública. A “Folha nunca usa a vida particular de ninguém (SOARES, 1998, p. 57).

Para a pesquisadora Pimentel, a linha editorial do jornal **Folha de Boa Vista** é do tipo informativo. Por outro lado, o jornal procura manter uma opinião própria nas matérias de redação. O jornal dispõe, aos vários colaboradores, uma página onde podem expressar suas opiniões, o que necessariamente reflete o que pensa a direção do jornal (PIMENTEL, 1996, p. 28).

Há muitos pontos de vistas e pontos polêmicos quanto à linha editorial. Bom é observar o que diz o diretor da **Folha** e analisar os aspectos ideológicos presentes nas entrelinhas do jornal. O próprio Getúlio Cruz, em entrevista concedida a Moraes, em 30/11/2002, imputa a responsabilidade com relação à linha editorial a dois fatores: despreparo dos seus próprios jornalistas e o fator econômico que não suporta o investimento em um jornalismo mais aprofundado, o que poderia trazer a independência (MORAIS, 2003).

Luft faz lembrar que, por ocasião da homologação da área indígena Raposa Serra do Sol, o jornal **Folha de Boa Vista**, no período de 15 de abril a 10 de maio de 2005, publicou mais de 140 matérias incluindo reportagens, artigos sobre o assunto envolvendo grupos a favor e contrários à demarcação. No entendimento de Luft, as fontes de informações dos mais variados setores evidenciam um novo caminho para o jornalismo. No entanto, a linha editorial do jornal tem suas afinidades com os setores políticos dominantes (LUFT, 2005).

Em uma nota pública da **Folha de Boa Vista** aos leitores do jornal, em maio de 2009, no período em que o Supremo Tribunal Federal julgava a Ações Popular 3388, contra a área Raposa Serra do Sol de forma contínua, o jornal deixa claro o seu posicionamento a favor da classe dominante, começa afirmando respeitar a opinião do editor do jornal Jessé Souza sobre a questão da Raposa Serra do Sol, mas se diz contrário e não concorda com seu posicionamento individual, que não representa o pensamento do jornal. Diz ainda a nota da

Direção, que a **Folha de Boa Vista**, no caso da Raposa Serra do Sol, ser favorável ao equilíbrio, nas decisões a serem tomadas pelo poder público, que devem atender a todos os interesses dos envolvidos. Contudo destaca a nota, que os direitos dos arroteiros devem ser respeitados, pois há décadas estão investindo na região e a produção do arroz é fundamental para mover a economia do Estado. Finaliza a nota assim:

O que é preciso deixar bem claro para a sociedade roraimense é que o Governo Federal não pode tomar decisões ao arpejo da lei, sob o vício de gerar não apenas conflitos físicos, mas principalmente instalar no Estado um autoritarismo que privilegia uma parte e prejudica a outra que luta dentro dos limites judiciais que a democracia permite (FOLHA DE BOA VISTA, maio de 2009, p. 01).

Mais uma vez, a questão do jornal ser o porta voz das elites ganha consistência nas provas apresentadas. O posicionamento muito evidente coloca o jornal na linha de frente na defesa das classes produtoras e isso vai se manifestando nas várias matérias publicadas nas charges, como veremos mais adiante, nas manchetes e, principalmente, na coluna Parabólica, que estudaremos mais profundamente no capítulo final.

#### 1.4.2 Perfil do atual proprietário do jornal Folha de Boa Vista: Getúlio Cruz

O atual proprietário do jornal **Folha de Boa Vista**, Getúlio Alberto de Souza Cruz, é roraimense, filho de Jacir e Santília Cruz, formado em economia pela Universidade Federal do Pará e professor de Economia na Universidade Federal de Roraima, tendo sido presidente do Banco de Roraima. O maior cargo político ocupado foi na condição de governador biônico do ex-Território de Roraima, no período de 26 de junho de 1985 a 14 de outubro de 1987<sup>13</sup>.

A manchete do jornal **Folha de Boa Vista** do dia 28 de junho de 1985 trazia estampado na capa: “Getúlio, uma esperança para Roraima”. No período em que Roraima era ainda Território, era uma prática comum e autoritária a nomeação dos governadores. Todos os governadores do ex-Território antes de Getúlio Cruz foram militares. A chegada de Getúlio ao poder quebrou o ciclo dos governadores militares indicados pelas Forças Armadas. Sua nomeação para o governo do ex-Território de Roraima foi resultado de uma difícil composição política entre os partidos PMDB e PFL, os quais não abriam mão de indicar o

---

<sup>13</sup> Informações obtidas no Lattes (CNPQ), com última atualização no dia 21 de janeiro de 2003, com texto declarado que Cruz: “Possui graduação em Economia pela Universidade Federal do Pará (1974), especialização em Desenvolvimento Rural Integrado pelo Fundação Getúlio Vargas - RJ(1977) e especialização em Contabilidade Social pelo Fundação Getúlio Vargas - RJ(1975). Atualmente é Professor Auxiliar da Universidade Federal de Roraima, funcionário da Editora Boa Vista Ltda e acionista da Agropecuária Pau Rainha As”. Acessado em 18 de abril de 2013. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4730705A7>.

governador (Folha Boa Vista, 1985, p. 08). O jornal **Folha** assim exprimiu-se: “Uma vitória incontestável. Uma vitória do entendimento, da composição e da conciliação” (Folha de Boa Vista, 1981, p. 01).

Na verdade, o contexto histórico nacional na década de 1980 apontava para grandes mudanças políticas, vivia-se a aura de novos rumos com a chamada “Nova República”, como havia definido Tancredo Neves, ou simplesmente período da redemocratização (SANTOS, 2004). Os então territórios federais, após 1985, passaram a ter os governadores indicados politicamente, como bem define Santos (2004): é o fim do autoritarismo e o começo da ascensão do poder local. Em discurso na Câmara dos Deputados, Mozarildo Cavalcante já havia declarado a necessidade da escolha de lideranças locais em detrimento ao interesse de grupos políticos e empresários de outros Estados, e que o governador a ser indicado deveria ser “um homem de lá”, fazendo referência a um político local.

A nomeação de um político local para governo do Estado estava em consonância com os interesses dos empresários. Assim, a nomeação do novo titular tinha a ver com as possibilidades de exploração mineral viabilizadas com a abertura da BR 174 e o levantamento do Projeto RADAM. O desenvolvimento do estado, com a sua criação, constava na pauta oficial como prioridade. A exploração das riquezas minerais nas terras indígenas era caminho para tal desenvolvimento, muito embora fosse um entrave. Neste contexto, surge Getúlio Cruz, no governo local, como o “testa-de-ferro” dos partidos que compunham a base de apoio do governo federal. Ele seria capaz de viabilizar o projeto dos empresários, políticos, mineradores e outros (SANTOS, 2004).

No ano de sua posse, conseguiu eleger o prefeito de Boa Vista, o senhor Sílvio Leite, que veio a ser assassinado no ano de 1987. Logo após o assassinato do então prefeito, a crise política tomou conta do governo, não havendo alternativa senão licenciar-se<sup>14</sup> do cargo em 1987 (DIRETRIZES 1991).

Em Dossiê publicado pelo Conselho Indígena de Roraima, em 2003, intitulado **Crime e impunidade em Roraima**, Ana Paula Souto Maior, ex-assessora jurídica do Conselho Indígena de Roraima, acusa o ex-governador Getúlio Cruz de apoiar os garimpeiros enviando

---

<sup>14</sup> O jornal **Tribuna de Roraima**, do dia 17 de outubro de 1987 noticia sobre o licenciamento de Getúlio Cruz: “Getúlio revelou que, no começo da tarde, face à posição do presidente do PMDB deputado Ulysses Guimarães que impunha a saída do governador de Roraima, com o que não concordava o ministro João Alves, resolveu pedir licença temporária’. De acordo com Getúlio, ele fez isso para não criar mais impasse dentro do governo e que tomou essa decisão depois de ouvir “os companheiros, os deputados Mozarildo Cavalcanti e Chagas Duarte, os secretários e outras figuras exponenciais do Território”. Ressaltou, que com a sua licença, pode dizer à sociedade e a todos os poderes, da sua isenção quanto à apuração do assassinato de Sílvio Leite”. (TRIBUNA DE RORAIMA, 17/10/1987, p.03)

policiais militares a fim de garantir a abertura de uma estrada da Água Fria até os garimpos no Caju e Serra Verde, situados na região Raposa Serra do Sol, o que veio a afetar as aldeias do Caju, Maloquinha, Pedra Preta e Piolho, região das Serras (SOUTO MAIOR, 2003).

Politicamente, Getúlio Cruz foi opositor de Ottomar Pinto nas eleições de 2006, porém mudou de posição e o apoiou irrestritamente na sua reeleição. Até então, os dois grupos políticos viviam trocando farpas. Getúlio Cruz chegou a ser chamado por Ottomar de “Senhor Dragagem”, uma ironia pela ação em que foi condenado pela Justiça Federal no projeto de dragagem do Rio Branco em que foram desembolsados pelo Governo Federal mais de US\$ 10 milhões e não se sabe onde o dinheiro público foi parar (LIMA, 2005).

Em 2005, Getúlio Cruz teve seu nome envolvido em um escândalo de repercussão Nacional. No episódio, os nomes de Getúlio Cruz e de sua esposa aparecem ao lado dos sócios da empresa Frangonorte, Romero Jucá e Tereza Jucá, lembrando que Romero Jucá era o ex-governador e também ex-ministro da Previdência Social em 2005. A empresa Frangonorte devia ao Banco da Amazônia - Basa R\$ 18 milhões (VALENTE, R.; SALOMON, M, 2005). No ato do empréstimo foi dado como garantia fazendas fantasmas. Romero Jucá afirmou, numa entrevista publicada no Jornal **Folha de São Paulo**, que:

O que nós fizemos - o Getúlio é que era o sócio-gerente [Cruz, ex-governador de Roraima], ele que tocava a empresa - foi receber uma parcela do dinheiro do Basa [Banco da Amazônia] para pagar dívidas da empresa, que já estavam contra ele no mercado. A empresa estava numa situação “..., sem pagar funcionários, numa situação de insolvência”, alegou o senador. (FOLHA DE SÃO PAULO, 13/03/2005).

#### 1.4.3 A Trajetória política de Getúlio Cruz

Após deixar o governo em 1987, Getúlio Cruz tentou, por diversas vezes, concorrer a cargos públicos, mas sem êxito. Nas eleições de 2006, concorreu a uma vaga para Deputado Federal pelo Partido Social Democrático Brasileiro - PSDB. Porém, nem se utilizando do potencial do jornal com a sua fotografia estampada na página principal obteve sucesso. Um dos seus lemas estampados no jornal **Folha de Boa Vista**: “Roraima precisa de parlamentares com experiência, talento, coragem e principalmente compromisso com a nossa terra. PENSE NISTO!” (FOLHA DE BOA VISTA, 18/08/2006, p. 01). Para eleitores mais conscientes isso não basta, pois o discurso pode ser falacioso.

Após o pleito eleitoral municipal de 2006, o economista Getúlio Cruz, ora antes ligado ao grupo do ex-governador eleito Ottomar de Souza Pinto (PSDB) falecido em 2007, em numa mudança súbita de posição política, assume a Secretaria Municipal de Planejamento,

cujo prefeito era Iradilson Sampaio, do Partido Popular Socialista – PPS, que era ligado diretamente ao grupo político do senador Romero Jucá Filho. Justifica o Secretário de Planejamento na matéria jornalística de Carvílio Pires, publicada no jornal **Folha de Boa Vista**, que:

A minha vinda para a Secretaria Municipal de Planejamento não pode ser observada do ponto de vista dessa política pendular. Tenho amizade pessoal ao senador Romero Jucá, mas com ele não tenho ligações políticas. Fiz campanha com o governador Ottomar Pinto, mas não pertencço ao grupo e não tenho compromissos políticos com ele. Então, não posso ser visto aqui como uma ponte entre a Prefeitura e o Governo do Estado ou como aproximação de alguns políticos ao senador Romero Jucá. (Folha de Boa Vista, 02-11-2006, p.04)

No início de 2012, Getúlio Cruz deixou a Secretaria Municipal de Planejamento em meio a uma crise de interferências políticas na gestão municipal. Mesmo alegando motivações pessoais para deixar o cargo, eram visíveis as insatisfações do ex-secretário em relação ao contexto político municipal. Em entrevista publicada no jornal *online* **Roraima Hoje**, Getúlio deixa evidente alguns motivos de sua exoneração:

Há razões evidentemente políticas da minha saída. Não com relação ao prefeito Iradilson, mas sempre fui um peixinho fora d'água. Eu e o secretário Paulo Linhares somos alguns dos secretários que não temos ligações com o esquema do senador Romero Jucá e a ex-prefeita Teresa Surita. Sempre enfrentei resistência aqui (Secretaria de Finanças) porque o resto da equipe, quase toda, é a mesma equipe da Teresa. (RORAIMA HOJE, 16 jan. 2012).

As proximidades do proprietário do jornal **Folha de Boa Vista** com a política antecedem e perduram ao longo da trajetória do periódico. Isso leva-nos a crer na inevitável influência política e ideológica na linha editorial do jornal, como iremos apresentar nos próximos capítulos desta dissertação. Baseado em farta documentação de fontes primárias e também secundárias, já identificadas e catalogadas pelo autor da pesquisa, abordaremos nos capítulos três e quatro, segundo proposta listada no sumário, como aparece nas reportagens, charges e editoriais a questão da violência contra os povos indígenas e os aspectos tendenciosos do jornal.

## 2 UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA VIOLÊNCIA PRATICADA CONTRA INDÍGENAS EM RORAIMA

Faremos uma pausa no histórico do jornalismo em Roraima para fazer uma discussão a respeito da violência praticada contra os povos indígenas no Rio Branco, demonstrando o mito da convivência pacífica, muito explorado na região pela mídia, por intelectuais, juristas entre outros.

A história dos povos indígenas nas Américas<sup>15</sup> foi marcada desde a chegada dos europeus a partir do século XV por uma relação desigual em que o branco europeu se sobrepôs de forma coercitiva em relação aos habitantes locais. O emprego das armas para intimidar e matar, o desrespeito a cultura numa atitude etnocêntrica, o trabalho forçado em regime de escravidão e outras atrocidades constituíram-se a base da instauração dos estados europeus em solo latino americano. O ser diferente dos indígenas pouco adiantou para um relacionamento amistoso, pois os colonizadores conferiam a si autoridade para impor as mais profundas crueldades físicas, psicológicas, culturais entre outras. Em 2001 um texto publicado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB enfatiza que a chegada dos europeus foi determinante para imposição de um estilo agressivo no tratamento como os outros (índios) e assim alterou as formas de convivências dos mais variados grupos indígenas. Cita o documento que a violência praticada pelos portugueses era estratégica na disputa pela terra e ampliação das fronteiras do território colonial. As empreitadas violentas foram incorporadas estruturalmente nas incursões genocidas, nas invasões de terras, repressão cultural e religiosa, discriminação, fome, alcoolismo etc. (2001, p. 33). Muito presente no atual Estado de Roraima, em especial no final do século XIX e início do século XX.

### 2.1. Violências na região do Rio Branco

Procurar traçar um roteiro das ações violentas praticadas contra as populações indígenas na Amazônia parece uma tarefa gigantesca e quase impossível pelo quantitativo dos atos, pois devem-se levar em conta todas as etnias e as centenas de anos decorridos, e logicamente que demoraríamos algumas décadas para a realização da pesquisa e que requeria

---

<sup>15</sup> Várias obras relatam o processo da conquista da América pelos europeus como atos de uma história extremamente sangrenta com os relatos de LAS CASAS, Frei Bartolomé. **O paraíso destruído: brevíssima relação da destruição das Índias**. Tradução Heraldo Barbuy. Porto Alegre: L&PM, 2001; CORTEZ, Hernan. **A conquista do México**. Tradução Jurandir Soares dos Santos. Porto Alegre: L&PM, 2001.



bastante suporte e logística adequada, impensável em um mestrado, porém podemos levantar aos menos alguns desses indícios.

Buscando as raízes históricas da cultura de violência estabelecida no Rio Branco, hoje Estado de Roraima, reportamos ao século XVIII em que a questão da guerra justa é definida por Farage:

A guerra justa era um conceito ao mesmo tempo teológico e jurídico, enraizado no direito de guerra medieval”. Tratava-se de estabelecer as circunstâncias em que seria lícito aos cristãos fazerem a guerra, discussão que toma impulso na luta contra os mouros e que, no bojo da expansão ultramarina ibérica, suscitou intenso e controvertido debate entre teólogos-juristas (1991, p. 27).

Essa concepção política teve destaque na ocupação, conquista e fortalecimento da Coroa Portuguesa nessas regiões. Ao empregar as guerras justas, o Estado não só marcava sua presença como forma de atuação e, portanto, firmava domínio frente aos holandeses e espanhóis, como também dava início aos mais brutais tratamentos violentos aos povos indígenas.

Nádia Farage (1991), ao reconstruir a história do Rio Branco no período da colonização portuguesa, traz à tona as discussões em torno da guerra justa. Segundo a pesquisadora a expressão guerra justa teve muitas variações desde as concebidas pelos teólogos-juristas. De acordo com o contexto e as conjunturas políticas, o Estado podia declarar a guerra justa à medida que o Estado Português tivesse o seu projeto de conquista ameaçado. Decretava-se guerra justa com a finalidade de restabelecer a atuação da Coroa de forma mais firme e enérgica.

E foi assim em 1653<sup>16</sup>, ano em que foram decretados os motivos pelos quais Portugal podia empregar a sua força bélica unilateralmente. Seriam razões para o emprego da força: o impedimento por parte dos índios da pregação evangélica; não defender a vida e propriedade dos colonos; o estabelecimento de alianças com os inimigos da Coroa; o impedimento ao comércio e a circulação dos colonos; a falta às obrigações que lhes foram impostas e aceitas nos princípios da conquista e outros. (FARAGE, 1991, p. 27).

As guerras justas eram dispositivos legais da Coroa Portuguesa e que poderia recorrer quando ameaçada em suas empreitadas. Farage (1991, p. 28) define com mais precisão a

---

<sup>16</sup> Um profundo estudo a esse respeito da Legislação e Política da Coroa Portuguesa no período Colonial, séculos XVI e XVIII, pode ser encontrado no trabalho de pesquisa de PERRONE-MOISÉS, B. Índios livres e índios escravos – princípios da legislação indígena do período colonial (séculos XVI a XVIII) In.: CUNHA, M. C. (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

guerra justa ofensiva, pois a lei de 1688, retomando as diretrizes de 1655, estabelecia que por guerra justa defensiva dever-se-ia entender a guerra em caso de invasão dos índios aos estabelecimentos portugueses e, ainda, quando aqueles impedissem a livre circulação dos missionários e colonos. A guerra justa ofensiva seria cabível quando houvesse ‘temor certo e infalível’ de ataque por parte dos índios (Lei de 9.4.1611 in J.J. Andrade e Silva, 1858, vol. X).

É importante observar que, segundo Farage (1991, p. 27), a guerra justa poderia ser defensiva quando os índios atacavam os portugueses, este por dever “moral” utilizando-se da força e em nome do Estado defendia-se com um arsenal bélico, com mais desenvolvimento tecnológico. Também a guerra justa poderia ser ofensiva quando a Coroa Portuguesa impunha-se no sentido de fazer valer a institucionalização do Estado nas terras indígenas, agora terras sob domínio português.

Outro conceito ligado diretamente aos processos violentos contra os povos indígenas, também do Rio Branco, foram os *resgates*, que estiveram relacionados ao fornecimento de mão-de-obra às demandas, principalmente da agricultura. Farage ao recorrer Marchant (1980) confirma que a mão-de-obra indígena, escrava<sup>17</sup>, foi intencionalmente utilizada na formação econômica da região: “O início da agricultura, impondo uma maior demanda de mão-de-obra por parte dos colonos, inaugura um período de escravização sistemática, onde o termo resgate consolidou-se enquanto método de obtenção de escravos índios”. (1991, p. 28).

As guerras justas e os resgates eram atribuições do Estado Português como parte de suas políticas oficiais, legitimadas em terras indígenas sob seu domínio e faziam parte de suas intervenções direta utilizando-se dos processos violentos para obtenção de mão-de-obra. Porém, paralelamente a ação do Estado na obtenção de mão-de-obra escrava indígena essas ações não eram exclusividade da Coroa, eram também praticadas por clandestinas praticadas por muitos grupos a ponto de não haver controle:

[...] é essencial notar como aponta D. Sweet (1974, II: 479), que a escravização clandestina na Amazônia como um todo foi de muito maior porte que a escravização efetuada pelas tropas de resgate oficiais e tropas de guerra somadas. Tal escravização, pela sua própria natureza, não pode ser avaliada quantitativamente, mas a documentação do período permite inferir que sua prática foi muito diversa daquela proposta em termos legal, e geralmente incontrolável. (FARAGE, 1991, p. 30).

---

<sup>17</sup> Para Farage, a legislação no período pré-pombalino define duas categorias de escravidão: “seriam escravos legítimos os índios aprisionados em guerra justa e aqueles obtidos através de resgate” (1991, p. 26).

Assim podemos entender que a imposição da força, a coerção, praticadas na Amazônia e consequentemente no Rio Branco, chegaram a proporções exageradas sem o menor questionamento de tal barbárie, até então. O retrato do barbarismo praticado em sua faceta mais desumana aparece na documentação pesquisada por Farage e nos dá uma idéia do ocorrido:

O governador Mendonça Furtado, em 1752 – já na antevéspera das reformas pombalinas e, portanto, em um período de revisão crítica da escravidão indígena – descreve a tropa de resgate como um ‘tropol de quantos homens indignos e de vida licenciosa havia por este Estado’, comandado por um cabo que geralmente seria um ‘celerado’, cuja prática corrente era obrigar os índios a aceitarem ‘aguardente, velórios e ferramentas’ em troca de forçá-los à guerra com outros povos para depois resgatarem os prisioneiros; e ainda ‘amarrá-los à traição’, escravizando aldeias inteiras [...]. (1991, p. 30).

O apresamento clandestino estava muito além dos “homens indignos e de vida licenciosa”, mas toda a colônia estava de certa forma empenhada na escravização ilegal dos indígenas, muitos iam ao sertão em busca de escravo, todos tiveram participação direta ou indiretamente, desde os funcionários das fazendas subornáveis até missionários e governadores das províncias lucravam de alguma forma (FARAGE, 1991, p. 30).

A colonização no rio Branco foi marcada por uma verdadeira invasão ao território habitado por povos indígenas das diversas etnias. Para garantir a presença portuguesa na região e evitar o estabelecimento efetivo dos holandeses e espanhóis, a Coroa portuguesa patrocinou a maior desestabilização étnica e cultural dos povos dessa região, constituindo atos violentos de violação cultural. Com o objetivo de formar aldeamentos das etnias indígenas eram retirados de suas malocas e postos em aldeias comuns a diversas etnias. Como bem enfatiza Farage:

O processo de aldeamento implicava, ao contrário, uma fixação da população indígena, fixação pensada sob um conjunto de regras certamente alheio à estrutura social daqueles povos: como então explicava o cronista Ribeiro Sampaio [(1777) 1872: 251], os portugueses chegavam para fazer dos índios ‘homens civis, e homens cristãos’, ou seja, traziam uma proposta de ordem social onde não se supunham existir. (1991, p.128-9).

A violência aqui não é física, mas cultural, apesar das diversas leis não permitirem grupos diferentes serem colocados juntos, isso não era respeitado. A violência contra os povos indígenas no Rio Branco no século XVIII, teve também como principal motivo à utilização da mão-de-obra escrava indígena na exploração das drogas do sertão, como parte de um projeto econômico para o fortalecimento do mercado do Pará e São Luís:

Nesse momento, a região passa a ser integrada no mercado interno colonial: não mais o apresamento de índios em escala regional empreendido por pequenos traficantes como Francisco Ferreira, mas uma exploração sistemática, com o apoio do Estado, visando os mercados de Belém e São Luís. Com efeito, o Rio Branco e seus tributários serão, durante os anos que se seguem, uma das principais zonas de fornecimentos de mão-de-obra escrava indígena para o Pará (D. Sweet, 1974, II: 599-622). (FARAGE, 1991, p. 68).

O Rio Branco foi tomado por expedições de resgate com o objetivo de arregimentar indígenas, não importando os meios utilizados para isso, e em muitos casos os indígenas eram retirados à força de suas comunidades, desenraizando-os de suas culturas e desestruturando politicamente o grupo, desfazendo assim toda uma organização interna e coesa dos costumes, das tradições, religiosidade original. Desta forma, os indígenas foram deslocados para serviços desconectados dos seus costumes e que não lhes faziam sentido algum<sup>18</sup>.

Violentos também não foi apenas o emprego da força física no apresamento dos indígenas, mas também e de igual forma as pestes (epidemia, sarampo) que dizimaram centenas de índios na região e em alguns casos etnias inteiras, já que biologicamente os indígenas não são imunes às virulências trazidas pelos brancos europeus:

A dimensão da tragédia que certamente representou o apresamento de escravos para as sociedades indígenas na região em muito se amplia com a expedição de Ayres, pelo contágio do sarampo que esta tropa levou ao rio Branco. Essa epidemia de sarampo começou a grassar na capital por volta de 1743 e rapidamente se propagou pelo interior... com consequências desastrosas para a demografia local, principalmente para a população indígena. (FARAGE, 1991, p. 72).

Farage utilizando-se das crônicas de Chermont chama a atenção para o relato assustador: “Para a área específica do Rio Branco, uma idéia do desastre social e demográfico causado pela ação do apresamento e epidemia combinados [...] lugares até então sabidamente populosos, onde não restavam mais que os ossos dos mortos; ‘os que escaparão do contágio, não escaparão do cativeiro’” (1991, p. 72) Tal relato derruba os argumentos levantados historiadores “oficiais” ou mesmo os argumentos do senso comum que circulam no imaginário da maioria da população de Roraima de que branco e índios conviveram fraternalmente desde o alvorecer da história do Rio Branco.

---

<sup>18</sup> Santilli em um artigo publicado no Portal Instituto Sócio Ambiental intitulado Aldeamentos afirma que as atrocidades cometidas pelos colonizadores com os povos indígenas Macuxi não foram apenas passíveis de registros pelos cronistas do rio Branco, mas também foram igualmente objeto de registro por parte dos Macuxi e permanecem ainda hoje em sua memória, marcados por um momento dramático nas diversas narrativas que versam sobre sua história política. Santilli, Paulo. **Aldeamentos**. Instituto Sócio Ambiental. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/pib/epi/macuxi/hist.shtm>. Acesso em: 4 de julho de 2007.

Teses de doutorado, dissertações de mestrado, especialmente publicações da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e as produções científicas do curso de História, comprovam o oposto. Por meio delas, é possível concluir que negar a historicidade marcada pelas atrocidades cometidas em relação às populações indígenas é mais uma atitude estratégica de dominação dos “soberanos” locais para garantir seu espaço na base com convencimento da sociedade local a favor de quem sempre manteve os indígenas subjugados a servidão<sup>19</sup>.

Feito uma breve incursão sobre a violência contra os povos indígenas, voltamos os nossos olhos para uma historiografia mais recente a fim de analisarmos o que curiosos, profissionais liberais, juristas escrevem a respeito. É bastante comum encontrarmos expressões como por exemplo: “brancos e índios sempre tiveram convivência pacífica” ou expressões que apontam uma situação pacífica de acordo com o interesse das coligações poderosas, como podemos ver em Miranda: “A população indígena, de forma inequívoca, diz **SIM** (grifo nosso) à convivência pacífica de índios e não índios, com a demarcação da área indígena respeitando-se as cidades [...] E, contra fatos, certamente, não há argumentos”. (2002, p. 190). Em estudo coordenado por Miranda, o mito da convivência pacífica é exaltado mais uma vez:

Do início do século XX até 1970, os índios **viviam em clima de harmonia** (grifo nosso) com os não-índios, segundo se aludiu inicialmente. Nesse período, houve uma integração social e até cultural. Os índios passaram a conhecer e utilizar os objetos e alguns equipamentos de produção trazidos pelos não índios, como terçado, enxada, machado, serrote e outros. De 1970 a 2003, houve vários avanços positivos na população indígena com a implantação das escolas em várias comunidades pelo governo do ex-Território Federal de Roraima. Desde o início da década de 50, já existia a Escola Padre José de Anchieta, na Vila Pereira, situada na margem esquerda do rio Surumu, implantada pela Diocese de Roraima com o objetivo de alfabetizar e catequizar os habitantes da região, a qual, em princípio, funcionava em regime de internato. **Ali, portanto, conviviam, harmoniosamente, índios e não índios** (grifo nosso”). (MIRANDA, 2004, p. 113)

Certo “saudosismo” no imaginário midiático vem à tona quando a questão é a relação entre índios e não-índios, e podemos observar isso na afirmação:

Houve um tempo em que brancos e índios desejavam intensificar ainda mais os seus laços de amizade na conflituosa área Raposa/Serra do Sol. Os índios formavam a principal base de oferta da mão-de-obra dos fazendeiros e a miscigenação andava a

---

<sup>19</sup> Há muitos outros trabalhos de relevância histórica que destacam os grandes conflitos violentos com relação aos povos indígenas, como a obra da historiadora Domingues, A. **Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

galope, com alguns índios passando efetivamente a fazer parte de tradicionais famílias. (Folha de Boa Vista, 31/01/2000, Caderno Municípios, p. 07)

Também é interessante observar em Dorval de Magalhães, escritor e engenheiro agrônomo, falecido em 2006, que foi funcionário público desde a criação do ex-território Federal de Roraima em 1943, sobre a abordagem simplista feita em relação os genocídios dos povos indígenas das diversas etnias, como forma de ludibriar os fatos históricos:

Vive-se a lamentar, em prosa e verso, tudo que aconteceu. Mencionam-se cifras milhões de índios mortos. Repete-se isso amiúde, condenam-se muitos governos, há várias décadas. Em cada documento, em diferentes artigos, as referências são sempre a índios... índios... índios... Se os antropólogos, que tanto lamentam os massacres de índios, no que também os apoiamos, fizessem um estudo mais acurado sobre esse problema, certamente sua estatística fosse alterada, pois muitos dos silvícolas considerados mortos, simplesmente casaram-se com brancos, mestiços e negros, numa miscigenação conhecida no País, mas infelizmente pouquíssimo proclamada. (MAGALHÃES, 1986, p. 40).

Também é comum afirmações de que as situações conflitantes entre brancos e índios datam da chegada dos jovens Missionários da Consolata na década de 60 e sua atuação junto aos povos indígenas<sup>20</sup>. Para Miranda, o que justifica a quebra da convivência pacífica foi à chegada dos padres especificamente Giorgio Dalben<sup>21</sup>, Sabino, Bruno e Thiago. Para o jurista, na década de 1970 a mudança de estratégia da Diocese em relação às questões indígenas com a implantação do programa “Ou vai ou racha”<sup>22</sup> alterou o humor dos indígenas antes amistosos e amigos dos não índios, agora inimigos que buscam a reconquista das terras supostamente tomadas pelos posseiros (MIRANDA, 2004, 115). Miranda, como era de se esperar, tem atitudes conservadoras, negando a história de domínio sobre os povos indígenas da Região, assim desconsidera séculos de dominação, violência, violação das culturas

---

<sup>20</sup> A esse respeito, ver o trabalho de André dos Santos Vasconcelos, **Negação do Óbvio**. A omissão da morte no conflito Xunumu Tamu nos jornais de Boa Vista, nas páginas 45 a 52, apresenta como a mídia local aborda a questão da violência tratando-se da Igreja Católica na história recente de Roraima.

<sup>21</sup> Os padres que atuaram diretamente nas questões indígenas no que se refere ao despertar da consciência foram alcunhados de “padres guerrilheiros”. Fato esse, bastante veiculado nas mídias e aceito por uma parte da população. Em entrevista ao autor Vitélio Pasa, padre da Diocese de Roraima no período de 1986 a 1998, compartilha uma visão mais histórica e crítica em relação aos padres missionários, especificamente Pe. Jorge. Segundo ele “Na questão Indígena de Roraima a pessoa chave da conquista dos Povos Indígenas, foi o Pe. Jorge. Na opinião pública, creio eu, que 95% do que se diz dele é infundado e inverídico e politicamente malicioso. Pouco se fala do processo histórico que ele desencadeou junto aos Povos Indígenas”.

<sup>22</sup> O grito de guerra “ou vai ou racha surgiu a partir dos anos de 1970 e já visava a busca pela demarcação da terra em área contínua, financiamento para projetos econômicos e além do mais, eram uma campanha de luta contra o álcool nas aldeias.

existentes, extermínio de etnias, praticada contra grupos indígenas<sup>23</sup>, como também deixa de considerar a perseguição sofrida pelos religiosos, especialmente Pe. Giorgio, que por diversas vezes foi vítima de calúnias infundas e difamação.

Em 1981, em uma Nota de Repúdio da Igreja de Roraima, é relatado um fato em que os militares hostilizam brutalmente o religioso com palavras de baixo calão, agressões verbais, humilhações através de “apalpamento” nas partes íntimas, acusam de comunista, maconheiro, pedófilo, homossexual, aproveitador de meninas indígenas, de mandar flechar o gado dos brancos, de não rezar a missa para os brancos entre outros (NOTA DE REPÚDIO, 1981). Os militares, que deveriam estar a serviço do Estado, no sentido de garantir a segurança de todos indistintamente, estiveram em Roraima sempre contra os povos indígenas numa tentativa, como aponta a Nota de Repúdio, de acabar com o trabalho de conscientização dos índios realizado pela Igreja junto aos indígenas.

## 2.2. Principais conflitos no século XX – a efervescência da violência em Roraima

Na história recente, os principais conflitos violentos contra os povos indígenas estão relacionados à ocupação da terra por, principalmente fazendeiros<sup>24</sup>, rizicultores, garimpeiros, que acirram conflitos violentíssimos deixando vítimas de ambos os lados. Porém, é bom ressaltar que os conflitos sempre ocorreram de forma assimétrica prevalecendo a força das armas dos brancos. Mas não só isso, as instituições dos ex-municípios, como também do Ex-território estiveram e continuam a serviço de uma pequena elite branca (VIEIRA, 2007).

Paulo Santilli, em sua obra **Pemongon Patá: Território Macuxi, Rotas de Conflitos**, trabalhando temporalmente o período do final do século XX ao início do século XXI e os embates conflituosos na área Raposa Serra do Sol<sup>25</sup>, analisa o roteiro histórico das principais crises envolvendo o grupo étnico Macuxi, principalmente. Nesta análise ficam caracterizados os motivos de acirramento entre brancos e índios, assinalando que os atos violentos estão vinculados diretamente à disputa da terra. De um lado, o fazendeiro que se aproxima faz amizade e conquista a simpatia do índio, inclusive com a ideia do compadrio, que por sua vez

<sup>23</sup> Porém um novo discurso mostra que não foi tão inocente a relação entre os dominadores e os habitantes indígenas no Rio Branco, como podemos citar os trabalhos de Farage (1991), Santilli (2001), Vieira (2003).

<sup>24</sup> Com a homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol em abril de 2005, todos os ocupantes das terras dos indígenas não-índios foram obrigados no período de 1 ano a deixar a área, questão que se estendeu até 2009, com a confirmação pelo Supremo Tribunal Federal da homologação da área.

<sup>25</sup> Em relação violência na área Raposa/Serra do Sol além de Santilli muitos outros autores destacam várias ações violentas como o Relatório HUMAN RIGHTS WATCH. **Brazil: Violence Against the Macuxi and Wapixana Indians in Raposa Serra do Sol and Northern Roraima from 1988 to 1994**. Volume VI, Issue No. 7, June 1994. Disponível em: <http://www.hrw.org/sites/default/files/reports/BRAZIL946.PDF>. Acessado em: 26 set. 2013.

aceita essa relação, tese levantada por Santilli. Essa relação não desinteressada, segundo ele, conforme manda os preceitos cristãos, mas é uma maneira do fazendeiro conquistar não apenas a amizade, mas também a terra do indígena. A partir daí instala-se a matriz que irá gerar discórdias, confusões, conflitos, mortes, torturas e outros. Para destacar a gênese dos conflitos recentes Santilli conta que:

Residente na área empossada desde meados dos anos 50, Aldo Rodrigues estabeleceu relações de compadrio com os habitantes da aldeia Macuxi mais próxima, no caso, com um dos homens mais velhos da aldeia Ouro, Agrícola Pacheco; estas relações lhe permitiram um convívio pacífico com os índios vizinhos. Os índios mais idosos, moradores nas aldeias situadas nos campos do vale do Rio Uraricoera, mantêm, entretanto, presente, na memória oral, um tempo anterior a esse, marcado pela violência dos primeiros colonos civis ao instalarem suas posses naquela área, tanto queimando aldeias, expulsando os habitantes, quanto conduzindo-os a trabalhos forçados; chamam-no de ‘tempo de ditadura’. Também é bastante forte na memória oral Macuxi a postura clientelista por vezes adotada pelos posseiros, como Aldo Rodrigues, buscando obter o consentimento e o trabalho dos índios por meio de relações de compadrio, do préstimo de artigos industrializados e, sobretudo, da oferta de carne e leite. (2000, p. 60).

É interessante observar que nem sempre os ocupantes das terras indígenas, nesse caso, os fazendeiros fazem questão de admitir o clima tenso estabelecido. Parece tudo tão natural e pacífico e que se há clima tenso é a Igreja Católica a culpada por instigar e insuflar os povos indígenas a rebeldia:

Os velhos fazendeiros, na verdade, nem reconhecem que existe problema. Negam o conflito e acusam a Igreja de fomentar os conflitos e revoltas. Para esses, a solução é simples: continuar a viver ‘harmoniosamente’ nas terras, como sempre. Por isso tendem, na maioria das vezes, em boa consciência, a negar o conflito. Ou melhor, não reconhecem como tal os acontecimentos (matar uma rês, por parte dos índios, ou o gado que invade as roças, por exemplo) reduzindo isso a casos individuais de brigas que podem acontecer com qualquer um, índio ou não. (CIDR, 1990, p. 35)

As ações violentas dos fazendeiros também tiveram como pano de fundo o não reconhecimento da organização indígena, visto como uma ameaça à sua presença nas terras que por direito natural não lhes pertencem, mas sim aos povos indígenas. A partir do momento em que os povos indígenas dos lavrados despertaram para a criação de gado foi necessário construir cercas, currais e barracos, e isto vibrou como ameaça: “Os fazendeiros começaram a não gostar disso. Perceberam que se este processo continuasse nas malocas, os rebanhos das comunidades iriam aumentar de maneira tal que não poderiam mais defender a tese de que os índios não precisam de terra porque não têm criação”. (CIDR, 1990, p. 47).

As comunidades indígenas Macuxi, ao relatarem coletivamente alguns aspectos históricos, confirmam a posição de Santilli:



Eles (fazendeiros) diziam que queriam ter um lugar para viverem juntos com a gente, pareciam ser todos bons. Mas o que queriam era se apossar das nossas terras. Foi assim que vieram os fazendeiros: Pé de Chumbo, Folha Seca... Cara Dura... tenente Furacão. A situação se agravou dificultando a vida dos parentes. Os parentes eram usados como mão de obra barata para construção de casas, currais, cercados, plantio de fruteiras, capinzais, vaqueiros e outros trabalhos de interesse dos brancos. Os brancos começaram a enganar os indígenas fazendo a troca de objetos que os brancos tinham, por moças e rapazes. Assim, os jovens eram vendidos em troca de mercadoria de pouco valor, às vezes por um machado, terçado, sal, um forno e o rapaz ou moça ia com o branco para fazer o trabalho na fazenda e às vezes até apanhavam dele. (CLEMENTINO, 2004, p. 26).

Essas informações citadas aqui mostram a reação violenta dos fazendeiros à organização indígena, pois tudo isso passava ser um ameaça e, portanto, um incômodo lidar com um grupo que começava a ter uma organização representativa, que começava a cortar as relações perniciosas e que se assumia a luta da terra como uma questão não somente de fazer justiça, mas como fundamental para a sua própria sobrevivência.

Em um texto coletivo elaborado por vários professores indígenas da Região das Serras – Terra Indígena Raposa Serra do Sol, testemunham com o próprio punho a trajetória da violência junto às comunidades Macuxi:

Nossa terra foi invadida por fazendeiros, garimpeiros, marreteiros e outros. Nossos antepassados foram cruelmente escravizados e prostituídos por esses invasores, passando a depender dos brancos. A invasão provocou desunião, ameaças de morte, brigas, doenças, racismo, preconceitos, bebedeiras e festas de bagunça promovidas por não-indígenas. A maioria dos nossos parentes trabalhava para os não indígenas no garimpo, na empreitada como vaqueiro, e tinha muitas dívidas com os fazendeiros. Só lhe restava pobreza, fome, miséria. Nossos parentes eram proibidos de tirar palha, madeira, pescar, caçar, construir retiros e curral. Os não indígenas provocaram a destruição dos nossos lugares mais ricos em caça e pesca. Chegaram às corruptelas, o município e o quartel dentro da aldeia indígena Uiramutã. A presença desses invasores provocou muita violência física, moral e cultural e nos deixou desorientados, *sem saída para a caminhada da vida*. (CLEMENTINO, 2004, p. 25).

A chegada dos fazendeiros, com raras exceções, foi sempre marcada pela subestimação do outro, visto como objeto. Numa atitude de mostrar “superioridade”, os fazendeiros, ao se instalarem nas terras das comunidades indígenas, “[...] começaram a praticar atos de violência contra as comunidades, ameaçando, perseguindo e impedindo-as de realizar seus trabalhos” (CLEMENTINO, 2004, p. 27). Esse é o testemunho dos próprios indígenas Macuxi que ao escreverem a sua própria história confirmam a trajetória

conflituosa<sup>26</sup> na relação com aqueles que se estabeleceram em suas terras e procuram ludibriá-los com argumentos aos quais os indígenas ainda não estavam preparados para refutar. Contudo, o discurso perpassado em Relatório sobre Raposa/Serra do Sol, patrocinado pelo Poder Público Estadual, continuou afirmando que a realidade histórica da região não existiu conflitos abertos e muito menos luta sangrenta entre índios e não índios na luta pela posse da terra e que tudo não passou de uma farsa, como querem as Ongs (MIRANDA, 2004).

Todorov (1982), em a **Conquista da América**, ao relatar as crueldades dos europeus na América com a conquista, enfatiza que a compreensão da realidade dos povos ameríndios pelos colonizadores foi determinante para a destruição das populações nativas e tal compreensão nunca foi acompanhada pela simpatia. Os espanhóis cometeram muitas crueldades, sem piedade cortavam mãos, braços, pernas e seios das mulheres jogavam nos lagos, golpeavam crianças e jogavam para que fossem devoradas pelos cães raivosos, também fizeram parte do repertório sanguinolento dos espanhóis queimarem índios vivos, cortar a língua e nariz. Las Casas afirmou que ver tal barbárie era um espetáculo horroroso e apavorante. Segundo Todorov, os motivos pelos quais levaram os espanhóis a cometerem inúmeras carnificinas foram o desejo de enriquecer e a cobiça pelos tesouros escondidos nas terras dos índios, o que em Roraima se deu no final do século XX, com a descoberta do ouro, em especial nas terras dos índios Yanomami.

### 2.3. Momentos tensos e violência em Roraima

Muitos acontecimentos ameaçaram violentamente as comunidades indígenas em Roraima, entre os quais, podemos citar a presença de garimpeiros, que agravou as tensões entre esses povos. Em vários momentos da história recente de Roraima garimpeiros se fizeram presentes nas terras indígenas, segundo Clementino (2004, p. 27), na Região das Serras a invasão garimpeira aconteceu a partir do final do século XX. A busca de ouro em terras indígenas tornou-se constante: “Na década de 1990, a presença dos garimpeiros foi intensificada após terem sido expulsos da área Yanomami. Essa invasão trouxe graves

---

<sup>26</sup> Em 1998, uma Comissão do Congresso Nacional composta por senadores estiveram em Roraima visitando as regiões indígenas bem no auge da febre do ouro e constatou no relatório **Roraima: um aviso da morte**, que uma determinante dos conflitos é “provocado pela presença de posseiros em terras dos índios Macuxi, Wapixana, Taurepang e Ingaricó na região do Surumú. Durante o projeto de vila de Surumu á maloca Miang, a comitiva constatou alguns dos efeitos desse conflito: dois galpões derrubados em duas posses e nove casas destruídas e queimadas na maloca, além da devastação do roçado feito pelos índios para a própria subsistência” (pág. 14-15). CCPY/CEDI/CIMI. Relatório sobre a viagem da Comissão da Ação pela cidadania ao Estado de Roraima, entre 9 a 12 de junho de 1989. São Paulo: s/e, 1989.

problemas, que modificaram a vida da comunidade, tais como: bebidas alcoólicas, prostituições [...]” (CLEMENTINO, 2004, p. 27).

A mineração em Roraima reporta ao período da conquista aos dias atuais. Dos vários registros existentes nada é comparado à intensificação das atividades quanto ao período de 1980. Uma quantidade exagerada de garimpeiros invadiram as terras dos Yanomami provocando dizimação dos povos, infestações de doenças, conflitos armados com mortes, quase sempre de indígenas e danos ao meio ambiente com o assoreamento de alguns rios, desmatamentos das matas virgens, pistas clandestinas e a contaminação das fontes aquáticas com o mercúrio.

Essa leva de mais de 50 mil garimpeiros<sup>27</sup> em terras de Yanomami provocou a fúria e indignação de muitas organizações nacionais e internacionais. A pressão desses grupos foi determinante para que o governo brasileiro, vendo-se obrigado, tomasse medidas que garantisse a retirada dos garimpeiros.

A Comissão da Ação pela Cidadania do Congresso Nacional, que veio a Roraima para fazer um diagnóstico da situação da presença de garimpeiros nas áreas indígenas de Surucus e Paapiú dos povos Yanomami relata as seguintes conclusões:

A área foi tomada de assalto por centenas de garimpeiros que estão dizimando os Yanomami da região (cerca de mil). Os garimpeiros atraíram dezenas de tendas comerciais ao local e um grande movimento de aviões e helicópteros. Permanecem na região, sem controle de qualquer espécie, uma vez que não há destacamento policial nem qualquer autoridade ali presente. Estão destruindo física, moral e culturalmente os habitantes da maloca que se encontra ao lado do campo de pouso. (CCPY/CEDI/CIMI, 1989, p. 31)

No remate do relatório, a Comissão também classificou três tipos de agressões estabelecidas no contato direto dos garimpeiros em busca sedenta de ouro em terras indígenas Yanomami:

A primeira agressão diz respeito à poluição da água. As tendas de comércio e as barracas onde se alojam os garimpeiros localizam-se à beira do mesmo igarapé que abastece a maloca e à montante desta, poluindo a água e provocando enfermidade nos índios. Pior ainda são os depósitos de mercúrio, que envenenam a massa líquida dos rios, pois essa substância é usada no processo de extração do ouro. Outra grave agressão relaciona-se com o abastecimento alimentar. A presença dos garimpeiros afugentou a caça e contaminou os rios, provocando drástica redução na fonte de proteínas, obrigando os índios a esmolar comida. Uma terceira agressão relaciona-se com a saúde dos índios. As consequências, visíveis a olho nu, foram

---

<sup>27</sup> Em matéria publicada no Jornal Folha de Boa Vista, edição dos dias 13/15/16 de dezembro de 1987, estima em torno de aproximadamente 50 mil homens nos garimpos em Roraima naquele ano, após a fracassada tentativa de retirada dos garimpos.

confirmadas pelo depoimento do médico da FUNAI, Dr. Oneron de Abreu Pithan, encarregado de realizar inspeções médicas na maloca em questão, que encontramos em Boa Vista. Segundo ele, a partir da chegada dos garimpeiros, há desnutrição, as doenças de pele aumentaram, surgiram doenças venéreas e cresceu a mortalidade entre os índios. (CCPY/CEDI/CIMI, 1989, p. 13).

Segundo a Comissão, os índios Yanomami padeceram de forma brutal a uma ofensiva descontrolada nos contatos promíscuos com os garimpeiros, já que junto com a aplicação da força física, instaurou-se nas comunidades a imposição ideológica sem sentido para os índios. Os índios em situação de vulnerabilidade ficaram expostos a mortes, chacinas, em que o caso do Haximu foi um dos fatos mais divulgados e de grande repercussão (A Crítica, Polícia, 20/08/1993, p.08). No Relatório da Comissão Ação pela Cidadania consta de um dado preocupante para a época: “É trágica a situação vivida pelo povo Yanomami ao término do governo Sarney. Os atos e omissões do governo federal, associados à expansão da atividade garimpeira na área Yanomami, engendraram uma situação de genocídio” (CCPY/CEDI/CIMI/NDI, 1990, p. 35).

O missionário Pe. Guilherme Damioli, em carta com data do dia 06 de setembro de 1993 e endereçada ao Pe. Félix Moretto, Pro-Vicário de Puerto Ayacucho-Venezuela, relata assim a chacina: a área de difícil acesso e a língua Yanomami as informações prestadas por alguns sobreviventes levaram a confusão quanto ao número das vítimas. Essa fato, acrescenta o padre, foi profundamente instrumentalizado pelos grupos anti-indígenas para confundir a realidade e diminuir a gravidade dos fatos. Segundo o missionário o relatório mais confiável é do antropólogo Bruce Albert:

Ele relata que no dia 25/08, chegaram na maloca de Makos (Alto rio Tootobi), 69 sobreviventes Haximutheri, quatro deles feridos. As aldeias de Haximu foram vítimas de duas chacinas. A primeira, aconteceu no começo de Julho '93, vitimando 4 homens. Esta chacina, aconteceu na beira do Hara-u, cabeceiras do rio Orinoco. Os quatro corpos foram enterrados pelos garimpeiros e em seguida resgatados e cremados pelos parentes Haximultheri. A segunda chacina, aconteceu próximo ao rio Haximè-u, longe das malocas, em um agrupamento provisório (tapirís), perto de uma roça.

O antropólogo Bruce Albert (2001) revelou os detalhes da chacina descrevendo os momentos que deram origem ao massacre. Primeiro os garimpeiros chegam aos pouco e logo já são uma quantidade de homens que se instalaram na área Yanomami, procurando conquistar a simpatia da tribo distribuindo bens e comida que, com pouca experiência nessas relações com os não-índios, aceita aquelas atitudes como manifestação de generosidade. No segundo momento, com o número de garimpeiros significativamente aumentado, as

generosidades iniciais são esquecidas e não se oferecem engodos aos índios. Agora, os garimpeiros se irritam com mais frequência com os índios, que deixaram de ser ameaça para se tornarem um estorvo e, portanto precisam ser afastados dos garimpos a qualquer preço ou mesmo com promessas de presente. Todavia, não era tão fácil afastá-los dos garimpos, já que foi estabelecida uma dependência dos índios em relação aos garimpeiros e estes não necessitam mais da simpatia dos indígenas nem muito menos da sua mão-de-obra. Passam a ser inconvenientes e ameaça aos garimpeiros e com isso ao menor incidente é estopim para conflitos. Essa foi a gênese que levou ao massacre dos índios Yanomami em que doze pessoas foram brutalmente assassinadas (ALBERT, 2001).

Notícias de violência entre os Yanomami são mais recentes datadas já do final do século XX, com a intensificação da presença de garimpeiros. Os atos violentos contra a etnia Yanomami provocaram não somente embates físicos, confrontos diretos com mortes, mas também as ações violentas, e especialmente a introdução insidioso de doenças<sup>28</sup> aos quais esse grupo étnico não tinha resistência imunológica. Conforme relato do Conselho Indígena Missionário-CIMI e da Conferência Nacional dos Bispos de Brasil – CNBB,

Em 1983, a incidência da tuberculose entre os Yanomami de Roraima era quatro vezes e meia mais que a taxa esperada para a população brasileira (24/10.000 contra 5,2/10.000). E a incidência da oncocercose [...] foi extraordinariamente intensificada entre Yanomami, chegando a atingir 100% da população adulta em algumas regiões. O povo Yanomami ainda está sendo envenenado pela ingestão de água contaminada pelos garimpeiros. (CNBB-CIMI, 1988, p. 07)

Ainda em relação à violência entre os Yanomami, a partir de 1975, é fundamental lembrar que o Projeto Radam-Brasil promoveu pesquisa exploratória em Roraima e confirmou a existência dos minérios: ouro, urânio, cassiterita. A divulgação da notícia alvissareira para uma gama de trabalhadores de diversas regiões do país, principalmente do Norte e Nordeste e garimpeiros experientes, causou fluxo intensivo para a região. (CNBB-CIMI, 1988, p. 07)

Em 1987, auge da extração de ouro em terras indígenas Yanomami, a situação apresentava-se tão tensa que ninguém se entendia e, enquanto isso, os mais vitimizados foram os indígenas. As autoridades locais pouco ou nada fizeram para atenuar o caos instalado por conta de inúmeros garimpeiros em terras dos Yanomami. Em uma fala do Governador em

---

<sup>28</sup> A esse respeito o trabalho de Ramos, Alcida Rita. **O papel político das epidemias: o caso Yanomami**, Série Antropologia 153. Com muitos detalhes a autora documenta o chamado “genocídio dos Yanomami” e todos os fatores que contribuíram para um princípio de genocídio da etnia. Disponível em: [http://www.tre-rr.gov.br/noticia/2004/outubro/noticia021004\\_f.htm](http://www.tre-rr.gov.br/noticia/2004/outubro/noticia021004_f.htm). Acesso em: 30/07/2006.

exercício, o general Roberto Pinheiro Klein, em dezembro de 1987, afirmou que acompanhava a situação da invasão e via com tranquilidade e, além do mais, justificou o problema como resultado da situação social em que o país atravessava. É também importante observar que atitudes em que os fins justificam os meios não são de agora, cuja citação é atribuída ao intelectual e político italiano Nicolau Maquiavel (1469 a 1527).

As visões despóticas orientavam as decisões governamentais em Roraima, as quais nas questões econômicas ligadas à extração do minério sobrepujam-se a quaisquer fatores de ordem cultural dos grupos étnicos, basta perceber a afirmação do governador<sup>29</sup> da época: “O governador de Roraima declarou, também, dia 08 de janeiro de 1988, que, se depender dele, todos os garimpos atualmente em funcionamento serão mantidos e legalizados. Para o Governador, isso contribuiria para o desenvolvimento de Roraima e beneficiaria os próprios índios” (CNBB-CIMI, p. 10). A pergunta que podemos fazer é: será que o desenvolvimento de Roraima beneficiou os povos indígenas? Que modelo é esse de desenvolvimento que apenas um pequeno grupo tem acesso as riquezas em detrimento de uma maioria explorada? Sem contar as grandes questões ambientais com danos irreversíveis, como é o caso da contaminação por mercúrio, dos desvios dos cursos dos rios e igarapés, além do assoreamento. Além das questões ambientais, pesa nesse modelo de desenvolvimento muitas consequências sociais como o aumento da criminalidade, crescimento desordenado dos bairros, sem infraestrutura, entre outras sequelas.

#### 2.4 A violência do discurso – o indígena como estorvo ao desenvolvimento econômico

Os grupos de poder presentes no Estado procuram fazer valer a ideia de que qualquer movimento contrário aos interesses deles é “atrapalhar o desenvolvimento local”, expressão citada pelo Deputado Federal pelo Estado de Roraima Paulo César Quartiero (DEM), em entrevista a uma rádio local (SOUZA, 2011, p. 01). Ao longo da história de Roraima, em vários momentos se fizemos a pergunta “Desenvolvimento de quem e para quem?”, podemos perceber que apenas os políticos empresários se apoderam da fatia maior do bolo, como bem aponta Filho (2012), que em vários artigos publicados traz algumas denúncias e reflexões

---

<sup>29</sup> Por indicação do presidente da República José Sarney o Gal. Roberto Pinheiro Klein assume o governo de Roraima por uma curta temporada, permanecendo apenas 11 meses de 14.10.87 a 15.09.88. Informação disponível em: [https://www.planalto.gov.br/Infger\\_07/governadores/GOV-RR.htm](https://www.planalto.gov.br/Infger_07/governadores/GOV-RR.htm). Acesso em: 30/07/2006. Também em FREITAS, Luiz Aimberê Soares de. **Geografia e História de Roraima**. Boa Vista: DLM, 2001, p. 117.

contundentes quanto à expropriação das riquezas naturais e ao beneficiamento dos grupos organizados.

Em nome do velho discurso desenvolvimentista são implantados grandes investimentos que até agora somente desenvolveram a corrupção, provocando a falência financeira do Estado (FILHO, 2012). Os políticos e administradores querem destruir as riquezas a qualquer custo, sustentando o discurso, que aparentemente parece convincente, mas que no âmago, vem carregado de interesses, como no caso da mineração em áreas indígenas capitaneado o pedido de liberação pelo Senador Romero Jucá, pois, citando Rocha (2012) podemos perceber os esquemas particulares subjacentes ao projeto do Senador:

O clã Jucá quer explorar ouro em reservas dos índios macuxi e uapixana, em terras que somam 90.400 hectares (algo como a extensão da cidade do Rio de Janeiro). O garimpo ficará próximo à fronteira com a Venezuela, em Roraima. Em Brasília, está tudo preparado para a criação do eldorado de Jucá. O relator na Câmara do projeto de Jucá é o deputado Édio Lopes, também do PMDB de Roraima, e amigo do senador. Sérgio Dâmaso, que dirige o DNPM e pode conceder as autorizações à empresa de Jucá, é bancado no cargo pelo PMDB. Se a proposta for aprovada, é provável que a empresa de Jucá consiga as autorizações de imediato, sem licitação, porque as havia pedido antes de a nova lei passar a valer. (ROCHA, 2012, p. 01).

As decisões políticas em Roraima articuladas nos gabinetes dos governantes são marcadas por um projeto ligado ao grande capital que trazem benesses aos mandatários do poder, geralmente bem articulados politicamente. Decisões etnocêntricas põem em desgastes o modo de vida de cada povo com suas tradições e costumes, isso acaba não mudando no governo de Romero Jucá.

Na relação dos governadores de Roraima a partir de 1988, partindo da nomeação de Romero Jucá ao atual governador José de Anchieta de Júnior, reeleito em 2010, todos, sem exceção, tiveram posturas relacionadas aos modelos de desenvolvimento opostos aos interesses dos povos indígenas. Se passarmos brevemente na cronologia dos governadores começando por Romero Jucá, em 1988, que quando chegou a Roraima apoiou a presença de garimpeiros em áreas indígenas yanomami. Ao chegar em Roraima, Jucá encontrou uma estrutura física constituída de rodovias, ainda que precariamente, e um aparato administrativo, além de todo um potencial de riquezas minerais, que atraía muitas garimpeiros empresas mineradoras como foi a Pananapanema e a Gold Amazon. Nesse cenário, o governador em exercício dava sinais claros de que seu compromisso era com o grande capital, promovendo o desenvolvimento privado com o apoio da máquina estatal (SANTOS, 2013).

A memória trágica desse período em que a expansão das atividades garimpeiras tinha apoio estatal, ainda ressoa hoje nas lembranças dos povos indígenas. Em entrevista concedida a Elaíze Farias, o líder Yanomami Davi Kopenawa, fez a seguinte observação:

Foram eles que derramaram o garimpeiro na terra yanomami. O Romero Jucá empurrou 40 mil garimpeiros na maloca Papiú, autorizando eles. Trouxeram avião, helicóptero. Os parentes começaram a pegar malária, tuberculose, doença venérea. (DAVI, 2012).

As consequências diretas da presença dos garimpeiros em áreas indígenas foram causas de grandes desastres ambientais na região e também a morte de muitos indígenas por doenças provocadas pelo contato, além de várias doenças que afetaram as populações indígenas. Os únicos beneficiários da extração de ouro, nesse período dos anos de 1980 em diante, foram os empresários donos de maquinários, pois potencialmente o Estado não deu saltos qualitativos em termo de desenvolvimento humano.

No período que corresponde aos três últimos mandatos do falecido governador Ottomar de Souza Pinto (2007), foi marcado pela política do paternalismo como bem destaca Senhoras (2010, p. 02) e “desenvolvida na máquina administrativa local e que perdura até hoje, por mais de três décadas, ao difundir um discurso que o coloca como pai de todos e propriamente formador da transformação territorial de Roraima em sua conotação moderna de estado”. É bom ressaltar que, durante período militar, o Brigadeiro, como era conhecido, impôs um estilo de comando político, que se padronizou ao longo das décadas, modo de governar ditado pela lógica das alianças com as forças políticas locais, com a elite composta de servidores públicos, pecuaristas, empresários ligados ao garimpo e comerciantes, mas sempre convergente a sua imagem centralizadora e paternalista, haja vista os poderes extraordinários do executivo na ausência de uma Assembleia Legislativa (SENHORAS, 2010).

Assim, nesses esquemas estabelecidos durante o governo de Ottomar, os povos indígenas ficaram alheios à participação que determinava os modelos de desenvolvimento do estado, sendo relegados ao assistencialismo e os interesses da elite, que fazia prevalecer, mais uma vez, os empreendimentos envolvendo a abertura de estradas, grandes obras faraônicas, favorecimento de muitas levas de migrantes, principalmente nordestinos, já que, segundo entendimento do então governador, havia em Roraima muita terra sem homens, desconsiderando a presença de indígenas.



A postura contra os povos indígenas durante o governo de Ottomar de Souza Pinto esteve presente em vários momentos, principalmente no que se referiu à homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, já em forma contínua a área iria prejudicar o setor arrozeiro e conseqüentemente toda a economia da região. Em uma entrevista publicada no Portal de Notícias Brasil, Ottomar de Souza Pinto afirmou que a área demarcada foi ampliada pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) sem suporte antropológico, atingindo o “produtivo polígono dos arrozais”<sup>30</sup>. Um fato que corroborou essa visão anti-indígena do brigadeiro Ottomar e que chamou atenção do Brasil com forte repercussão foi a publicação no Diário Oficial do Estado, bem no dia do índio, do Decreto de número 6.289/2005, que estabelecia luto oficial por 7 dias: “Art. 1º Decretar luto oficial por 7 (sete) dias, a partir de 18 de abril do ano corrente” (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE RORAIMA, 19 de abril de 2005)<sup>31</sup>. Esse acontecimento curioso de natureza estranha, debochado e até irônico foi em reação ao reconhecimento dos direitos dos povos indígenas quanto a homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, assinada pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva, em 15 de abril de 2005.

No período que marcou o governo de Neudo Ribeiro Campos, também o dinamismo que determinou o estilo de desenvolvimento pouco diferenciou dos demais, e as comunidades indígenas ficaram à mingua diante de uma governança marcada pela corrupção. Como bem apontam Silva e Vieira (2013), situações de improbidade administrativa e corrupção no Governo de Roraima, no período de 1998 a 2002, no esquema de desvio de verbas públicas federais, que ficou conhecido como “escândalo dos gafanhotos”. Nessa ocasião, muitos

---

<sup>30</sup> AGENCIA BRASIL. Para Ottomar Pinto, homologação de reserva cria "apartheid às avessas". **Agência Brasil, 26 de abril de 2005. Disponível em:** <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2005-04-27/para-ottomar-pinto-homologacao-de-reserva-cria-apartheid-avessas>. Acessado em: 14 de setembro de 2013; BRASIL OESTE. **Governador de Roraima decreta luto oficial por homologação da Raposa.** Disponível em: <http://www.brasilouest.com.br/2005/04/raposa-serra-do-sol-15/>. Acessado em 14 de setembro de 2013.

<sup>31</sup> O referido Decreto 6.289/2005, questiona os termos da Portaria nº 534 de abril de 2005 do Ministério da Justiça; afirma que o edito ministerial fere o Pacto Federativo e que a Portaria acima fere os direitos fundamentais esculpido na Constituição Cidadã e na Declaração Universal dos Direitos Humanos. O documento de modo categórico diz que a Portaria Ministerial desrespeita de forma irrefragável os mais elementares direitos das populações que há várias décadas construíram suas moradas em núcleos que se transformaram em vilas, cidades e municípios que dita Portaria proíbe que empresários, estabelecidos há mais de três décadas nas áreas periféricas da “Reserva” em questão, continuem trabalhando e produzindo e que a Portaria, no seu artigo 5º, proíbe o direito de ir e vir do cidadão não índio, incluindo nessa proibição o acesso dos agentes do Governo do Estado que, na permanente ausência da FUNAI, suprem as necessidades da comunidade indígena, tais como, escola, energia, saúde e etc.; por fim, que dita Portaria agride o sentimento nativista dos brasileiros de Roraima, projetando magoas e ressentimentos na população. ESTADO DE RORAIMA. Decreto Nº6.289, 18 de abril de 2005. DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE RORAIMA. Ano XV, nº 072, Boa Vista, 19 de abril de 2005. (p. 2 e 3). Disponível em: <http://www.imprensaoficial.rr.gov.br/diarios/doe-20050419.pdf>. Acessado em: 18 fev. de 2014.

acontecimentos políticos relacionados à falta de transparência das contas públicas convergiram para um dos maiores escândalos de corrupção no Estado. A análise começa pelo Processo nº 2008.42.00.002233-5, apresentado pelo Ministério Público Federal (MPF) à Justiça Federal. A ação ocorrida denominada “escândalo dos gafanhotos” foi uma prática espúria levada a cabo pelos réus para lesar o patrimônio da União e do Estado de Roraima [...]” (fls. 1728).

Segundo a denúncia do MPF, o ex-governador Neudo Ribeiro Campos e seus colaboradores desviaram, nos anos de 1998 a 2002, milhões de reais dos cofres públicos. Somente no ano de 2002 o desvio atingiu aproximadamente R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais), incluindo verbas federais” (fls. 1728).

O idealizador do esquema, conforme o MPF, foi o ex-governador Neudo Ribeiro Campos, quando, sob sua gestão, foram inseridos na folha de pagamento do Departamento de Estradas de Rodagem de Roraima – DER/RR e da Secretaria de Administração – SEAD os nomes de “[...]pessoas que jamais prestaram serviços ao Estado, sendo que seus salários eram, embolsados por terceiros que não os fictícios servidores, estes conhecidos como ‘gafanhotos’”. (fls. 1729)

O esquema corrupto aconteceu motivado por interesses políticos de um grupo de aliados, que apoiava o governador da época, que sob a sua coordenação recebiam dos favores, segundo MPF, no Processo nº 2008.42.00.002233-5:

Interesses políticos motivaram a constituição do esquema criminoso, vez que decorriam de autêntica troca de favores entre **NEUDO RIBEIRO CAMPOS** e os vários membros do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas do Estado, com o desvio de verbas federais oriundas de convênios, nos termos de informação pericial que se analisará oportunamente. **NEUDO** estabelecia o valor das quotas de cada um dos deputados de acordo com sua fidelidade, suas propostas e interesses políticos. (fls. 17290).

Para melhor detalhar o funcionamento do esquema, o MPF descreve da seguinte forma: por determinação direta do ex-governador Neudo Ribeiro Campos<sup>32</sup>, o dinheiro originário de convênios federais era transferido para uma conta que se destinada a pagar os servidores públicos estaduais, incluindo os ditos “gafanhotos”. O pagamento desses servidores (gafanhotos) era realizado por uma empresa privada denominada Norte Serviços de

---

<sup>32</sup> Contrariando as provas cabais apresentadas pelo Ministério Público Federal Neudo Ribeiro Campos, em entrevista virtual a Folha Web, atribui às acusações a perseguição de seus adversários e acrescenta: “Mas, ao poucos, a verdade vai se restabelecendo. Confiei em quem não merecia confiança. Mas agora, muito mais experiente e preparado posso lhe garantir que isso não voltará a acontecer”. Disponível em: <http://www.folhabv.com.br/noticia.php?id=90888>. Acesso em: 8 abril 2012.

Arrecadação e Pagamento Ltda. – NSAP, a qual tinha senha para movimentar as contas bancárias do Estado de Roraima. A empresa tinha a autorização da Secretaria da Fazenda para movimentar as contas do governo e até fazer compras em lojas locais com o dinheiro público (DUARTE, 2005).

Os aliados políticos do ex-governador, deputados estaduais e conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, recebiam diretamente de Neudo Campos quotas com valores específicos a que cada beneficiário tinha direito, segundo a lógica do esquema. A partir de então, pessoas comuns do povo<sup>33</sup> eram aliciadas com promessa de ajuda financeira, e as relacionava como falsos servidores para serem incluídos na folha de pagamento do DER/RR ou da SEAD, dentro de sua quota. Assim, mais uma vez, as questões indígenas ficaram a reboque diante de um governo marcado pela corrupção e o modelo de desenvolvimento totalmente voltado para o privilégio da elite política pulverizada nas várias instâncias das esferas públicas e privadas. Outros fatores relacionados ao governador Neudo Campo e à questão indígena mereceria destaque como o apoio as organizações indígenas contrárias à homologação em área contínua<sup>34</sup> e também o decreto da criação do Município de Uiramutã, como estratégia para dificultar o processo de demarcação das áreas indígenas, porém devido à complexidade e necessitar de uma vasta documentação primária, ficou para estudos posteriores.

No curto período em que esteve como governador de Roraima, Francisco Flamarion Portela, a questão indígena foi tratada dubiamente, por uma lado parece um governo favorável às questões indígenas e até dá apoio a demarcação das terras, como podemos perceber em um discurso realizado em uma Audiência Pública no Câmara dos Deputados Federais, em 12 de novembro de 2003<sup>35</sup>. Na fala do ex-governador, a tônica é enfatizar um modelo de desenvolvimento que contemple os grandes setores produtivos do Estado. A pobreza na região, segundo Portela, deve-se à questão fundiária que emperra o crescimento econômico.

---

<sup>33</sup> O Processo nº 2004.42.00.000796-5 especifica melhor o esquema: “... consistia no seguinte: várias pessoas, geralmente humildes e (semi) analfabetas, eram cooptadas para fornecerem seus documentos pessoais e outorgarem suas procurações a um intermediário, com a promessa de que esses documentos serviriam para arrumar-lhes emprego no ESTADO DE RORAIMA. De fato, dias depois, essas pessoas apareciam na folha de pagamento, mas efetivamente não trabalhavam nem recebiam um centavo dos salários ou recebiam muito pouco, a título de ajuda”. (p. 10)

<sup>34</sup> A Folha de Boa Vista (27/01/2002, versão web, apresentou em seu Caderno Política a seguinte notícia: “Governos doa R\$ 100 mil para Sodiur”. A proximidade com as organizações contrárias a demarcação da área Raposa/Serra do Sol pelo ex-governador Neudo Ribeiro Campos foram bem evidentes.

<sup>35</sup> PORTELA, F.F. **Debate sobre a questão fundiária e a demarcação de terras indígenas em Roraima.** CAMARA DOS DEPUTADOS – COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL. Brasília, 12 de novembro de 2003. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/capadr/documentos/notas-taquigraficas/notas-taquigraficas-anteriores-a-2005/notas-taquigraficas-2003/nt12112003a.pdf>. Acessado em: 15 outubro de 2013.

Os indígenas, nessa lógica capitalista, continuam sendo um dos principais estorvos ao desenvolvimento do Estado, pois, citando dados do IBGE de 2000, 46,17% das terras estão com os povos indígenas, que são apenas 23 mil habitantes, caso absurdo, para Portela, é a vasta área das terras dos povos Yanomami. Em outras palavras, fazendo valer de um chavão que circula no estado de Roraima, “há muita terra para pouco índio”. No discurso aparente, os interesses dos grandes latifundiários e demais categorias empresais estão embutido um modelo de demarcação contrário aos interesses indígenas, como podemos notar nesse fragmento:

Nem o governador, nem a bancada, nem a sociedade de Roraima é contra a demarcação das terras indígenas, sob hipótese alguma. Mas queremos que a demarcação seja feita com racionalidade, seguindo o princípio da lógica área/índio, para que os mais de 90% da população não-índia tenham condição de construir seu caminho de progresso, riqueza e bem-estar (PORTELA, 2003, p. 11).

Como se pode notar, “demarcação com racionalidade – lógica área/índio” é o grande capital determinando como queria que fosse viabilizado os processos demarcatórios, contrários ao que as comunidades indígenas exigiam, contrários aos costumes e tradições das muitas etnias existentes no Estado. É bom ressaltar que, para sustentar o discurso conservador de Portela, foi criado pela Lei Estadual 373 de 2003, um Grupo Técnico Especializado de Estudos das Áreas Indígenas, com a finalidade de elaborar uma sequência de estudos jurídicos, antropológicos, etno-históricos, sociológicos, fundiários e cartográficos das terras identificadas, delimitadas, demarcadas e homologadas com o objetivo principal de orientar medidas administrativas do interesse do Estado. Sob a Coordenação do jurista Alcir Gursen de Miranda<sup>36</sup>, a produção do relatório envolveu um pequeno “grupo de intelectuais” e a participação indireta das organizações indígenas favoráveis aos discursos da elite dominante como foi a SODIUR, ALIDCIR e ARIKON.

Já o atual governador de Roraima, José de Anchieta Júnior (PSDB), reeleito em 2010, herdeiro de uma tradição coronelista, segue também como porta voz dos interesses da grande elite. Quanto à questão indígena, os discursos do governador destoam dos princípios racionais que embasam a luta pela demarcação das terras indígenas a partir das suas causas defendidas pelos grupos indígenas a partir de suas histórias, tradições, culturas e pertencimento ao espaço. Primeiramente, o governador em 2008, chamou a ação dos indígenas de terrorismo, por invadirem uma fazenda instalada ilegalmente na área Raposa Serra do Sol. Mesmo

---

<sup>36</sup> O antropólogo Frank faz uma breve menção na introdução ao Laudo Antropológico quanto a inconsistência das publicações de Miranda e considerando-o como defensor da causa anti-índigena.

voltando para negar a expressão “ação de terrorista”, o discurso ainda é carregado de rancor contra os povos indígenas: “eu não vou dizer terrorismo, mas insanidade”<sup>37</sup>. Ora, quem são os insanos? Os povos indígenas que se organizam e lutam pelas suas terras como espaço comum de convivência, de partilha, de continuidade de vida, de tradições e de todo um simbolismo histórico e cultural ou os grupos de interesses que se apropriam ilegalmente das terras, violentam indígenas, destroem malocas e matam?

Ora, o que faz orientar a visão dos governantes são os modelos de desenvolvimento pautados para beneficiar alguns<sup>38</sup>, deixando os povos indígenas à margem, como empecilhos ou intrusos. Essa concepção preconceituosa é endossada até mesmo por peritos, professores de universidades, que elaboraram **O Relatório da Comissão de Peritos – Demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol**, que assim chegaram algumas conclusões baseados em argumentos pouco consistentes: “A situação gerada pela demarcação em área contínua pode comprometer irreversivelmente a possibilidade de futura expansão da fronteira agrícola que poderia gerar alto crescimento econômico para o Estado (...) (SILVA et all, 2004, p. 45).

Num pronunciamento publicado no Jornal **Folha de São Paulo**, de 8 de dezembro de 2008, José de Anchieta afirma que a homologação da área indígena em área única Raposa Serra do Sol, se confirmada pelo Supremo Tribunal Federal (e foi em 2009), “Iremos ficar com 47% do território de Roraima comprometidos com reservas indígenas se o Supremo Tribunal Federal decidir pela demarcação contínua”. O Estado de Roraima ficaria inviabilizado para crescer pela redução das áreas produtivas destinadas à pecuária, agricultura e outras atividades do agronegócio, nessa dinâmica capitalista, os indígenas contam pouco nesse processo<sup>39</sup>. Logo após a decisão do Supremo sobre a Raposa Serra do Sol, em 2009, José de Anchieta dispara uma contundente afirmação visionária: “Aquilo vai se transformar num verdadeiro zoológico humano. Sem a menor condição de sobrevivência, sem contato com o branco, o que vamos ver lá serão animais humanos”<sup>40</sup>.

---

<sup>37</sup> GOVERNADOR de Roraima compara ação de índios a terrorismo. Disponível em:

[http://www.youtube.com/watch?v=FB1sFUyDC\\_w](http://www.youtube.com/watch?v=FB1sFUyDC_w). Acessado em: 15 de outubro de 2013

<sup>38</sup> Mereceria um capítulo a parte tratar das demandas fraudulentas nas questões fundiárias do Estado de Roraima, na atual gestão, para o favorecimento de pessoas ligadas diretamente ao governador entre os quais juízes, familiares próximos e outros.

<sup>39</sup> São muitas as falas das autoridades políticas que surgiram ao longo da demarcação e homologação da Raposa/Serra do Sol sobre uma possível inviabilização da economia de Roraima quando os atos legais confirmassem a homologação definitivamente. Uma dessas alocações assim diz: “(...)a homologação da terra indígena ‘Raposa/Serra do Sol’ em área contínua usurpa todas as terras destinadas ao cultivo do arroz, e a consequência será o enfraquecimento da já precária economia do Estado, que, agora, terá mais de 50% de seu território nas mãos de poderosas ONG” (RODRIGUES, 2006, p. 08).

<sup>40</sup> 'AQUILO vai virar um zoológico humano', diz governador de Roraima. **Portal G1**. 30 de abril de 2009. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL1104599-5598,00->

Como sempre, objurga um discurso preconceituoso endossado pela maioria da sociedade e políticos contrários aos povos indígenas. A falsa ideia de progresso e desenvolvimento para Roraima exclui as possibilidades dos povos indígenas serem os protagonistas do seu próprio crescimento a partir das suas culturas e dinamismo antropológico. As visões etnocêntricas instauradas nos vários governos de Roraima tendem a relegar a participação indígena como pífia na economia do Estado. Há uma falsa compreensão de que os salvadores da pátria são os grandes empresários ou políticos (ver figura 2) e que demarcar é sinônimo de atraso. Setores conservadores apregoam publicamente para a sociedade roraimense que a área Raposa Serra do Sol vive uma situação de abandono: “Quatro anos após o Supremo Tribunal Federal (STF) decidir pela demarcação contínua da reserva indígena, no nordeste de Roraima, com conseqüente remoção dos produtores rurais (principalmente, arroteiros), o quadro socioeconômico da área se apresenta deplorável” (PEREIRA, 2013, p. 14).



**Figura 2: Outdoor – Sobre o 3º ano da desintrusão da Raposa Serra do Sol**

**Fonte:** Paulo Sérgio Rodrigues da Silva, 2012

A vida que se faz constantemente acontecer nas comunidades indígenas recriam dinanismos vitais para a sobrevivência desses povos, longe de economia de larga escola, sem os altos e baixos das bolsas de valores. Muito embora saibamos das dificuldades inerentes a algumas comunidades indígenas<sup>41</sup>, talvez por questão de ausência de políticas públicas ou mesmo por questão de gestão interna, contudo nada justifica a presença dos produtores de arroz na área indígena como *conditio sine qua non* para o dito “desenvolvimento” desses povos.

Quanto à questão do desenvolvimento econômico do estado e os povos indígenas, Souza (2013) há anos vem denunciado a farsa dos grupos dominantes através dos discursos na questão fundiária. Por muito tempo uma intensa batalha “com políticos e grandes produtores tentando mostrar que eles estavam ao lado do povo e do desenvolvimento do Estado de Roraima, ao mesmo tempo em que colocaram os povos indígenas como inimigos” (SOUZA, 2013, p.02). Nos dizeres dos políticos a definição fundiária seria a salvação de Roraima. Desse modo, segundo Souza (2013, p. 02), “Os parlamentares afirmavam que estavam lutando pelas terras dos roraimenses e pelo desenvolvimento do Estado. E muitos deles conseguiram se eleger e se reeleger por várias campanhas usando o tema como principal proposta”.

Contudo, observa Souza, tudo não passava de uma dissimulação, pois enquanto “a sociedade engoliu o discurso, criando ódio aos índios, esses mesmos políticos estavam tramando o loteamento de Roraima, preparando as melhores terras para eles e para seus aliados”. As questões fundiárias foram se definindo em Roraima a partir da Lei Marluce Pinto, em que a união repassaria terras ao Estado. Contudo, não existia nenhum plano do Estado para ocupar as terras repassadas pela União em termos de políticas públicas. Aliás, afirma Souza, o único plano existente era do alto escalão do atual governo para se apoderar de importantes terras. O Estado foi loteado para favorecer os grupos e aliados do governo. Conclui Souza (2013, p. 13):

Descobriu-se que os maiores latifundiários são as autoridades e os políticos, que ao longo dos anos, enquanto alardeavam internacionalização da Amazônia, foram se apoderando de terras que eles diziam ser do povo, do Estado. Até agora, o discurso do desenvolvimento do Estado por meio da definição fundiária não passou do gogó, pois os pequenos produtores, aqueles que efetivamente produzem, estão largados ao

---

<sup>41</sup> Quanto a essa questão não queremos esconder o processo de migração dos indígenas para os centros urbanos, realidade não somente de Roraima, mas de todo o Brasil, conforme dados do IBGE, 2012. A esse respeito ver matéria publicada na Folha Web intitulada: JÚNIOR, A. **Índios migram para centros urbanos**. Edição de 19 de outubro de 2013. Disponível em: [http://folhabv.com.br/Noticia\\_Imprensa.php?id=160206](http://folhabv.com.br/Noticia_Imprensa.php?id=160206). Acessado em: 19 de outubro de 2013.

descaso. Em resumo, Roraima está no buraco não por causa dos índios nem por causa da indefinição fundiária. E sim por causa da ação lesiva de boa parte de nossos políticos, que até agora trataram apenas de seus interesses particulares, largando a sociedade ao abandono e aos discursos extremistas e apocalíptico, criando nas pessoas uma alienação social e política sem precedentes. Esse é o nosso buraco ao qual estamos sendo enterrados.

Todos esses anos em que a sociedade roraimense foi vítima dos discursos ideológicos, as classes políticas e empresariado tiveram a intenção de ludibriar a opinião pública, enquanto as intenções eram o favorecimento pessoal. Neste contexto, os preconceitos construídos contra os povos indígenas em Roraima foram as formas mais visíveis dessas rejeições. Diz Souza (2013a, p. 03) que “escreve-se com racismo com maior naturalidade, usando os mesmo discursos de inquisidores ou de nazistas, culpando os índios por atraso do Estado e como se eles estivessem usurpando direitos e as propriedades de todo o povo”. De modo objetivo Frank, antropólogo, falecido em 2008, no Lauda Antropológico sobre Raposa/Serra Sol profere que a decisão final da homologação foi um grande golpe à política abertamente anti indígena do estado de Roraima e que provocou o furor de muitos políticos e seus aliados

## 2.5. Violência contra indígenas e as acusações contra a Igreja Católica

Já é de conhecimento que a partir da década de 1970, a Igreja tomou uma postura pastoral menos tradicional e mais compromissada com as causas dos oprimidos, tomando-os como opção preferencial na evangelização. Impulsionada pelo Concílio Vaticano II e os documentos de Medellín e Puebla. A partir do Concílio Ecumênico Vaticano II, nos anos de 1962 a 1965, foram elaborados vários documentos com o objetivo para dá um novo rumo pastoral a Igreja no Mundo. Os documentos mais importantes do Concílio são as encíclicas *Gaudium et Spes* e *Lumen Gentium*. Também o Decreto *Ad Gentes* que determina as novas diretrizes missionárias para a evangelização dos povos. São documentos produzidos nas conferências episcopais latino-americanas realizadas no México, logo após o Concílio Vaticano II, e que tiveram como matriz de reflexão o homem como centro da atenção e o seu processo histórico como momento decisivo.

A Igreja Católica em Roraima aos poucos assimilou também alguns princípios da Teologia da Libertação<sup>42</sup> e passou a uma evangelização centrada na organização das

---

<sup>42</sup> Um dos principais teóricos da Teologia da Libertação é Leonardo Boff. Para o teólogo no livro Teologia do Cativo e da Libertação: “a teologia é uma elaboração a partir do cativo: Urge viver e pensar a partir de uma situação de cativo; deve-se elaborar uma verdadeira teologia do cativo. Esta não é uma alternativa da teologia da libertação; é uma nova fase sua dentro e a partir de regimes repressivos. O cativo constitui-se o



comunidades eclesiais de base, nos pobres excluídos, nas comunidades indígenas e os migrantes, os marginalizados socialmente. Nesse aspecto, a questão indígena sobressaiu na atenção em relação aos demais excluídos. Essa nova concepção de evangelização, marcando novos tempos quanto à postura mais crítica, priorizou no plano da vida religiosa a organização política das populações indígenas, dando inclusive suporte logístico, em que a principal ofensiva foi a do movimento pela demarcação das terras indígenas. Essa atitude da Igreja marcou o rompimento com as elites locais, que a culpabiliza pela rebeldia dos povos indígenas frente às suas reivindicações e organização. Agora a sociedade massacra a postura da Igreja pela postura pastoral crítica (VIEIRA, 2005, 137).

Algumas considerações feitas por Morais (2013) apontam que a questão da terra, especialmente a área da Raposa Serra do Sol, e a Teologia da Libertação, constituem dois fatores independentes que colaboram de modo enfático para as formas de apropriação do catolicismo pelos Macuxi. Para Moraes, isso quer dizer que o modo como se passa a viver essa experiência católica se articula, em grande parcela, com a concepção teologizada da terra indígena. O despertar para as reivindicações veio com o reconhecimento:

Primeiro de que a terra, como dado objetivo, constituía-se um espaço que abrigava diversas situações de injustiças social e de opressão sofridas pelos indígenas, criando, com isso, a necessidade de uma “consciência libertária”, por meio da efetivação de práticas emancipatórias desenvolvidas no âmbito do trabalho religioso institucional (MORAIS, 2013, p. 152).

Também não se pode desconsiderar que as invasões das terras indígenas acionavam, segundo os indígenas, outras ações de violência como: a poluição de rios e mananciais para a extração do garimpo, o alcoolismo, a desestruturação familiar e comunitária, a prostituição, a exploração da mão de obra indígena nas fazendas, o abandono gradativo dos valores culturais indígenas, maus tratos e assassinatos (MORAIS, 2013).

Muitos “sinais concretos” que favoreceram o reconhecimento da terra indígena como *locus* de relevância teológico-libertadora, assim, partindo de uma nova concepção de

---

horizonte mais amplo, em cujo seio se deve trabalhar e refletir libertadoramente. Cabe à teologia do cativo elaborar uma reflexão bem concreta sobre as novas urgências da Igreja, o novo sentido da esperança, do compromisso cheio de riscos. Deverá aprimorar sua prática teórica, enriquecer criticamente seu instrumental de reflexão e práxis [...]” (1987, p. 42-43). É bom observar que no contexto eclesial latino-americano vivenciado no final dos anos 1970 e início dos anos de 1980 as concepções ideológicas da Teologia da Libertação em Roraima não foi diferente, no entanto Dom Aldo Mongiano contradiz afirmando que: “Para prevenir equívocos, quero frisar que não foi a Teologia da Libertação, nem foram ideologias políticas ou sociais que orientaram os missionários. Antes, foram os princípios evangélicos e os valores que estes contêm. O lema ‘toda pessoa é minha irmã’, fosse ela quem fosse, era nossa bandeira” (1999, p. 906). Recentemente Mongiano, A. publicou a obra intitulada “Roraima entre profecia e martírio”, em que relata, em seus mais de 20 anos de trabalho pastoral na Diocese, as principais problemáticas indígenas e os desafios pastorais que teve de enfrentar.

evangelização, alguns missionários da Consolata, promoveram ajustes nas metodologias pastorais incluindo às temáticas conflituosas a trilogia do método “ver, julgar e agir” que já servia de roteiro a iniciativas políticas forjadas no interior de muitas outras comunidades eclesiais de base.

Ainda baseado em Morais (2013), vale destacar que as formalidades do método acolhido pela Teologia da Libertação acentuaram os aspectos político-religiosos que orientaram as relações dos índios e dos missionários favorecendo uma dimensão crítica e social e fazendo com que as comunidades indígenas se situem politicamente no mundo de exploração em que viviam.

Geraldo Majella, ex-presidente da Conferência dos Bispos do Brasil (CNBB) afirmou certa que:

A Diocese de Roraima apoia a organização dos indígenas intensamente desde os anos 70. A igreja intensificou sua presença junto a estes povos, com uma atuação que sempre buscou o fortalecimento da autonomia dos indígenas. Também naquela época a reação dos fazendeiros que então ocupavam a terra foi violenta. Diversas vezes, malocas indígenas foram queimadas. Bispos e padres sofreram atentados, ameaças de morte, foram caluniados (MAJELLA, 2005, p. 02).

Esse testemunho traz à memória, ainda que em resumo, de um período de rupturas entre as práticas pastorais fundamentadas apenas nos sacramentos e a instauração da prática das pastorais sociais voltadas para a promoção humana no fazer justiça e no dar condições de vida digna as pessoas exploradas.

O preço da opção preferencial pelos índios foi uma enxurrada de acusações contra a Igreja Católica<sup>43</sup>. Em Carta Pastoral<sup>44</sup> dirigida à sociedade roraimense, o bispo da Diocese de Roraima Dom Aparecido, falecido em 2002, denunciou o clima tenso entre aqueles que defendem a causa indígena os fazendeiros e aliados. A animosidade existente entre os fazendeiros, políticos e outros inimigos dos povos indígenas contra a Igreja Católica fez de Roraima um dos estados da federação mais violentos, segundo D. Aparecido. As agressões, as ameaças de morte são dirigidas diretamente para quem fez a opção da defesa da causa indígena. A onda de violência imposta às lideranças indígenas e àqueles que abraçaram a

---

<sup>43</sup> A práxis pastoral social da Igreja Católica voltada para os excluídos receberam da classe política local as mais impetuosas críticas. O senador da República pelo Estado de Roraima Mozarildo Cavalcante (PTB-RR) tem se manifestado criticamente contra a Igreja Católica na Amazônia acusando-a de praticar “Uma Inquisição moderna”, além de manter uma posição contrária a intromissão do clero nas questões de demarcações de terras indígenas (BERNARDO, 2007).

<sup>44</sup> Diocese de Roraima. **Fazendeiros fazem terrorismo em Roraima**. (Arquivo pessoal)

causa indígena teve, segundo o bispo, o propósito de intimidar e fazer retroceder a luta pelo processo demarcatório em área única a Terra Raposa Serra do Sol. Segundo o reverendo a classe dominante local, em convivência com os políticos, apoia os fazendeiros em suas ações violentas, já que contam com a certeza da impunidade. Dom Aparecido afirmava também que em Roraima há vários grupos políticos divergentes, mas quando a questão é a defesa dos interesses da elite representados por fazendeiros, rizicultores, empresários e políticos então os velhos “inimigos” históricos unem-se, esquecendo às divergências ideológicas e pessoais.

Do outro lado, para muitos em Roraima, incluindo a imprensa e a maioria dos políticos, a Igreja foi a principal instigadora e causadora das ações violentas em Roraima, o bispo emérito de Roraima Dom Aldo Mongiano relatou um fato ocorrido em 1995:

[...] um delegado da polícia federal foi encarregado de instaurar um processo a fim de esclarecer um caso de violência perpetrado contra os índios na área Raposa-Serra do Sol. Ainda antes de ouvir o depoimento das vítimas, o delegado emitiu uma declaração em que acusava a Igreja de ser a instigadora do acontecimento. A notícia repercutiu em todos os canais de comunicação do Brasil, juntamente com falsos testemunhos, arrançados nos dias seguintes a fim de provar a validade da acusação. Naturalmente éramos todos completamente alheios em relação àquele doloroso acontecimento; e o caso se desfez como uma bolha de sabão. (1999, p. 912).

Aprofundando um pouco mais nosso tema de discussão, percebemos nesse período que a imprensa local, sem exceção, procurou de todas as formas atribuir à Igreja Católica a responsabilidade a todos e quaisquer manifestações violentas ocorridas onde houvesse atuação dos missionários da Ordem Religiosa Consolata, sem provas.

Até o momento não existem documentos que provem a participação da Igreja Católica em guerrilha e formação de quadrilha. A justiça aos poucos está conseguindo punir as pessoas que usaram a imprensa local e de circulação nacional para propagar calúnias e boatos falsos que contribuíram para jogar a opinião contra a Igreja Católica e as comunidades indígenas. Em 2005, o juiz Délcio Dias Feu da 4ª vara cível condenou o fazendeiro Wilson Alves Bezerra a indenizar o padre Giorgio Dal Bem no valor de R\$ 6 mil reais mais custos processuais e honorários advocatícios. O religioso foi acusado por Bezerra de ser o mentor de uma falsa guerrilha promovida pela Igreja Católica para invadir as propriedades de fazendeiros dentro da terra indígenas Raposa Serra do Sol. (Folha de Boa Vista, 2005, p 03 b).

André Vasconcelos, ao reconstruir o assassinato dos índios Macuxi em Normandia em que os principais acusados foram os jagunços da Fazenda Guanabara, fato noticiado na mídia local, comenta que a Folha de Boa Vista, edição do dia 17 de julho de 1987, estampa em sua página principal a manchete: “Diocese acusada de promover guerrilha e incitar invasão á (sic)

fazenda Guanabara”. O comentário que segue à manchete do Jornal dispara toda fúria sem piedade aos clérigos: “Dom Aldo Mongiano e os padres da Diocese de Roraima estão sendo acusados como autores de uma ‘manobra de guerrilha’ que culminou com a invasão à fazenda Guanabara e sequestro de três trabalhadores que foram torturados e mantidos em cárcere privado”.

Aqui precisamos aprofundar os questionamentos e indagar a fonte. Primeiramente, quem acusa os padres e baseado em que? Seriam as acusações do Jornal levianas? Quais motivos levaram o Jornal a revoltar-se contra a Igreja? Quais os interesses em colocar o leitor contra a Igreja fazendo acreditar que ela era a mentora das supostas guerrilhas? Qual a responsabilidade do Jornal em acusar a Igreja sem ouvi-la? Onde fica a ética do jornal em uma matéria que procura desqualificar a atuação dos missionários juntos aos povos indígenas? É o jornal o porta voz dos interesses das classes produtoras de Roraima (fazendeiros, empresários, mineradores e outros)? Esses e outros questionamentos faz pensar em uma estrutura de jornal totalmente direcionada para atender alguns setores e impor a ideologia dos grupos que dominam politicamente.

Em nenhum momento da reportagem são contextualizados os fatos, como menciona Mongiano (2011), ao descrever os conflitos estabelecidos na região, que os fazendeiros chegaram nessa localidade e encararam os índios como um obstáculo para as atividades que pretendiam desenvolver e por isso realizaram muitas ações violentas, queimaram casas, mandaram assassinar o líder indígena, violentaram as mulheres, ameaçavam constantemente os indígenas, obrigaram a viver numa estreita faixa de terra. Diz Mongiano que tudo isso aconteceu sem que a polícia tomasse alguma providência para defender os indígenas da ação dos jagunços: “os índios não podiam mais transitar na área ou cultivar a roça, os pais de família eram obrigados à inatividade, iam para a cidade se embriagar” (MONGIANO, 2011, p. 59). Ora, o que faz um jornal não mencionar o outro lado da história?

Para responder a alguns desses questionamentos Vasconcelos faz algumas considerações ponderações críticas:

A Folha direcionou na matéria para o envolvimento da igreja na emboscada preparada pelos macuxi. O título da matéria é **“IGREJA É ACUSADA DE PROVOCAR CONFLITOS”**, e diz no miolo que o secretário de Segurança tem provas que os padres “[foram os mentores de todo o plano] que desencadeou ações de terrorismo contra a fazenda Guanabara”. Destaca que os índios foram preparados para a luta armada e os missionários “recebem constantemente (sic) caixotes que são trazidos de aviões de Boa Vista para Normandia...” Cita que são “índios civilizados e completamente integrados à civilização, sendo sua maioria eleitores e que nunca viram um índio primitivo”. Além de destacar que “O proprietário da Fazenda Guanabara, NEWTON TAVARES, amazonense de 53 anos e que há mais de 12

vivia na mais perfeita paz e entrosamento com os índios (VASCONCELOS, 2001,p. 51).

Irresponsabilidade do jornal em fazer acusações infunda? Amadorismo de que faz o jornal? Por que negar a voz aos povos indígenas e da Igreja? Por que não se utilizar do jornalismo investigativo? Por que é caro fazer jornalismo investigativo e o Jornal não tem recursos para isso? E a ética de quem escreve?

Como se pode notar, o clichê recorrente que não-índios e índios conviviam na mais “perfeita paz” e de que a Igreja é a fomentadora dos conflitos em terras indígenas carrega todo peso ideológico <sup>45</sup> das classes detentoras e controladoras da imprensa roraimense, que em sua maioria detém não só os meios de comunicação, mas em suas mãos estão os principais poderes do Estado: Legislativo, Judiciário, Tribunal de Contas.

A todo o momento, há um convencimento, quase geral, da mídia e de boa parte da população roraimense, de que a Igreja foi a instigadora de muitos conflitos, e isso é resultado do jogo ideológico promovido pelas forças do poder local. Um fato curioso ocorrido em um julgamento no ano de 1993 em que o réu Manoel Ferreira dos Santos, acusado de matar dois índios Macuxi num conflito da maloca Santa Cruz, em Normandia, foi absorvido, e nos autos do processo consta uma afirmação falaciosa do advogado de defesa:

Na verdade, Excelência, somente na Delegacia de Crimes Contra o Patrimônio desta capital e da Cidade de Normandia, Estado de Roraima, existe mais de 29 (vinte) “QUEIXAS” do Requerido contra os índios ou caboclos por roubo de gado, entretanto, cumpre ressaltar que desde o ano de 1918 a 1972, nenhuma ocorrência Policial existe em relação àquela área, MESSIAS G. G., “Alegações Finais”, 09 de outubro de 1995. In autos n°. 920001634-0 p. 341 e 346 s.n.t) já que a posse do Requerido e seus antecessores era mansa e pacífica até a chegada da conversa histórica dos enviados da Igreja (MESSIAS, In.: MOURA, 1996, p. 14)<sup>46</sup>”.

## 2.6. Raposa Serra do Sol – contextualizações históricas: mais de 40 anos de lutas e conflitos

---

<sup>45</sup> Para Karl Marx em a Ideologia Alemão a expressão ideologia pode ser compreendida assim: “Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também uma consciência, e conseqüentemente pensam; na medida em que dominam como classe e determinam uma época histórica em toda sua extensão, é evidente que esses indivíduos dominam em todos os sentidos e que têm uma posição dominante, entre outras coisas também como seres pensantes, como produtores de ideias, que regulamentam a produção e a distribuição dos pensamentos da sua época; suas ideias são, portanto as ideias dominantes de sua época” (2001,p. 49).

<sup>46</sup> MESSIAS G. G., “Alegações Finais”, 09 de outubro de 1995. In autos n°. 920001634-0 p. 341 e 346 s.n.t) in MOURA, Eneogusto Vieira de. **Os bravos de Santa Cruz: Um Caso na caminhada para a Organização e Emancipação Indígena**. Boa Vista: UFRR/Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, 1996. Trabalho de conclusão do curso de Especialização em História Sócio-Econômica da Amazônia Brasileira. (digitado).

Em abril de 2005, ao ser decretado definitivamente a homologação da Terra Raposa Serra do Sol<sup>47</sup>, viu-se a também a possibilidade anunciada para o declínio dos atos violentos entre fazendeiros e indígenas. Jaci Vieira (2007), estudioso do assunto, em artigo publicado em um jornal alternativo de Roraima anunciou em tom nietzschiano<sup>48</sup> o oráculo<sup>49</sup>: “A falsa convivência pacífica entre índios e não-índios, pregado por uma elite coronelista, agrária, atrasada e por políticos envolvidos, em sua maioria, em corrupção, chegou ao seu final” (2005, p. 04).

Para o historiador, ao fazer uma breve análise do papel dos movimentos indígenas e a conquista da homologação como vitória, observa que o principal motivo dos conflitos, entre outros, envolvendo indígenas e fazendeiros foi o cercamento das fazendas, isto é, a “privatização das terras públicas”. Enfatiza Vieira: “Esse cercamento teve como consequência imediata o acirramento dos conflitos e, logicamente, a expulsão dessas populações que ao longo dos anos passaram a ser minoria” (2005, p. 04).

Indo às raízes da luta e dos conflitos recentes, os anos de 1970 em diante foram determinantes para os povos indígenas de Roraima. Com a mobilização e organização das lideranças indígenas multiplicaram-se as ações contrárias aos índios deixando muitas vítimas, sendo o caso do assassinato do indígena Aldo o mais brutal e covarde:

Desde os anos 1970, já foram mortos 21 indígenas em conflitos fundiários pela Raposa Serra do Sol. Há na Justiça Federal e Estadual, centenas de processos referentes aos casos de malocas destruídas, índios e índias agredidos fisicamente ou ameaçados de morte. A última morte foi a do Macuxi Aldo da Silva Mota, em janeiro de 2003. O laudo do IML de Brasília conclui que ele foi executado com um tiro no peito enquanto estava com os braços levantados e possivelmente ajoelhados, pois o tiro foi disparado de cima para baixo. Depois de executado ele foi enterrado numa cova rasa na fazenda Retiro, próximo a Vila do Mutum, no município de Uiramutã. Inexplicavelmente, o IML de Boa Vista atestou morte por ‘causa natural e indeterminada. (VIRA VOLTA, 2005, p.04)

Essa discussão ainda será discutida posteriormente, no capítulo 3, objeto final desse trabalho, que discute a violência na perspectiva do Jornal Folha de Boa Vista.

---

<sup>47</sup> Do ponto de vista da análise do discurso uma excelente obra sobre a questão indígena Raposa Serra do Sol é o trabalho da professora LEAL, Maria do Socorro Pereira. **Raposa Serra do Sol no discurso político roraimense**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2012. Já quanto a análise histórica e direito constitucional sobre o julgamento do caso Raposa Serra do Sol a obra organizada por MIRAS (et al.). **Makunaima grita: Terra Indígena Raposa Serra do Sol e os direitos constitucionais no Brasil**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009.

<sup>48</sup> Referência ao filósofo Friedrich Nietzsche (1844-1990) que pregou o fim de todos os valores e anunciou o super-homem. Muito conhecido pelo seu tom controverso, estilo que caracterizou sua filosofia.

<sup>49</sup> A expressão oráculo é empregada aqui como “derivação: por extensão de sentido, por metáfora. Verdade irrefragável, dito, decisão, opinião...”, segundo a Edição Eletrônica do Dicionário Houaiss. Disponível em: <http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm>. Acesso em: 18 julho 2013.

Em um dossiê elaborado por Ana Paula Souto Maior, ex-assessora jurídica do CIR, em fevereiro de 2003, ao mencionar o assassinato do índio Aldo Mota, ressalta: “o racismo continua pungente na sociedade roraimense e sem dúvida, representa uma escalada da violência física contra os índios” (2003, p. 01). O mais grave, segundo Ana Paula, após a criação do Estado de Roraima é a institucionalização da violência: “Opositores dos direitos indígenas, como rizicultores e fazendeiros, depositaram as suas esperanças na ação dos deputados estaduais, federais, senadores e no Governo do Estado, hoje o mais forte opositor do direito dos índios” (2003, p. 01).

O Estado de Direito não consegue penalizar os transgressores contra os direitos humanos indígenas deixando impunemente os que violaram o direito à vida dos indígenas. Ana Paula denuncia o descaso do poder público: “A situação de violência a que estão submetidas às comunidades indígenas é um reflexo do comprometimento de órgãos públicos e autoridades estaduais e federais” (2003, p.01).

O relatório da Anistia Internacional publicado em março de 2005, com o título **"Estrangeiros em Nosso Próprio País": Povos Indígenas do Brasil**, chamou a atenção para a comunidade internacional sobre os atentados violentos contra as populações indígenas da região da Raposa Serra do Sol, e afirma que os governos falharam em garantir os direitos dos índios em mais de 30 anos de luta pela demarcação ou pelo direito à terra:

Durante esse período, eles continuamente enfrentaram ameaças, ataques e expulsões violentas. O fato de sucessivos governos terem falhado em lhes garantir esse direito deixou-os vulneráveis a ataques e invasões de terra por parte de fazendeiros, madeireiros, garimpeiros, arroteiros e outros. Mais de 20 índios foram mortos nessa disputa, enquanto outras centenas foram espancados e tiveram suas casas e seus rebanhos destruídos por proprietários de terra locais, colonos e membros da Polícia Militar. Defensores dos direitos humanos que trabalham em favor dos índios sofreram ameaças, intimidações e violência. (ANISTIA INTERNACIONAL, 2005)

## 2.7. Violências e jornais - os portas vozes dos grupos dominantes

A partir da Constituição Federal de 1988, os povos indígenas de todo o Brasil, mais especialmente de Roraima, começaram a ganhar mais visibilidade na mídia local e nacional. Contudo, é bom observar que vários fatores contribuíram para uma maior notoriedade das questões indígenas como a febre do ouro nos anos 80, os grandes conflitos violentos de grande repercussão nacional, a reação dos povos indígenas organizados ganha maior notoriedade na reivindicação dos seus direitos, a influência de Organizações Não-

Governamentais junto às comunidades indígenas e à própria Igreja Católica contribui nas denúncias na grande imprensa de várias situações envolvendo violação dos direitos indígenas.

Um levantamento feito pelo Conselho Indígena Missionário – CIMI, em 1989, utiliza-se de notícias publicadas na grande imprensa de denúncias fornecidas pelas Regionais ao Cimi, sobre violência indígena na Amazônia brasileira, durante o período da política indigenista do governo José Sarney. Os dados são parciais, pois muitas denúncias sequer foram formalizadas ou chegaram à imprensa. Na Amazônia a etnia mais atingida por ações violentas foram os Macuxi. Dom Erwin Krauter, bispo de Xingu e presidente do CIMI em 1990, ao analisar a questão da violência indígena nos governos de Sarney e Fernando Collor de Melo, considera que o governo de José Sarney foi marcado pela insensibilidade e falta de atenção aos povos indígenas (CIMI, 1990, p.14)

Não se pode esquecer que a gravidade de várias ações violentas praticadas contra os índios, principalmente contra os Yanomami pudesse ser ignorada, segundo o CIMI (1989, p. 9). É observado que a imprensa de Roraima tem uma postura bem definida posicionando-se a favor das elites, que a controla. Conforme o CIMI, “[...] os meios de comunicação locais refletem os interesses econômicos e políticos sobre a terra indígena, incentivando até a invasão e publicando difamações contra as entidades que defendem a causa dos índios [...]” (1989, p. 9). Em carta aos fiéis católicos, Dom Aparecido denuncia que ao se tratar da Igreja Católica a imprensa de Boa Vista comporta-se de maneira esquizofrênica mostrando seu lado perverso:

Aos poucos o cerco vai sendo fechado, principalmente contra a Igreja Católica que somente com muito esforço e jogo de paciência ocupa espaços na mídia local sem que haja deturpação das informações divulgadas, já que todos os veículos de comunicação [...] pertencem aos grupos políticos que dominam o Estado e combatem deliberadamente a demarcação. (DIOCESE DE RORAIMA,1998)

O jornalista e escritor Manoel Chaparro afirma que o jornalismo participa de determinadas encenações e acaba aceitando certas práticas rituais e por isso está propenso a participar do conluio do jogo de poderes (CHAPARRO, 2001, p. 23). É quase inevitável essa relação espúria do jornalismo com os alinhados do poder local. Na história da imprensa de Roraima um fato nos chama atenção é que não existe isenção político-partidária em nenhum jornal (JOAQUIM, 2003, 92). Os jornais roraimenses atuam segundo a “*direção vento político*” e a sustentação financeira fica a cargo da facção política (Idem, 95). Assim não é difícil compreender o porquê da imprensa ser o “aparelho ideológico” a serviço dos grupos políticos. Em outras palavras, podemos dizer que veiculação ideológica nas mídias, mais



precisamente nos jornais impressos, tomou a defesa de todos os políticos e empresários, constituindo-se a porta voz das elites roraimenses opositoras e difamadoras dos que defendem os povos indígenas.

Vasconcelos, ex-jornalista do Conselho Indígena de Roraima – CIR, reconstruiu o caso do assassinato dos dois índios Macuxi no município de Normandia e confirma a proximidade da mídia local com a classe política:

Conforme noticiou o semanário Tribuna de Roraima, em 18 de abril de 1986, a sociedade roraimense já sabia que os jagunços da Guanabara andavam armados e espalhavam o terror na região. Se os meios de comunicação tinham conhecimento do conflito, por que as denúncias dos índios nunca foram tornadas públicas? Sendo a insurreição de 1987 um sinal da tensão entre os índios e o fazendeiro, por que a imprensa omitiu a morte gestada nos bastidores da fazenda? Porque ao invés de negar o caminho da morte, os jornais centraram suas notícias nas especulações sobre a interferência de missionários na reação dos macuxi em 1987? Em nosso entendimento, a resposta a esses questionamentos nos revela a ação da imprensa em Roraima, em favor de segmentos detentores dos meios de produção e da classe política (2001, p. 37).

Em relatório pastoral após 20 anos de bispado na Diocese de Roraima, de 1975 a 1996, Dom Aldo Mongiano confirma o complô entre imprensa e políticos – a utilização da mídia pela classe política para a propagação difamatória contra a Igreja pela posição a favor dos indígenas: “Durante 20 anos, políticos, jornais e rádios locais tomaram a Igreja em Roraima como alvo de seus ataques, dirigindo contra o bispo e os missionários as críticas mais venenosas e calúnias mais deslavadas” (1999, p. 911). Os repórteres a serviço dos políticos foram implacáveis, não em defender as minorias ou em ficar na contramão da história, mas em fazer a vontade dos “donos do poder” local. Dom Aldo testemunha tal agressividade da mídia: “No início de 1993, alguns repórteres deram início a uma campanha difamatória tão intensa, persistente e injuriosa, que as pessoas se perguntavam o que queriam e qual político ou autoridade queriam apoiar” (1995, p. 911).

A campanha difamatória não foi apenas dirigida aos missionários, contudo é bom ressaltar que as imagens construídas pela imprensa dos povos indígenas constituem-se também em descrédito. A imprensa nesse sentido sentiu-se livre para construir uma imagem que não corresponde, em muitas vezes, ao real. Vasconcelos enumera quatro tipologias quando o assunto da imprensa é o índio de Roraima: “[...] a - ameaça ao desenvolvimento econômico; b - como agentes da “internacionalização da Amazônia” e do atentado à Soberania Nacional; c - subversivos perante a ordem imposta pelo Estado de Direito; e, d – massa de manobra da igreja católica” (2001, p.38).

Lima, jornalista, ao abordar a mídia e o índio em Roraima mostra dois grandes momentos que constituem a imagem dos indígenas na imprensa roraimense. O primeiro momento mostra “[...] um índio como um ser indefeso, ingênuo e incapaz, necessitando da ajuda do homem branco para poder sobreviver [...]” (2001, p. 116). Acrescenta ainda a autora outras representações: “[...] fraco, impotente, ingênuo ou como violento, rebelde, bárbaro, selvagem, ameaçado e protestador” (idem, 128). O segundo momento da imprensa roraimense parece ter uma visão mais amadurecida, o que pode ser um engano, porém Lima diz:

Uma nova imagem, entretanto vem sendo formada no imaginário roraimense. Trata-se de uma imagem conceito de um índio lutador, um índio manifestante que vive reivindicando seus direitos e que não mais aceita a intermediação dos órgãos governamentais na defesa de seus direitos, para cuidar dos seus interesses e da manutenção da posse de suas terras. Eles “agem, agora, por conta própria, às vezes violentamente. (2001, p. 138).

Nenhuma representação estampada nos jornais quando o assunto diz respeito aos indígenas é inocente. A carga preconceituosa é visível, como bem detalhou Joaquim: “[...] a imprensa roraimense ainda está presa à divulgação de ideias preconcebidas e não nos fatos como eles são merecedores de uma observação mais detalhada, mais objetiva e menos parcial” (2003, p. 178). O tratamento que a classe dominante, via imprensa, dá aos índios reporta-se a uma ideologia que remota ao período da colonização, acrescenta Joaquim. Dois momentos são característicos dessa visão ultrapassada, porém ainda em voga na mídia local. O primeiro momento diz respeito à figura do índio como *bom selvagem*<sup>50</sup>, o que corresponde à expectativa dos fazendeiros, rizicultores, empresários e outras categorias dominantes como aquele que é dócil, portanto não apresenta perigo ou ameaça. O segundo momento diz respeito à imagem do índio como *mau selvagem*, apresentado nos jornais como: “[...] manipulado pela igreja, não se curva diante das ameaças dos fazendeiros e reivindica suas terras com demarcação em área contínua” (JOAQUIM, 2003, p.10).

Voltamos a dialogar com Chaparro para apontar algumas falhas na imprensa local. Primeiramente a observação que faz: “Passou o tempo dos jornalistas contadores de histórias. Esse jornalismo contador de histórias morreu por falta de espaço e função. Era um jornalismo dileitante, que pouco ou nada contribuía para alterar o rumo das coisas” (2001, p. 37). O jornalismo sério tem uma postura diferenciada e não fica apenas relatando fatos sem criticidade, nem muito menos oferecendo seus serviços ao gosto de quem lhe dá a sustentação

---

<sup>50</sup> Referência à visão romântica do índio na filosofia de Jean Jacques Rousseau, filósofo iluminista do século XVIII.

financeira. Nesse sentido, os jornais em Roraima estão falhando no que diz respeito a “críticas dos acontecimentos”. Não se investe no jornalismo investigativo, não por falta de dinheiro, mas por falta de interesse. E “Sem investigação jornalística não há como, numa perspectiva de interesse público, atribuir significados e sentidos intelectualmente honestos ao que acontece e é relatado – papel que o jornalismo deixou de cumprir, ou está cumprindo mal, embora noticie cada vez mais”, conforme enfatiza Chaparro (2001- 41).

## 2.8 Raposa Serra do Sol e a violência gerada a partir da organização indígena<sup>51</sup>

Agora, analisaremos mais profundamente alguns aspectos da violência praticada contra as populações indígenas de Roraima tendo como fonte muitos dados levantados em várias fontes impressas (jornais locais).

Já discutimos alguns pontos específicos sobre violência contra os povos indígenas em Roraima. Agora aprofundaremos a abordagem a partir de alguns dados e levantamentos feitos em diversos jornais que circularam em Roraima de 1989 a 2009. Partimos da constatação de que violência contra os povos indígenas não é uma prática recente, pode ser historicizada a partir da colonização portuguesa e espanhola na América. Os movimentos impostos para aniquilar o outro, isto é, o diferente, foram processos sistemáticos e intencionais que se estenderam ao longo de muitos anos. Esses acontecimentos violentos podem ser analisados sob várias circunstâncias e perspectivas históricas. Ao penetrar nessa temática tão polêmica e discutida é fundamental perguntar *a priori*: “O que é violência?”. Assim, apresentamos alguns conceitos de violências como condição necessária para compreender a temática proposta.

Na obra publicada pelo Centro Internacional de Investigação para a Paz - CIIP (2002), temos uma conceituação de violência e as várias formas em que ela se manifesta. Nesse trabalho violência não se reduz apenas a uma atitude de agressão física, forma mais comumente identificada, há, no entanto, outras modalidades de violência tão nocivas quanto a violência física. Odalia (1985, p. 15) diz que: “Não é só violência física que distila o viver em sociedade e que apavora o homem: outros temores, outros medos, assaltam-se e acabam também por moldar seu estilo de vida”.

Não se considera violência apenas as hostilidades declaradas a uma pessoa ou a um grupo. Aqui se analisam os fenômenos e as dinâmicas sociais, as quais estão envolvidas

---

<sup>51</sup> Parte desse artigo foi publicado em co-autoria de VIEIRA, J.G.; SILVA, P.S.R.; RAMALHO, C.O. RORAIMA: A luta pela homologação da raposa serra do sol e a violência gerada contra os índios entre 1970 a 2009 In.: **Revista Universidade e Sociedade**. Ano XX, Nº 46. Brasília: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, 2010, p. 142-151.

práticas sutis ou não de ações violentas. Não se pode tomar o estudo da violência pela violência em si. Devem-se investigar as várias causas que podem contribuir para os atos violentos como pobreza, ausência de democracia, desigualdades estruturais, deteriorização do meio ambiente, tensões e conflitos étnicos, o desrespeito aos direitos humanos (CIIP, 2002).

Toda ação violenta seja física, cultural, patrimonial, étnica e outras são empecilhos a uma convivência dinâmica de uma sociedade ou de um grupo: “[...] os diferentes tipos de violência não representam apenas custos materiais, implicam também obstáculos tanto para a construção de sociedades capazes de desenvolver as potencialidades de seus habitantes, como para a construção de uma ordem política saudável que favoreça a integração social” (CIIP, 2002, p. 23).

Violência não é apenas o que é visível fenomenologicamente, apesar da visibilidade histórica dos tipos de violências, contudo outras leituras e compreensões ajudam a entender que violência pode ser visível e também invisível (CIIP, 2002). A “violência invisível” acontece em práticas caracterizadas como: coação; pressão psicológica; imposição ideológica, constrangimentos e outras. Um aspecto da violência, bastante presente em muitos momentos históricos na América Latina, é a violência étnica, caracterizada por várias formas. Entende a CIIP (2002, p. 60) que “Os conflitos étnicos fazem parte da categoria violência cultural e expressam tanto a discriminação exercida pelo poder central em relação aos grupos minoritários como os processos de aculturação por meio dos quais a cultura dominante se impõe sobre as minorias”.

Por fim, não podemos deixar de mencionar em Arendt (1994), filósofa, a abordagem dada à discussão sobre violência que, em seu pensamento, é uma variável distinta de poder, mas que aflora constantemente onde há ameaça da supressão do poder. Para justificar essa premissa a pensadora recorre a história da humanidade enfatizando, principalmente as grandes guerras mundiais, para mostrar que a violência é uma prerrogativa que com tem como objetivo potencializar o “vigor natural” através da força. Acrescenta Arendt que a ação violenta “aparece onde o poder está em risco, mas, deixada a seu próprio curso, ela conduz à desaparecimento do poder. Isto implica ser incorreto pensar o oposto da violência como não-violência (1994, p. 44). Nessa perspectiva teórica, relacionar poder e violência na questão indígena em Roraima nos ajudar a entender os motivos pelos quais as estruturas de poder, geralmente ligadas a grupos dominantes, com o receio da perda do poder sobre a terra, os fazendeiros, garimpeiros, rizicultores e outros impuseram formas violentas contra indígenas no sentido de fazer prevalecer o domínio e poder da força. Como bem diz Arendt (1994), a violência pode até ser justificada, mas nunca é legítima.

Ao estudarmos mais profundamente a questão da violência étnica, neste caso os atos violentos contra os povos indígenas, temos total clareza de que ela está relacionada à questão da terra. As terras indígenas no Brasil, como também em outros Estados Nacionais da América Latina, continuam sendo um elemento de disputa, objeto de madeireiros, projetos minerais, grandes projetos agropecuários, multinacionais, agronegócio, o que na prática significa uma luta constante de diversas etnias contra o extermínio. As pesquisas apontam que o Brasil é um dos países mais violentos da América Latina em relação à violência étnica. Verificamos que a situação de várias etnias em todo o país é de constante alerta, pois o que está em jogo são fortunas em terras, em minérios ou em madeira, gerando diversas formas de violência tanto material como cultural<sup>52</sup>.

No Brasil, e especificamente no estado de Roraima, não é diferente. Roraima é um dos estados mais jovens da federação, com uma das maiores populações indígenas. São mais de 45 mil índios no interior, somente na terra indígena Raposa Serra do Sol temos 20 mil, e mais de 10 mil indígenas moram em Boa Vista, a capital, onde vivem em bairros periféricos, sobrevivendo de subemprego com longas jornadas de trabalho. Muitos negam sua própria condição de índio como forma de se proteger e garantir sua sobrevivência<sup>53</sup>.

Embora a terra indígena Raposa Serra do Sol (Mapa 1) tenha ganhado notoriedade nos últimos anos, tanto em nível nacional como internacional, ainda é uma região desconhecida dos brasileiros. Vivem nesta área as etnias Ingarico, Macuxi, Patamona, Wapixana, Taurepangue. Situada a nordeste do estado de Roraima, está encravada dentro dos municípios de Pacaraima, Uiramutã e Normandia. Os dois primeiros municípios foram criados para dificultar a homologação da própria Raposa Serra do Sol em área contínua. Compreende uma área de 1 milhão e 700 mil hectares, localizada a 120 Km de Boa Vista, tem difícil acesso, pois inexistem estradas pavimentadas. Somente uma parte dela é coberta pela rede de telefonia fixa, como também pelas redes de televisão e rádio.

Recentemente, em Roraima, vários empresários ligados ao setor agropecuário ocupavam a terra indígena Raposa Serra Sol. Aqui fazemos um destaque para os grandes e pequenos pecuaristas e principalmente os rizicultores. Estes últimos chegaram à região por volta de 1970, adquirindo posses de antigos fazendeiros. Localizavam-se numa área de mais

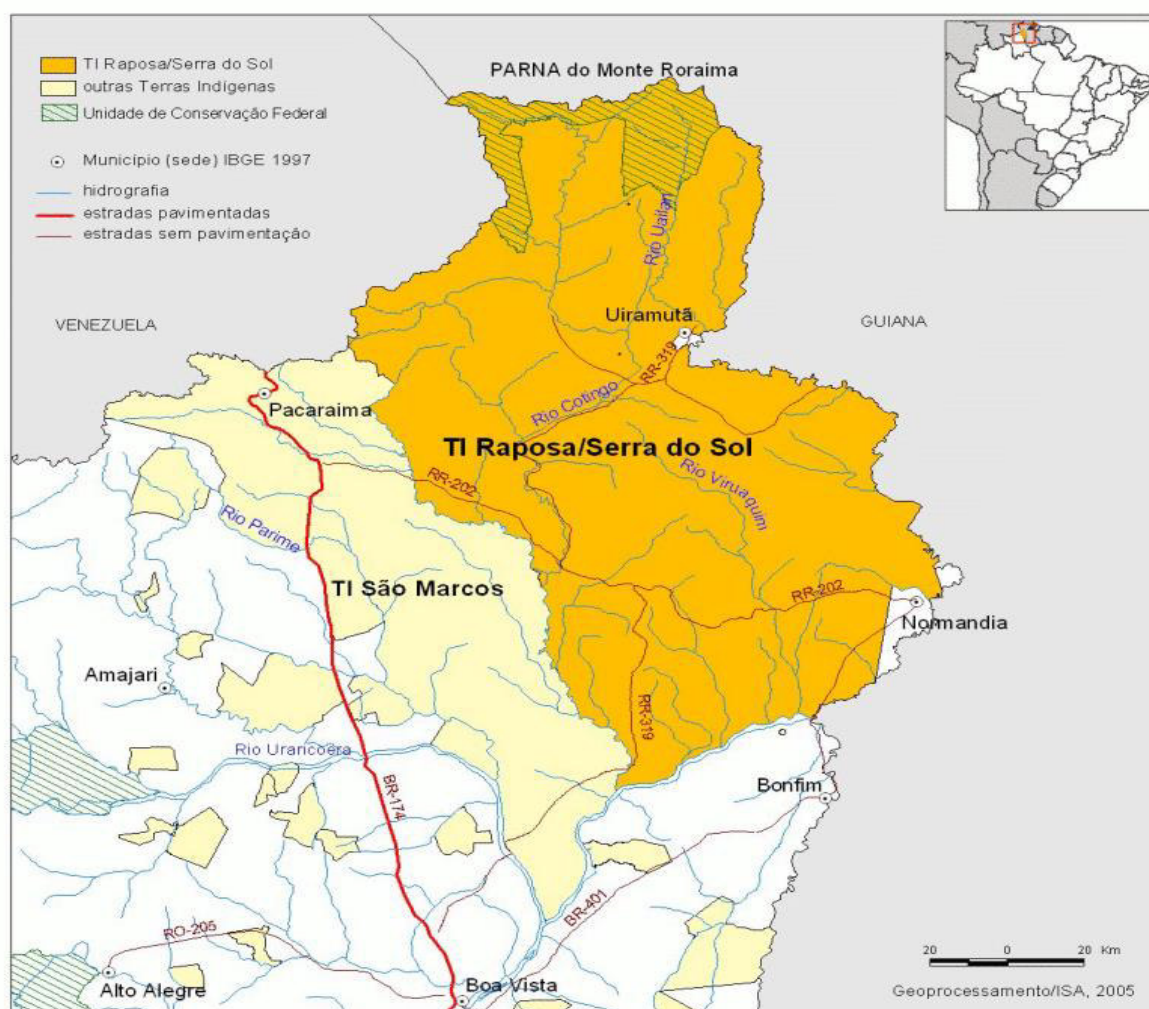
---

<sup>52</sup> Somente em 14 meses de exploração, entre 1975 e 1976, cerca de 500 garimpeiros extraíram 580 toneladas de concentrados de cassiterita, minério retirado em pequenos aviões e helicópteros para Boa Vista e de Boa Vista para Manaus em grandes aviões da VARIG. SANTOS, Breno Augusto. **Amazônia: potencial Mineral e perspectivas de desenvolvimento**. São Paulo. Edusp: 1981.

<sup>53</sup> Para isso, ver SOUZA, E. P; REPETTO, M. (Orgs.) **Diagnóstico da situação dos indígenas na cidade de Boa Vista - Roraima**. Boa Vista: Gráfica Ióris, 2007

de 100 mil hectares, com uma produção de 160 mil toneladas de arroz irrigado anualmente, mais de 30 mil cabeças de gado e mais de três mil hectares de plantação de soja. Estavam na melhor área da região, somente na área cultivada por Paulo César Quartiero era de mais de 4.500 hectares de arroz irrigado. Quando foi retirado da área havia em torno de 50 mil sacas de arroz para serem colhidas.

Para o ex-presidente da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o historiador Márcio Meira, um dos principais fatores para uma nova onda de ataques às terras indígenas é a expansão econômica, especialmente do agronegócio, em direção às regiões onde vivem os índios.



**Figura 3: Mapa 1 -Área Indígena Raposa Serra do Sol**

**Fonte:** [http://site-antigo.socioambiental.org/nsa/mapas/img/map\\_raposa\\_15042005.gif/mapa](http://site-antigo.socioambiental.org/nsa/mapas/img/map_raposa_15042005.gif/mapa)

Foi a partir do acirramento da disputa pelo controle das terras indígenas em Roraima, somado ao fato de as relações capitalistas estarem mais definidas, no final da década de 1960, que passamos a verificar, com mais intensidade o aumento da violência contra os povos indígenas, em especial, a etnia Macuxi na terra indígena Raposa Serra do Sol. Porém, a história não tem uma única mão. Também é verdade que foi o próprio aumento da violência que levou boa parte dos povos indígenas, especialmente, os moradores das serras, onde a Igreja Católica possuía maior influência, a iniciar um processo de organização política nos moldes dos não índios, auxiliada por essa Igreja.

Um envolvimento mais comprometido dos missionários com as populações indígenas em Roraima data de 1968, por iniciativa do instituto da Consolata, já discutido neste texto anteriormente, os religiosos que chegaram à região por essa época, formaram uma nova base missionária, passando a realizar encontros com os Tuxauas das diversas comunidades, especialmente entre os índios Macuxi e Wapixana, consideradas as duas maiores etnias da região. O principal tema discutido não era mais a questão religiosa em suas comunidades, mas eram reuniões que discutiam e deliberavam sobre problemas graves, enfrentados em suas comunidades, como a invasão de terras e a exploração da mão-de-obra de seu povo.

Muitos já afirmaram que os índios de Roraima passaram a reunir-se na Missão São José, fundada em 1949, pela Consolata na vila Surumu, somente para tratar de assuntos religiosos. Contudo, Nagib Lima e vários dirigentes locais da FUNAI, haviam observado que as primeiras reuniões dos índios datam de 1968, momento em que a Igreja se preocupava somente em ministrar alguns cursos de cunho religioso. Porém, ao término dessas reuniões, afirma o autor, os índios tiravam algum tempo para discutir os problemas que enfrentavam nas suas regiões. Nessas conversas, a princípio informais, destacava-se a invasão de suas terras<sup>54</sup>.

Na história mais recente de Roraima, os principais conflitos violentos contra os povos indígenas estão relacionados à ocupação da terra, principalmente por fazendeiros, rizicultores, garimpeiros, que acirram conflitos violentíssimos, deixando vítimas de ambos os lados. Porém, é interessante ressaltar que os conflitos sempre ocorreram de forma assimétrica, prevalecendo a força das armas, das instituições, dos meios de comunicação entre outros, sendo que a justificativa passou a ser a internacionalização da Amazônia.

Seria muita pretensão querer relatar todas as ações violentas ocorridas durante os séculos XVIII, XIX, XX e início do século XXI, contra os povos indígenas em Roraima.

---

<sup>54</sup> LIMA, José Nagib da Silva. Educação Indígena em Roraima. Boa Vista RR. Boa Vista: UFRR, 1993 (datilografado).

Muitos antropólogos, historiadores já tiveram essa preocupação e não seria aqui o caso de repetir tais estudos<sup>55</sup>, pois nossa preocupação está ligada a um período mais atual. A organização indígena iniciada a partir do final da década de 1960, com as primeiras reuniões realizadas na Missão do Surumu, contava com a participação de várias etnias indígenas. Era o embrião de uma organização maior dos próprios índios, assessorados pela Igreja, para defender seus interesses.

A partir daí deu-se o rompimento entre a Igreja e as elites locais. O discurso das elites era que a culpa da rebeldia por parte dos índios era dos padres, chamados de comunistas, que queriam “impedir o desenvolvimento da região”, na medida em que “insuflavam” os índios pobres e miseráveis. Sem esses “agitadores”, tudo estaria tranquilo<sup>56</sup>. Por esse discurso, os padres se tornam inimigos da propriedade privada e da ordem legal. Todo esse discurso passou a ser estampado com mais veemência no início dos anos 70 em todos os jornais escritos e falados localmente.

A Igreja de Roraima, a partir do final da década de sessenta, deixou de estar comprometida com os fazendeiros, passando a reunir os índios, a denunciar e combater a invasão das terras e principalmente a contribuir para organizá-los politicamente, com o objetivo de conseguirem a demarcação definitiva de suas terras. Esse processo inaugurou uma nova mentalidade, uma nova atitude e também uma nova direção na Diocese de Roraima ante a questão indígena no ex-território, projeto que tem sua continuidade até os dias atuais pelos membros da Ordem da Consolata.

A elite de Roraima parecia ter acordado para um fato novo, a partir do final da década de 60, ao se deparar com as primeiras reuniões realizadas na Missão do Surumu. Essas reuniões contavam com a participação das diversas etnias indígenas do Território. Era o embrião de uma organização maior dos próprios índios, assessorados pela Igreja, para defender seus interesses e constituía parte do projeto levado adiante pelas bases missionárias, que posteriormente fora assumido pelo Conselho Indígena Missionário (CIMI).

Em Roraima, a organização política das comunidades indígenas era um fato inédito. Uma ruptura que mais tarde provocaria uma forte alteração na correlação de forças, especialmente, no processo de reconhecimento das terras indígenas. Os fazendeiros, ao longo

---

<sup>55</sup> Neste caso, consultar os trabalhos dos pesquisadores sobre o assunto: Nadia Farage, Paulo Santilli, Vieira entre outros.

<sup>56</sup> Ver Jornal Folha de Boa Vista- Boa Vista RR- 01/08/2001, artigo o ex-Deputado Federal Salomão Cruz (PPB-RR) em que afirma textualmente que há uma marcha, uma ação acelerada para transformar parte da Amazônia em novas Nações, sendo o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e Conselho Indígena de Roraima (CIR) instrumentos poderosos na própria internacionalização da Amazônia.



de muitas décadas, haviam se acostumado a enfrentar os problemas com as populações indígenas de três formas, por meio da cooptação de suas lideranças; da força que, na maior parte das vezes, terminava com a eliminação dos índios e posterior tomada das suas terras; e de acordos que sempre beneficiavam os fazendeiros, tendo como árbitro o administrador do órgão indigenista local do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) ou da FUNAI.

Nas primeiras Assembleias e nas reuniões por região, os índios passaram a demonstrar um grau de organização que não se limitava a falar mal de fazendeiros, derrubar cercas das fazendas ou matar o gado que por ventura fosse encontrado rondando as suas roças ou perdido no interior das suas comunidades. Sendo assessorados pelos missionários, superaram essa fase, passando, a exigir das autoridades federais a demarcação de suas terras. Além disso, passaram a fazer críticas à FUNAI e reivindicações por escrito, por meio de cartas e abaixo assinados, retirados nessas assembleias e reuniões. Para as lideranças indígenas, a FUNAI estava completamente desacreditada, uma vez que estava a serviço dos fazendeiros, não impedindo que estes invadissem as suas terras (VIEIRA, 2007).

As ações violentas dos fazendeiros também tiveram como pano de fundo o não reconhecimento da organização indígena, vista como uma ameaça à sua presença nas terras que, por direito natural, não lhes pertenciam, mas, sim, aos povos indígenas. A partir do momento em que os povos indígenas dos lavrados despertaram para a criação de gado, foi necessário construir cercas, currais e barracos, o que vibrou como ameaça: “Os fazendeiros começaram a não gostar disso. Perceberam que se este processo continuasse nas malocas, os rebanhos das comunidades iriam aumentar de maneira tal que não poderiam mais defender a tese de que os índios não precisam de terra porque não têm criação” (CIDR, 1990, p. 47). A reação dos fazendeiros ao princípio de organização indígena passou a ser violenta. As ações da organização indígena passaram a incomodar e isso para muitos ecoou como uma afronta. No entanto, a organização indígena, com o passar dos anos, ficou mais representativa na luta pelo direito a terra (SILVA, 2007).

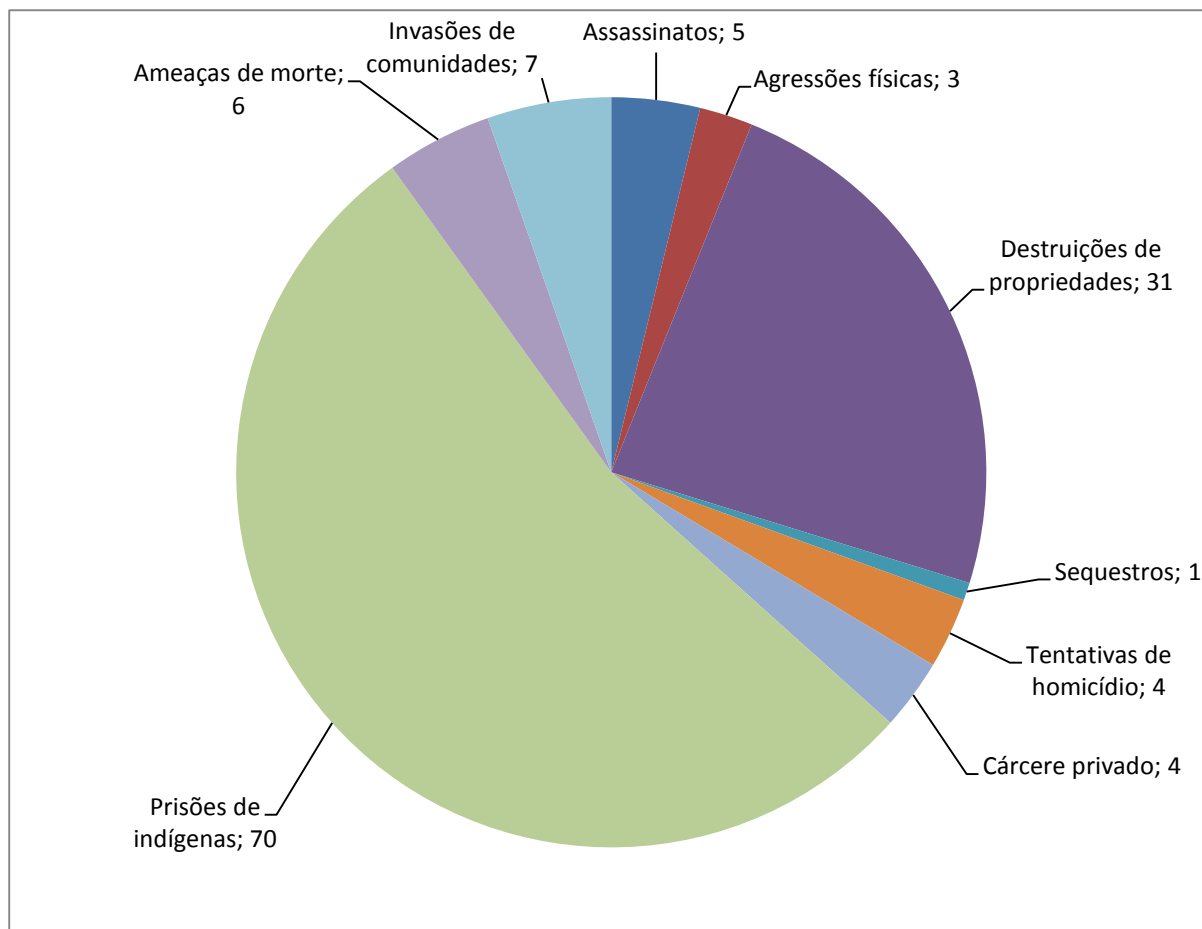
Por outro lado, os processos violentos contra as populações indígenas localizadas na área Raposa Serra do Sol se intensificam depois de uma forte expansão pecuarista, uma continuidade do garimpo. Muitos indígenas estavam submetidos a trabalho forçado num esquema de dívidas por troca de mercadorias. Fazendeiros passaram a queimar aldeias e a matar suas lideranças. Assim, foram diversas as lideranças indígenas ou não que tomaram mortes, entre outros tipos de ações violentas entre os anos de 1970 a 2009, como demonstraremos através de quadros estatísticos a seguir.

## 2.9 Dados estatísticos da violência contra os povos indígenas em relatórios e jornais de circulação local no estado de Roraima

Como foi discutido anteriormente, a violência se manifesta sob várias formas, e no caso da violência contra os povos indígenas no estado de Roraima não é diferente. Os gráficos a seguir foram construídos a partir de dados coletados de jornais de circulação local, além de outras fontes como o relatório elaborado por Ana Paula Souto Maior (2003). Por meio deles podemos apreender os procedimentos violentos contra as etnias indígenas da área Raposa Serra do Sol ao longo de várias décadas, conforme pode ser visualizado na representação dos gráficos 1, 2 e 3. Já o gráfico 4 é dedicado ao processo de reação empreendido pela etnias indígenas da área em questão ao longo das três últimas décadas.

Observando os três primeiros gráficos, pode-se verificar que os processos violentos contra os povos indígenas ao longo da demarcação e homologação da Raposa Serra do Sol abrangem uma ampla gama de ações que vão desde agressões físicas a atentados contra a vida dos indígenas, formas de violência “mais visíveis”, até ameaças e outros tipos de violências mais difíceis de serem percebidas. Também podemos perceber por meio dos gráficos a ocorrência de ações violentas contra propriedades dos indígenas como destruição de casas, roças e retiros.

Do processo de violência contra os povos indígenas (Gráficos, 1,2,3), participaram não só invasores das terras indígenas, como garimpeiros e fazendeiros e também órgãos e instituições públicas como a polícia civil e militar, como ainda um personagem novo, as Forças Armadas, especificamente o Exército Brasileiro, que numa ação desastrada acabou comprometendo-se na defesa dos interesses da elite local. Essas instituições acabaram dando suporte em ações como: destruição de propriedades, prisões ilegais, invasões de comunidades indígenas, sequestros e cárcere privado.



**Gráfico 1:** Violência contra etnias indígenas de Roraima: 1980 a 1998

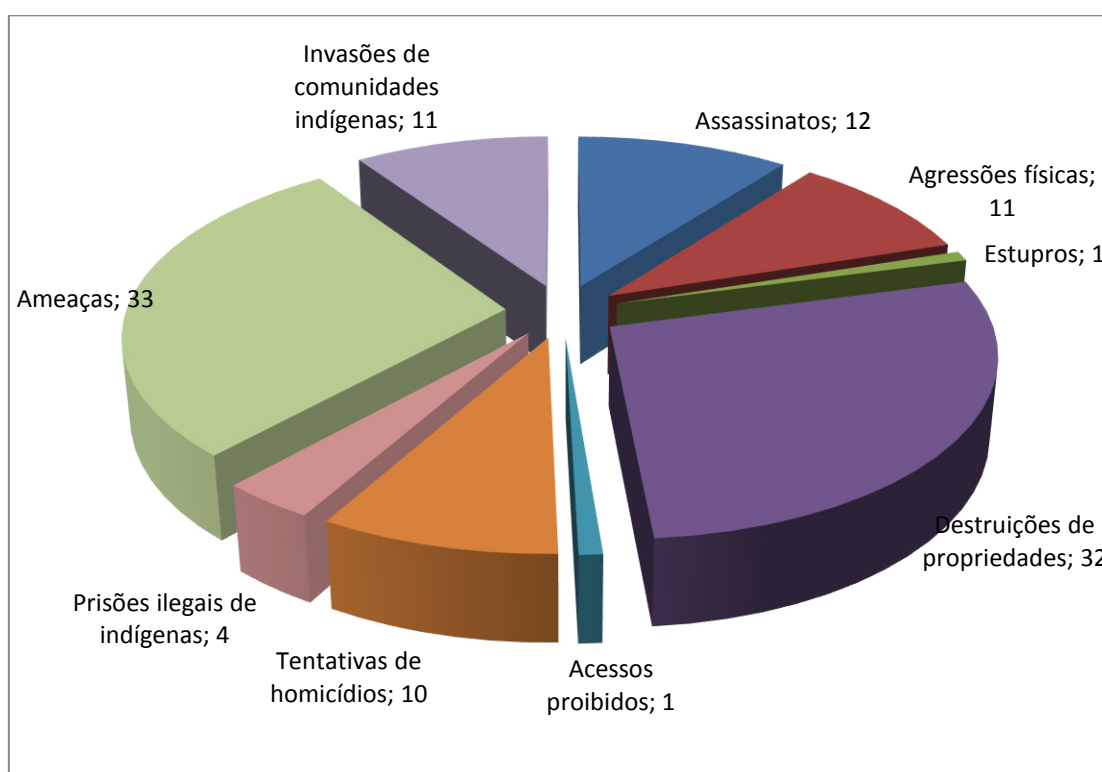
**Fonte:** jornais de circulação em Boa Vista entre 1980 a 2009

Os meses de setembro a dezembro de 1992 foram crivados de conflitos na área indígena Raposa serra do Sol. Nesse período, surge um fato inédito: a presença de soldados do Exército no dia 02/09/1992 na comunidade do Maturuca. Segundo relatos dos índios, neste dia mais de 40 soldados e oficiais do Exército prenderam o índio Amadeus, que posteriormente foi entregue à Polícia Federal em Boa Vista. Ainda segundo os índios, os soldados estavam à procura do padre Jorge, assim arrombaram a porta da missão católica, os barracões onde estava a merenda escolar, local onde ficava os equipamentos de energia, desligaram o sistema de comunicações, terminando por levar pastas contendo documentos da missão. Existe uma forte evidência que o grande objetivo dessa operação fosse prender o padre Italiano Jorge dal Bem ligado à Diocese de Roraima que não foi encontrado. Este padre, para fazendeiros e garimpeiros, era um dos grandes responsáveis pelos conflitos na região

No dia seguinte, procurado pela imprensa, o comando militar da 15ª Brigada disse apenas que os homens estavam realizando reconhecimento da área de fronteira. O coronel

Peixoto, responsável pelas relações públicas da brigada disse que maiores informações deveriam ser consultadas em Brasília, junto ao comando do Exército, e deu o caso por encerrado. Podemos perceber nos gráficos que estes tipos de violências estão entre as mais numerosas dentre todas as ocorridas.

Não podemos deixar de destacar que esse processo de violência contra os povos indígenas ocorreu em todo o Brasil. Com relação à situação do estado de Roraima, devemos enfatizar a violência contra as populações Yanomami, já mencionado anteriormente, sendo que um dos casos mais emblemáticos foi o massacre de cerca de 24 indígenas em 1993, em que os principais acusados foram garimpeiros, instalados ilegalmente nas terras dessa etnia. As agressões não tiveram fim com a homologação da área Yanomami e continuaram até os nossos dias: “De acordo com informações do coordenador da FPEYY (**Frente de Proteção Etnoambiental Yanomami e Ye'kuana**), João Catalano, um primeiro diagnóstico detectou aproximadamente 3000 garimpeiros nas calhas dos rios Mucajaí, Uraricoera, Catrimani, Parima e Apiaú. Foram localizadas 42 pistas de pouso clandestinas em atividade e centenas de balsas de garimpo (ISA, 2013). Essa situação tem gerado muitos atritos entre os indígenas Yanomami e os trabalhadores que vão a área em busca de ouro.

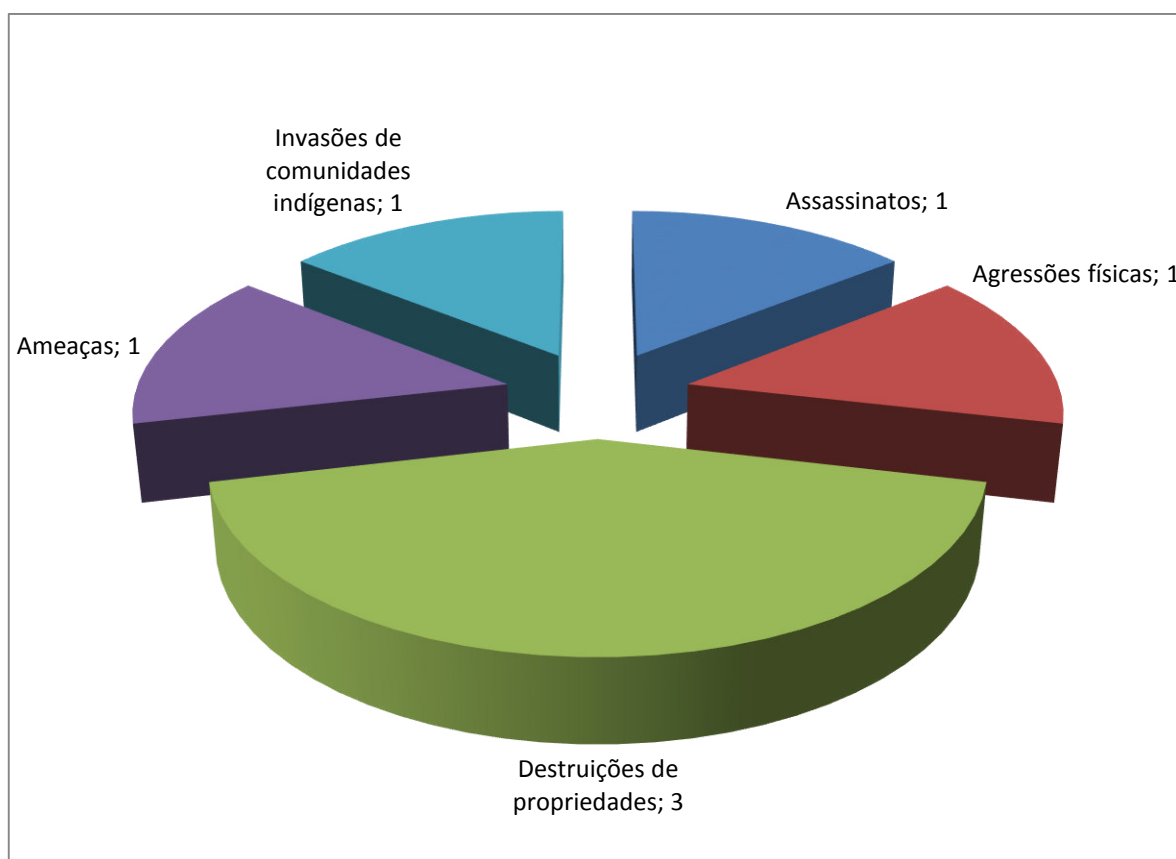


**Gráfico 2:** Violência contra etnias indígenas de Roraima: 1990 a 1999

**Fonte:** jornais de circulação em Boa Vista entre 1990 a 1999.

Parece-nos haver uma cadeia que financia a extração do ouro desde os compradores do metal, donos de balsas, donos de aeronaves. Dados levantados pela Polícia Federal estima que a cadeia produtiva do ouro, de modo ilegal, movimentava aproximadamente R\$ 30 milhões (ISA, 2013), enquanto isso os indígenas continuam vulneráveis a problemas de saúde e aos riscos do mercúrio entre outros.

Outro caso que merece ser destacado é o ocorrido na Maloca Santa Cruz, onde os índios travaram uma luta pela posse de suas terras com o fazendeiro Newton Tavares. Uma das consequências desta disputa foi o assassinato dos dois indígenas, Damião Mendes e Mario Davis, por parte do vaqueiro Manuel dos Santos, empregado do fazendeiro Newton Tavares (Gráfico 3).



**Gráfico 3:** Violência contra etnias indígenas de Roraima: 2000 a 2009

**Fonte:** jornais de circulação em Boa Vista entre 2000 a 2009.

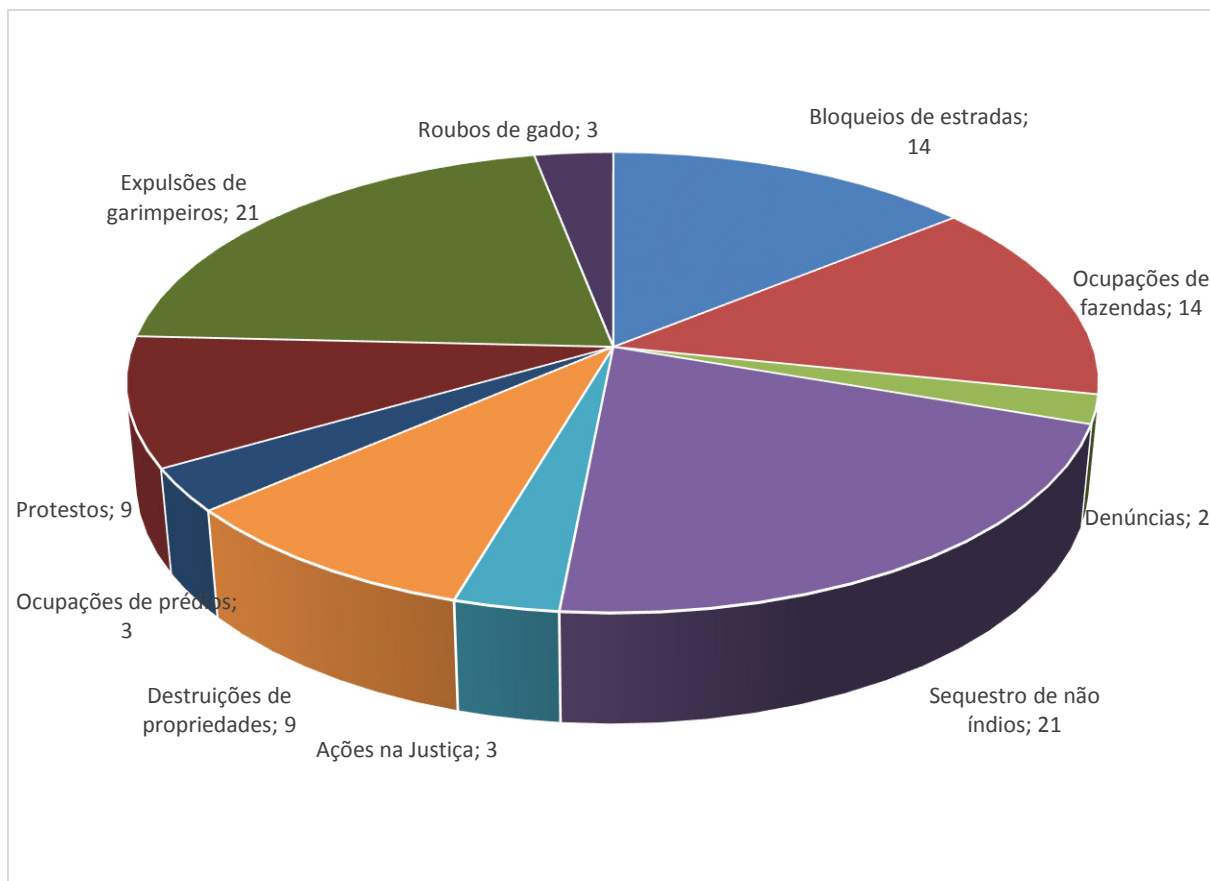
A todo esse processo de violência contra os povos indígenas, que se estende desde o período colonial, corresponde um conjunto de ações de resistência por parte dos índios

mostrados no Gráfico 4. Por meio deste gráfico podemos perceber que algumas destas ações de resistência estão diretamente relacionadas com a violência “suportada” pelas comunidades indígenas. É o caso da presença de garimpeiros em terras indígenas, uma das agressões mais frequentes contra as populações nativas, gerando toda uma variedade de prejuízos para essas populações: como degradação do meio ambiente (tão importante para a sobrevivência dos índios) e males como o alcoolismo e a prostituição.

Os setores conservadores acusaram os índios de diversas ações contra os não índios, como se e somente se, os indígenas fossem os vilões de todas as artimanhas causadas em Roraima, como podemos ler na citação extraída de Brasil:

Jornais e panfletos são editados, rebanhos são roubados, animais são mortos à flechadas, armas que foram esquecidas pelos índios já aculturados voltam a ser usadas; estradas são interditadas, pontes são queimadas, provocando acidentes fatais, torres de telefonia são derrubadas. Índios devidamente treinados promovem desordem. Fazendeiros, a maioria pequenos criadores, são encurralados e quando reagem em defesa de seus patrimônios, são processados pela Justiça Federal; precipitadamente, muitos deles abandonaram suas propriedades e mudaram-se para outras regiões (2008, p. 33).

As reações foram diversas, como podemos ver no quadro estatístico 4, porém nada comparado ao que vimos em relação aos demais gráficos que trataram de mostrar a violência dos não índios. Não existiu passividade com relação aos povos indígenas, as reações foram das mais diversas formas como bloqueios de estradas, roubo de gado, expulsões de garimpeiros, protestos, destruições de propriedades, ações na justiça entre outras.



**Gráfico 4:** Reação das etnias indígenas – 1970 a 2009

**Fonte:** jornais de circulação em Boa Vista entre 1970 a 2009.

Nesse processo de resistência, a organização indígena que se intensificou a partir da década de 60 desempenhou um papel de destaque. Seja nas assembleias organizadas pelos religiosos da Igreja Católica ou por eles mesmo com apoio da Igreja, ou por meios de documentos enviados à FUNAI e às autoridades federais, os indígenas buscaram dar visibilidade aos problemas enfrentados em suas comunidades como uma forma de combater a violência por eles sofrida. E um dos principais obstáculos que os indígenas tiveram que enfrentar para garantir o cumprimento de seus direitos, principalmente o direito a terra, foi o comprometimento de vários setores da sociedade roraimense com os interesses daqueles que ocupavam ilegalmente as terras indígenas. Em um dos seus trabalhos sobre violência indígena, Souto Maior afirma:

A situação de violência a que estão submetidas as comunidades indígenas é um reflexo do comprometimento de órgãos públicos e autoridades estaduais e federais. A impunidade para os que violam direitos indígenas à vida, à integridade física, às suas terras e recursos naturais é agravada, particularmente para os índios da Raposa/Serra do Sol, pela demora na conclusão do processo de reconhecimento oficial dos limites desta terra indígenas. (2003, p.01)

Dentre os atos de violência cometidos contra os indígenas envolvendo prisões ilegais, um merece ser destacado: o ocorrido na delegacia do município roraimense de Normandia no ano de 1988 quando o indígena da etnia macuxi Ovelário Tames, com apenas 17 anos, foi preso ilegalmente por motivo banal. Dentro das dependências da delegacia, o indígena foi brutalmente espancado por membros da Polícia Militar, vindo a falecer em virtude dos ferimentos sofridos. O caso tinha tudo para seguir o mesmo caminho de muitos outros atos violentos cometidos não só contra os índios da Raposa Serra do Sol, mas também de outras áreas, ou seja, gerar revolta e indignação nos povos indígenas, ser noticiado nos jornais locais e depois ser esquecido pela sociedade não-índia, sendo que os culpados não sofreriam nenhum tipo de punição.

Porém, este caso teve como diferencial o fato de ter sido levado pelo Conselho Indígena de Roraima (CIR) ao conhecimento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (Figura 2). Este órgão determinou ao governo brasileiro o pagamento de uma indenização à família da vítima e a obrigatoriedade de uma retratação pública com a colocação de uma placa numa praça pública informando sobre o caso, a foto abaixo mostra esse monumento. No entanto, os culpados pela morte de Ovelário, assim como tantos outros responsáveis por diversos tipos de violências, como visto acima, contra os povos indígenas, nunca foram julgados pelo crime, revelando a impunidade das ações violentas cometidas contra os índios não só em Roraima, mas também no restante do Brasil.

Outra grande ação violenta contra as etnias indígenas e também contra as pessoas que lutam a favor das causas indígenas foi a destruição da antiga Missão do Surumu, hoje Centro Indígena de Formação, localizado a 160 km de Boa Vista, dentro da região Raposa Serra do Sol<sup>57</sup>. Na madrugada do dia 17 de setembro de 2005, foi cercado por aproximadamente 150 homens encapuzados, armados com espingardas, paus, facões, revólveres que destruíram completamente a antiga Missão (Jornal Vira-Volta, 2005). O grupo chegou em caminhões e caminhonete e ateou fogo em todas as instalações da Missão (Figura 3): casa dos padres e das irmãs, Igreja, escola e hospital. Algumas pessoas presentes no local foram agredidas fisicamente, inclusive um paciente do hospital (CIMI, 2005).

---

<sup>57</sup> O estudo sobre a destruição do Centro de Formação Indígena pode ser encontrado nos trabalhos de SILVA, Paulo S. R. **A violência contra os povos indígenas na ótica do jornal Folha de Boa Vista 1996-2005**. UFRR, 2007(monografia); Vieira, J.G.; Silva, P. S.R. **A violência indígena na ótica do jornal Folha de Boa Vista**. Revista de Filosofia e Ciência Humanas -Textos & Debates, Número 13, julho a dezembro 2007, UFRR: 2007.





**Figura 4: Placa da Comissão Interamericana de Direitos Humanos dedicada a Ovelário Tames – Local: Praça do Centro Cívico.**

**Fonte:** Paulo S. R. da Silva, 2009

Esse grupo, liderado por fazendeiros da região que ocupavam parte da terra indígena Raposa Serra do Sol, já havia invadido a Missão em 2004 e sequestrado padres e missionários da Congregação da Ordem da Consolata e os mantido reféns por três dias (CIMI, 2005). O ex-prefeito de Pacaraima, atualmente Deputado Federal (DEM), que era um dos maiores rizicultores da região, antigo dono da Fazenda Depósito, mostrado no primeiro mapa, Paulo C. Quartiero foi indiciado pela Polícia Federal como partícipe do sequestro dos padres Ronildo Pinto França e César Avallaneda e o irmão Juan Carlos Martinez (Folha de Boa Vista, 2004).

A “violência simbólica” nos dizeres do ex-presidente da CNBB, Dom Geraldo Magela, destruiu o palco das primeiras assembleias dos indígenas, que marcou o fortalecimento do movimento e organização pela homologação da terra Raposa Serra do Sol. O espaço simbólico da resistência representa o compromisso da Igreja Católica com as

questões indígenas (MAJELLA, 2005). Na verdade, a violência contra as populações indígenas não é apenas simbólica, mas são processos violentos que envolvem agressões físicas, assassinatos, sequestros, trabalho escravo, discriminação, preconceitos, destruição de patrimônios, invasões de propriedades e destruição cultural. Os índios passaram da condição de “bom selvagem” à condição de “terroristas”, pois sem sair de suas terras, sem ser o invasor como outrora foram os europeus e depois os novos colonizadores, somente por defender suas glebas, o índio agora é o ‘invasor”, o assaltante das terras do homem do não-índio. (CARVALHO, 2008) . São muitos os qualitativos ideológicos impostos aos povos indígenas que ainda mantém uma “visão congelada” dos indígenas como nativos, vivem nus, flecham sua caça e mantêm hábitos ancestrais.



**Figura 5: Destruição das instalações do Centro de Formação Indígena**  
**Fonte:** Arquivo da Diocese de Roraima (2005)

### 3 A VIOLÊNCIA INDÍGENA NA ÓTICA DO JORNAL FOLHA DE BOA VISTA

Em Roraima é evidente o envolvimento tendencioso ou o silêncio da mídia impressa em relação às questões indígenas, não veiculando os fatos com o mínimo de imparcialidade, como se deve esperar de uma imprensa livre e democrática. Sempre há suspeitas a respeito da falta de imparcialidade da imprensa local, principalmente quanto à veiculação de notícias sobre a questão indígena, passando uma imagem de que os índios “são violentos e atrapalham o desenvolvimento da Região”, como destacado na historiografia oficial. Freitas é um dos autores locais que defende ou vende essa ideia da expansão das terras indígenas pelas demarcações como um impedimento ao desenvolvimento econômico do Estado: “[...] o Estado de Roraima dispõe, na verdade, de pouco mais de 20% de sua área total. São apenas nestas terras que o Governo Estadual pode planejar e trabalhar livremente sem depender do aval da União. Isto é um obstáculo que impede a ação governamental estadual plena” (2001, p.135), sem apontar dados que comprovem a sua tese.

No processo de luta pela demarcação da terra Raposa Serra do Sol<sup>58</sup>, localizada na região nordeste do estado de Roraima, várias ações violentas contra populações indígenas, principalmente os Macuxi, foram cometidas por invasores de terras. O Conselho Indígena de Roraima (CIR), em diversos relatórios, narra uma sequência de atrocidades cometidas em relação aos indígenas nas áreas de conflitos, incluindo assassinatos, queima de aldeias, tentativas de homicídios, cárcere privado, destruição de roças, agressões físicas e ameaças de morte.

Alguns desses acontecimentos foram noticiados e ganharam destaque de forma distorcida, enquanto outros sequer foram mencionados, passando a ideia de não existir conflitos violentos e que as relações entre fazendeiros e índios sempre foram pacíficas, amigáveis e harmoniosas, como é colocado no cotidiano e na historiografia local.

#### 3.1 O mito da convivência pacífica – uma abordagem a partir da visão dos não-indígenas

---

<sup>58</sup> A terra Raposa-Serra do Sol foi homologada pela Portaria nº 534, 15 de abril de 2005, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A extensão da área é 1.747 de hectares. Ficou excluído da área a sede do município de Uiramutã, os equipamentos públicos (como escolas e linhas de transmissão de energia elétrica), e o 6º Pelotão Especial de Fronteira do Exército e o leito das estradas estaduais e federais localizadas na área. Informação disponível em: <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=1969>. Em 2009, o Supremo Tribunal julgou a Ação Popular e confirmou a Homologação em área contínua. Acesso em: 2 dez 2009.

A opinião da convivência pacífica é recorrente em muitos outros escritores locais, podemos encontrar em Xaud Júnior referência que assim expressa: “O convívio entre colonizadores e índios, exceto nos primeiros contatos de aproximação, sempre foi pacífico, em comparação com os processos de ocupação de outros países” (1999, p. 27).

Também podemos verificar em Amazonas Brasil, ex-Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado - TCE-RR e jornalista, uma análise superficial sobre a falsa convivência harmoniosa entre brancos e índios, negando que tenha havido atrocidades dos conquistadores em relação aos índios e a única forma de violência admitida por ele foi a catequese. Acrescenta também que os pioneiros, como ele denomina os primeiros a chegarem ao Rio Branco, promoveram a integração pacífica entre índios e não índios, seguindo, é claro, a política da Coroa Portuguesa. Finaliza o autor lastimando a situação dos que se apossaram das terras indígenas injustamente:

Infelizmente, depois de quase dois séculos de convivência pacífica e entrelaçamento familiar, hoje são considerados invasores estão sendo expulsos das terras que ajudaram a preservar para o Brasil, visto que sempre viveram nas fronteiras com a Venezuela e a então Guiana Inglesa. (BRASIL, 2004, p. 02).

Essa posição é ideológica. Segundo Marx, em **A Ideologia Alemã**, as ideologias são as classes sociais quem as criam. Aqui em Roraima, essas classes estão ligadas às explorações sobre áreas indígenas, na pecuária, mineração e agricultura. Marx (1998), comentando a respeito da ideologia em geral e, em particular, numa crítica ferrenha às ideias do filósofo alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770 a 1831) e ao sistema capitalista e seu modo de produção em que os meios de produção são controlados pela burguesia e os proletariados vendem sua força de trabalho, mostrando com muita clareza a gênese de todo o processo ideológico ao enfatizar que a classe detentora dos meios materiais, isto é, do poder material também exerce o poder “espiritual” dominante, através da produção intelectual. Para reforçar essa discussão, Chauí afirma que a ideologia “[...] se inicia como um conjunto sistemático de idéias, que os pensadores de uma classe em ascensão produzem para que essa classe apareça como representante dos interesses de toda a sociedade [...]”. (1994, p.180).

A história da colonização no Rio Branco foi marcada por ações violentas. Nunca foram pacíficas as relações entre índios e brancos e muitos grupos étnicos foram totalmente dizimados pelos colonizadores. O indígena no Rio Branco não foi o que o filósofo suíço Jean-Jacques Rousseau (1712 a 1778), na sua visão romântica, chamou de o “bom selvagem”.

Houve luta, revolta, mortes e também resistência aos projetos da Coroa e aos projetos das fazendas particulares instaladas aqui na segunda metade do século XIX.

Os conflitos se estenderam durante todo o século XX e início do século XXI, em alguns momentos um pouco escamoteado ou latente na mídia impressa. Na verdade, a luta sempre esteve presente e nunca desapareceu. Com o princípio da organização indígena e a estruturação dos movimentos indígenas a luta pela terra passou a ter uma pauta constante, isso já nos anos 1970 em diante, e como consequência dessa mobilização, os conflitos se acirram, deixando muitas vítimas, fatos que aparecem muito frequentemente nos relatórios do Conselho Indígena de Roraima – CIR<sup>59</sup>.

O olhar da imprensa local para os conflitos indígenas foi marcado pela distorção proposital da informação. Assim, podemos nos perguntar: quais as intencionalidades no jogo de interesses ideológicos subjacentes à mídia impressa – **Jornal Folha de Boa Vista** – ao mostrar certo desprezo histórico em relação à questão da violência contra os povos indígenas e como são tecidas nos bastidores do jornal as notícias sobre a violência em relação aos povos indígenas?

### 3. 2. Parabólica – opinião do Jornal

Para entender melhor nosso objeto de estudo, é essencial olharmos criticamente para a coluna Parabólica do **Jornal Folha de Boa Vista**. Dificilmente a nossa compreensão da questão indígena, a partir da mídia impressa, será ampla se desconsiderarmos os posicionamentos dessa coluna. Para fins de análise, foram selecionadas 54 colunas do período de 2003 a 2005.

A coluna fica na segunda página da direita, proporcionando ao leitor uma mirada quase obrigatória. Não vem com assinatura e constitui-se como uma espécie de editorial do jornal. Essa coluna mostra vários pontos de vista sobre tudo e sobre todos, mas as ênfases dos discursos apontam em direção ao desenvolvimento do grande capital em Roraima, para manifestação de apoio aos interesses dos grupos empresariais e políticos, afinados com suas concepções liberais. Nas colunas analisadas do ano de 1996 a 2005, foi possível perceber sua clara aversão aos movimentos sociais e às Organizações não Governamentais - ONGs. O colunista do Parabólica parece ter uma boa desenvoltura ao falar da questão indígena,

---

<sup>59</sup> CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA-CIR. Relatório de Violências contra a População Indígena da T.I. Raposa/Serra do Sol. Agosto de 1999.

especificamente da demarcação da Área Indígena Raposa Serra do Sol. No entanto, não é difícil perceber qual a postura ideológica do colunista.

Sobre o desenvolvimento econômico do Estado, ponto central da coluna, apareceram referências em mais de 70% das colunas analisadas. Citamos algumas dessas alusões:

Os setores produtivos, notadamente o dos rizicultores, ameaçam paralisar a sua produção, como protesto ao anúncio feito pelo Ministro da Justiça, Marcio Thomaz Bastos, de que a homologação se dará em área única ainda neste mês. O temor dos produtores de arroz é de perderem todos os investimentos feitos naquela área. A situação é das mais delicadas para todos que se preocupam com o desenvolvimento e progresso de Roraima. [...] a solução para o desenvolvimento da Amazônia não passa por esse discurso ecológico e míope, quando as condições de inserção do Brasil nesta etapa da expansão capitalista globalizado”. (Folha de Boa Vista, p. 03, 6/01/2004, p.03)

Os pontos de vista sobre a demarcação da área Indígena Raposa Serra do Sol, sob tom enfático do colunista, anunciam características tendenciosas com relação ao movimento popular que fazia eco aos interesses de meia dúzia de rizicultores instalados indevidamente na Área Raposa Serra do Sol que, em protesto à iminente demarcação, é notório na Parábola do dia 09.01.2004: “[...] tem uma enorme surpresa o amplo apoio da população ao movimento protagonizado por produtores e índios contra a atuação do Governo Federal em Roraima. Não é bom subestimar o movimento. Ele está enraizado em todos os segmentos da sociedade local”.

Mas será que todos os segmentos sociais fizeram coro aos protestos e estiveram de acordo com seus pontos vista? E o que dizer dos movimentos e partidos políticos que levantaram a bandeira da demarcação em área contínua, o que ganhou repercussão local, nacional e até internacionalmente? O próprio jornal noticiou, em 22 de abril de 2005: **PT nacional confirma apoio à homologação**, e, no dia 26 de abril de 2005, **PT assume postura pro – homologação**<sup>60</sup>. E não para a lista dos movimentos, partidos, sindicatos, pastorais da Igreja Católica, basta ler a nota publicitária no próprio jornal Folha de Boa Vista, do dia 26 de março de 2004:

Nós, entidades indígenas, organizações indígenas, movimentos sociais, autoridades e pessoas comprometidas com a causa dos povos indígenas no Brasil, vimos a público manifestar nossa preocupação com a demora do Governo Federal em homologar a terra Indígena Raposa Serra do Sol. Manifestamos também nossa apreensão com as articulações de grupos políticos, que têm interesses econômicos naquela terra e buscam inviabilizar sua homologação em área contínua, com o objetivo claro de

---

<sup>60</sup> Getúlio Cruz esteve filiado ao Partido dos Trabalhadores concorrendo a primeiro senador do partido em 2002. Informação disponível em: <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=2328>. Acesso em 7 set 2007.

proteger interesses particulares de invasores, a exemplo de rizicultores que se instalaram no local mesmo depois da definição dos limites do território tradicional. (Folha de Boa Vista, 26/03/2004, p.01)

Essa nota de manifesto paga foi assinada pelos movimentos: Nós-Existimos; Conselho Indígena de Roraima – CIR; Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia – COIAB, Organização das Mulheres Indígenas de Roraima – OMIR; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST; Central Única dos Trabalhadores – CUT-RR; Grupo de Trabalho Amazônico – GTA; Diocese de Roraima; Movimento das Mulheres Camponesas; Pastoral da Juventude Rural – PJR; Instituto de Estudos Socioeconômico – INESC; Movimento Nacional de Direitos Humanos; Comissão Pastoral da Terra – CPT; Conselho Indigenista Missionário – CIMI; Sindicato dos Bancários; Sindicatos dos Vigilantes de Roraima; Talher Roraima; Pastoral Indígena e outros.

Isso mostra quão falaciosa a afirmativa de que o movimento contra a demarcação em área única havia tomado conta de todos os segmentos sociais de Roraima, mais uma clara manifestação de um pequeno grupo que contou com o apoio de uma parcela da população menos esclarecida ou afinada com o discurso ideológico dos donos do poder local. Adverte Guimarães que: “Quando as elites, sobretudo os políticos, se unem em torno de uma causa que inclui o povo é bom desconfiar: Classes sociais antagônicas não têm interesses comuns”. (2005, p.02).

Sempre com uma postura anti-demarcação das áreas indígenas, na edição dos dias 11 e 12 de janeiro de 2004, em tom de repúdio, o colunista tristemente afirma:

Está confirmado: o Governo Federal não tem mesmo o menor apreço pelo renegado Estado de Roraima. A confirmação feita na tarde de ontem, pelo Ministro Márcio Thomaz Bastos (Justiça), de que a homologação da Raposa/Serra do Sol será mesmo em área única deixou isso bem claro. (Folha de Boa Vista, 11 e 12/01/ 2004, p.03).

Essa fala traduz os mesmos sentimentos dos que se dizem pertencer à classe produtora de Roraima em que qualquer semelhança não é mera coincidência. Basta recorrer à nota paga, publicada pela Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Roraima:

Os proprietários rurais do Estado de Roraima, representados através de seus sindicatos pela Federação da Agricultura e Pecuária de Roraima, vêm de público manifestar o seu protesto contra as decisões tomadas em Brasília que ferem de morte o processo de desenvolvimento de nossa terra, especialmente em relação ao decreto de homologação da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol. (Folha de Boa Vista, 20/04/2004, p.01).

A polêmica local em torno da homologação das terras indígenas, medida pela força de interesse do grande capital, que necessita se expandir de todas as formas, tem seus porta vozes que, em nome do desenvolvimento do Estado, anunciam a inviabilidade econômica com a homologação. A coluna do dia 04 de fevereiro assim traduz: “Aos poucos, a principal atividade de Roraima (a criação de gado bovino) foi sendo inviabilizada pela expansão das reservas indígenas e hoje ocupa um modesto lugar dentre as atividades econômicas locais”. (Folha de Boa Vista, 2004, p.03,). Também no dia 30 de março de 2004, o mesmo colunista volta ao assunto e, utilizando de sofisma, desvia a atenção do leitor para o ponto que não é central a inviabilidade econômica em decorrência da demarcação das terras indígenas:

Quem mora aqui, sabe que a maioria do povo roraimense luta para sair da chamada ‘economia do contracheque’, da falta de emprego e de perspectiva para a juventude. Mesmo assim, os adversários do desenvolvimento local insistem que é apenas a elite local, e não a maioria da população, quem luta contra a demarcação indiscriminada de áreas indígenas e quer ver os lavrados produzindo grãos. (Folha de Boa Vista, 30/03/2004, p. 03)

Corroborar-se o mesmo sentimento de que os povos indígenas em Roraima são um “estorvo”<sup>61</sup> para o desenvolvimento do Estado, na coluna do dia 19 de abril de 2005, logo após a demarcação das terras Raposa Serra do Sol em área única:

É generalizada a idéia de que a decisão de Lula da Silva vai inviabilizar definitivamente o futuro econômico do Estado. Muitos vêm com o golpe de morte para agropecuária local, principalmente no que se refere ao agro negócio. Nós que fazemos a Parábólica, não compartilhamos desse sentimento extremado. Sem dúvida, a demarcação da Raposa/Serra do Sol, da forma como foi feita, traz enorme complicação para o futuro do Estado, sobretudo porque injeta insegurança nos negócios de quem já está em Roraima ou que planeja investir por aqui. (Folha de Boa Vista, 19/04/2005, p.03).

Tal opinião é compartilhada pelo economista Haroldo Amoras, Secretário de Planejamento no governo de Ottomar de Souza Pinto, nos anos de 2004-2008 e no governo de José Anchieta nos anos de 2008 a 2013. Quanto ao futuro de Roraima, acredita Amoras na estagnação da economia local e acrescenta, como consequência, o aumento da violência, já

---

<sup>61</sup> No dia 2 de maio de 2005 os empresários da classe produtiva de Roraima, em reunião para discutir as consequências da homologação da Área Indígena Raposa Serra do Sol, “pintam” um futuro sombrio para continuarem com suas atividades no Estado de Roraima. O maior lamento dos empresários e políticos nesse encontro foi contra o Governo Federal que não escutou a classe produtora e desprezou a opinião da população local. Assim afirmou o ex-deputado Rodolfo Pereira: “Não podemos aceitar esse processo que atenta contra a história de centenas de pessoas que vivem nessa reserva e não só os arroteiros”. (PIRES, p. 04, 2005). Quem são mesmo as centenas de pessoas que vivem nessa “reserva”? Certamente os povos indígenas de várias etnias que há mais de 30 anos lutam para o reconhecimento do se chão.



que uma parcela da população deixará de produzir culturas de altos investimentos, para produzir “culturas” que trazem retorno imediato, referindo-se às atividades ilegais (FREITAS, 2004). Mais outra ficção dos economistas locais para um futuro tão incerto e dinâmico que não cabem previsões da economia como ciência acostumada a lidar com o real, com os fatos concretos do cotidiano. No entanto, o colunista da Parabólica, utilizando-se do fator ideológico continua a afirmar que o futuro econômico de Roraima, com a homologação da Área Raposa Serra do Sol, terá prejuízos incalculáveis e um comprometimento irreversível no que se refere à integridade territorial do país, levantando o cadáver já sepultado. (Folha de Boa Vista, 29/04/2005, p. 03).

A hipótese de que o jornal **Folha de Boa Vista** é porta voz da elite roraimense e dos interesses capitalistas pode ser comprovada nas entrelinhas da Parabólica. Na edição do dia 24/09/2004, o colunista se diz preocupado com as ONGs, pois a luta pelas demarcações indígenas vai “[...] conter o crescimento da produção de soja na Amazônia”. Já na edição do dia 04/04/2004, o colunista alega que “[...] a sociedade local não aceitará mais novas demarcações em Roraima”. Entendemos por sociedade local, no contexto desta pesquisa e linha de raciocínio, os grandes proprietários de terras, os rizicultores, empresários, classe política e as organizações indígenas cooptadas pelos políticos, empresários e fazendeiros e que não conseguiram fazer uma leitura crítica da sua própria historicidade.

Por fim, há um claro desprezo do colunista pelas minorias: “E não se venha dizer que é preciso respeitar o direito das minorias... imaginar que grupos minoritários possam decidir sobre o futuro da maioria é uma violência inominável contra a democracia”. (Folha de Boa Vista, 3 e 4/04/2004, p. 03). Esta afirmação foi proferida logo após a imprensa nacional noticiar que lideranças indígenas de Roraima e do Amazonas estiveram com o ex-ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, para apresentar propostas compensatórias para o Estado de Roraima, em troca da demarcação em área única.

### 3.3 As charges – uma breve análise

A charge jornalística é caracterizada por ser um texto visual humorístico e opinativo, que critica um personagem ou fato político específico. A construção da charge é baseada na remissão a um universo textual geralmente dado pelo próprio jornal. Acrescenta Souza que as “[...] charges jornalísticas mantêm relações intertextuais com textos verbais, visuais e verbais e visuais conjuntamente. O que torna singular é a demonstração perspicaz da propriedade carnavalesca da charge de congregar, num jogo polifônico, o verso e o reverso do que

tematiza” (2007, p.01). Para Kossoy (2005), a mídia, ao utilizar a imagem, muitas vezes apoia uma postura etnocentrista, preconceituosa e até racista.

A análise de 78 charges do jornal **Folha de Boa Vista** no período de 2003 a 2005, todas relacionadas às questões indígenas, possibilitou uma compreensão da linha editorial do jornal. As charges retratam a questão indígena de forma preconceituosa, a imagem do índio é de um sujeito manipulado pelas ONGs e também pela Igreja Católica. O índio é mostrado como um “coitadinho” dependente do homem branco. Por meio da charge, o jornal mostra a sua posição contrária à homologação em área contínua (LIMA, 2001).

Escolhemos quatro das charges pesquisadas, para melhor analisá-las. Nas charges, a proximidade com a linha editorial é evidente. Segundo Liebel (2007, p.01), a charge é “[...] Uma visão plena de parcialidade, pois carrega consigo não só as ideias e preconceitos do seu autor-desenhista, mas também toda a linha editorial do meio no qual ela é inserida”.



Figura 6: “É na Raposa Serra do Sol”

Fonte: Folha de Boa Vista, 03 e 04 de julho de 2004. Caderno Opinião.

Olhando minuciosamente para os personagens que compõem a ilustração, percebe-se que a charge acima reproduz a ideologia dos que negam a luta e autodeterminação dos povos indígenas na luta pelos seus processos existenciais e históricos. Na charge, dois indígenas comentam uma decisão da justiça favorável à demarcação em ilhas. O primeiro índio, com uma camiseta estampada com a expressão ILHAS, e o outro, com uma placa onde podemos

ler CONTÍNUA, referência à homologação em área contínua. O índio que carrega a placa, sob a ótica do chargista, é manipulado pelos “gringos” e ONGs. Uma mão atrás do índio gira o botão que dá corda. Portanto, o índio que levanta a bandeira da área contínua não sabe o que quer, não tem vontade própria e faz apenas o que os “gringos”, ou seja, os estrangeiros querem.

A sintonia da charge com a Coluna Parabólica não é coincidência, mas afinidade na linha editorial. Vejamos o que o colunista afirma: “[...] o Brasil não sabe cuidar dos seus índios e florestas, restando necessária a autodeterminação desses povos, e a administração compartilhada da Amazônia por organismos internacionais [...]” (Folha de Boa Vista, 2005, p.03). Em outro momento, o colunista assim se manifesta: “Lula continua tentando demarcá-la em área contínua, sob a pressão de organizações não governamentais e de países estrangeiros” (Idem, p. 03, 2005). Os índios, para o colunista da Parabólica, são os “biombos” das ONGs internacionais (Folha de Boa Vista, 2004, p. 03).

Em outro momento, o colunista afirma que “Os índios querem decidir o seu próprio destino. Deveriam ser escutados” (Folha de Boa Vista, 2004, p. 02). Mas a que índios o colunista está se referindo? Obviamente os que não seguem as orientações da Igreja Católica e da FUNAI (Folha de Boa Vista, 2004) e, portanto, não são “manipulados” nem mesmo pelos “arrozeiros”, complementa o colunista da Parabólica na edição do jornal **Folha de Boa Vista** do dia 22 de setembro de 2005.

A visão do índio “manipulado” é uma imagem construída para desmoralizar, fragilizar a base da organização diante da opinião pública. Nesse sentido, é bom observar as palavras de Vieira (2007) que afirma a necessidade de eliminar os equívocos extremamente difundidos de que as populações indígenas são incapazes de pensar, de entender a realidade que as cerca e, portanto, sujeita à manipulação. Como sujeitos históricos, os índios são capazes de formular propostas, definir políticas a serem adotadas em suas comunidades.

Os índios ditos “manipulados” pela mídia local foram capazes de um feito inédito: promover a própria organização política. Na verdade, a organização dos povos indígenas provocou uma ruptura com as forças do poder instaladas nas próprias terras indígenas. Até então, o modo como os fazendeiros lidavam com os problemas com as populações indígenas incluía a cooptação das lideranças, utilização da força física, tomada das terras e acordos, onde o principal beneficiado era o próprio fazendeiro. As etnias indígenas foram capazes de organizar um movimento e conquistaram seus espaços políticos ameaçados pelos grupos dos setores produtivos locais. (VIEIRA, 2007).



Figura 7: “Enfim, uma reação!”

Fonte: FOLHA DE BOA VISTA, 07 de janeiro de 2004. Caderno Opinião/ ENFIM UMA REAÇÃO

Numa outra charge, percebemos os elementos semióticos dispostos da seguinte forma: no caminho que aponta para a sociedade civil há uma seta com a inscrição RESERVA. Do lado da “Reserva” encontra-se a sociedade civil de braços cruzados, em posição de passividade, à espreita, olhando atentamente em direção aos três personagens. Do outro lado: um sacerdote à moda tradicional; um representante de uma ONG com uma bomba de borrifar apontada para a sociedade civil, onde podemos ler DDT (Dicloro-Difenil-Tricloroetano) e, no bolso, um rolo de papel com a seguinte inscrição: “Aval Brasília”. De frente para o padre ou bispo e o suposto estrangeiro, um índio com uma manivela de corda em suas costas para representar a “manipulação” do clero e do representante da ONG. O índio voltado para o padre e o suposto “gringo” confirma que se deve obediência aos dois. O título da charge assim aparece: “Enfim, uma reação!”.

Qual a intencionalidade do chargista nessa representação? Mais uma vez firmar que os índios são submissos aos princípios das ONGs e da Igreja? Dizer que os “gafanhotos” que

“comeram”<sup>62</sup> a folha de pagamento do Estado foram eliminados e que as ONGs e Igreja estão com o caminho aberto para combater a sociedade civil, dentro da “reserva”? Fazer acreditar que realmente os “gafanhotos” foram definitivamente “dedetizados”?

Liebel (2007), no texto sobre a análise das charges na História, pondera que elas têm como arma o humor que atua como agente corrosivo. Partindo desse princípio, encontramos alguns indícios publicados no jornal **Folha de Boa Vista** capazes de manifestar o mesmo tom da representação imagética da charge. O primeiro indício parte de uma nota de responsabilidade da Associação dos Arrozeiros de Roraima publicada na edição dos dias 07 e 08 de junho de 2003: “Passados tantos anos novamente Roraima e os roraimenses estão imobilizados e indefesos a espera do próximo ‘iluminado’ [...]”. A sociedade civil da charge são os roraimenses imobilizados e indefesos, afinal, estão de braços cruzados. Continua a nota: “A que interessa a indústria da demarcação, a esterilização de imensas áreas produtivas? A quem interessa o despovoamento da Amazônia?”. Estariam as ONGs e a Igreja a serviço da indústria da demarcação? E o que dizer da ideologia do “despovoamento” da Amazônia?

O segundo indício para entender a charge é uma nota publicada no jornal **Folha de Boa Vista**, edição do dia 22 de julho de 2004, assinada pelos representantes da Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima – SODIUR, Aliança de Integração e Desenvolvimento das Comunidades Indígenas de Roraima - ALIDICIR, Conselho do Povo Ingariko –COPING e Associação Regional Indígena dos Rios Kinô, Cotingo e Monte Roraima - ARIKON. Nela, os representantes das entidades indígenas ligadas aos mesmos interesses das classes produtoras de Roraima chamam de manipuladores as ONGs, os movimentos de apoio à causa indígena e a Igreja Católica. Acusam de agirem solenemente na instigação das práticas de crimes e a induzirem os índios menos letrados a atos violentos. E continua a nota: “Estas organizações ornaram-se com a formosura da causa indígena para resolver os seus conflitos com a sociedade civil e valem-se da inocência e da capacidade relativa de alguns indígenas na prática de delitos” (SODIURR, ALIDICIR, COPING, 22/07/2004, p.01). A Carta da Amazônia assinada pelos membros da Loja Maçônica A.’G.’D.’A.’D.’U’. de Boa Vista, publicada no **Folha de Boa Vista**, 30/03/2004, recomenda aos órgãos governamentais que combatam todas as ações de ONGs, grupos religiosos, grupos econômicos que utilizam o índio como massa de manobra.

---

<sup>62</sup> A esse respeito uma nota explicativa da Justiça Federal intitulada “**Entenda o esquema dos gafanhotos em Roraima**” foi publicada na edição *online* do dia 12 dez. de 2003, da Folha de São de São Paulo, detalha o funcionamento do esquema. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/brasil/ult96u56389.shtml>. Acessado em: 13 out. 2013.

A presença da Igreja Católica na charge, representada por um padre vestido a caráter, isto é, batina preta com era costume e tradição antes da reforma conciliar, é uma sátira e também uma forma de mostrar o outro lado da Instituição religiosa que abandonou as práticas do proselitismo (OLIVEIRA, 2003) para uma atuação mais social junto às comunidades indígenas. Essa atuação incomodou a elite roraimense, acostumada às práticas sacramentais e conservadoras dos padres. No ano de 2004, quando o ex-presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, o Cardeal Dom Geraldo Majella, esteve em Roraima para uma visita de solidariedade à Diocese e aos missionários agredidos na invasão da Missão Surumu (PIRES, 2004), o reverendo, em entrevista afirmou que “A corrupção é o grande câncer que existe na vida do Brasil. Mas não é privilégio só nosso. Está em toda a parte do mundo, mas parece que aqui tem terreno propício para se cultivar cada vez mais” (Folha de Boa Vista, p. 04, 28 e 29/02/2004).

A afirmação do cardeal foi algo com decretar a sua sentença de morte por parte da classe política, a repercussão foi imediata. “Colocar o dedo na ferida” dos políticos que nunca tiveram honra com o povo e que se mantêm no poder à custa do paternalismo (SOUZA, 2004) foi uma afronta tamanha para aqueles que desejam ouvir a Igreja falar do amor de Deus (GOMES, 2005). Nossa pesquisa constatou que a reação à afirmação do cardeal foi apenas da elite política e empresarial, ou utilizando um dizer popular dos que têm “culpa no cartório” ou “têm comprometimento com as injustiças sociais” do Estado, o que o impede de crescer potencialmente. Vejamos algumas das reações, quase todas fazendo uso da História da Igreja para justificar suas práticas:

- Mecias de Jesus, presidente da Assembléia Legislativa entre 2004 a 2008: “Preocupa-se tanto com outras coisas que se esqueceu dela própria. Assim foi com a Santa Inquisição, as Cruzadas e agora com as questões políticas e áreas para os indígenas” (Folha de Boa Vista, p.04, 02/03/2004).
- Alceste Madeira, ex-deputado: “[...] seria melhor que ele desse uma orientação mais humanística ao CIR, no sentido de propiciar aos desamparados indígenas uma condição de vida mais digna” (Idem, ibidem);
- Mozarildo Cavalcante, senador de Roraima: “[...] A igreja não tem um passado muito tranquilo para falar sobre estas coisas. Temos aí a Inquisição, quando morreram milhões de pessoas, as Cruzadas, onde também morreram outros milhões de pessoas, e a própria ação no que tange à questão indígena em que se prega o monopólio da verdade, inclusive passando por cima do direito de outras pessoas” (Idem, ibidem).

Continuando com as análises, podemos ver na terceira charge vários elementos simbólicos representativos dos discursos de empresários, políticos, jornalistas ligados às elites e outros.



**Figura 8: “Volta ao passado”**

Fonte: FOLHA DE BOA VISTA, 04 de maio de 2005. Caderno Opinião/VOLTA AO PASSADO

Essa charge, publicada logo após a homologação da Área Indígena Raposa Serra do Sol, em 15 de abril de 2005, em área contínua, tem o título “Volta ao Passado”. Quatro personagens aparecem em cena: da esquerda para a direita um senhor de óculos e de terno e gravata aponta com o braço esquerdo para um homem e uma mulher “pré-históricos” e anuncia o homem que surgirá após as demarcações das terras: “[...] nós vamos fazer florescer um novo homem: mais viril, sem ambições e totalmente integrado à natureza. Eis o roraimense ideal!”. O segundo personagem, possivelmente um “gringo”, vestido com uma camiseta onde lê-se ONGs, com uma postura ereta, de olhos fechados e aparentando certo sorriso disfarçado, aplaude os dizeres do personagem ao lado como se estivesse dizendo: “É isso mesmo!”. Os dois últimos personagens, homens pré-históricos do “período das cavernas” situados dentro de um círculo, provavelmente significando a delimitação da área indígena demarcada. O homem em pé segura uma borduna, arma utilizada para defesa, ataque ou caça,

e cabisbaixo puxa a mulher pelos cabelos e escuta atentamente os dizeres do primeiro personagem.

Muitos discursos antes e depois da homologação veiculados pelo jornal **Folha de Boa Vista** procuraram incutir nas populações indígenas e não indígenas de que haveria um retrocesso das populações indígenas e que ficariam mais atrasadas e isoladas. Tais discursos foram assimilados sem criticidade por muitos índios e não índios. Podemos ver isso na matéria publicada no jornal Folha de Boa Vista, 22/04/2005, com o título: **Prefeito de Normandia e índios temem que homologação provoque isolamento**. Na matéria jornalística, o prefeito de Normandia, o indígena macuxi Orlando Justino, repete o chavão da convivência pacífica e diz que as comunidades indígenas já têm mais de 200 anos de bom convívio com os não-índios e se diz preocupado com a expulsão dos produtores de arroz, pois será uma grande perda para o município, apesar das isenções fiscais.

O indígena Silvestre Leocádio, presidente da SODIUR na Comissão do Senado para debater a questão fundiária e a homologação da Área Raposa Serra do Sol, assim esclareceu: “O que quero dizer é que não queremos voltar a ser índio de 500 anos atrás e andar nu. Queremos desenvolvimento e união com os não índios”. (Folha de Boa Vista, 2004, p. 04). Assim, para essas lideranças defender o agronegócio em terras indígenas seria a saída para os índios de Roraima. Já o líder indígena Jonas Marcolino, da Maloca do Flexal, de forma mais contundente, em uma entrevista ao **Folha de Boa Vista**, 29/04/2005, comentando sobre as consequências da homologação da área indígena, ataca:

Entendemos que nós indígenas estaremos condenados à miséria, à pobreza, uma vez que a reserva é um habitat silvícola... Nós chegamos à conclusão que é objetivo do presidente e do ministro da Justiça fazer os índios regredirem e voltarem a ser primitivos, isolados, sem nada, nem dependência tecnológica. (Folha de Boa Vista, 2005, p.03).

Com a pesquisa realizada em mais de 200 matérias jornalísticas, charges, artigo de opinião, foi possível concluir que o medo do retrocesso ao estágio primitivo ou estado da natureza teorizado pelo filósofo inglês Thomas Hobbes (1588 a1679) foi mais presente nas comunidades indígenas ligadas aos movimentos contrários à homologação em área contínua como SODIUR e outros. Tais movimentos têm recebido forte influência de grupos interessados nas terras pertencentes às comunidades indígenas e vêm se utilizando dessas populações como porta voz dos seus interesses (ROCHA, 2003).





**Figura 9: “Esquisito”**

Fonte: FOLHA DE BOA VISTA, 27 de abril de 2005. Caderno Opinião/ESQUISITO.

A charge acima foi publicada alguns dias depois da homologação da Área Raposa Serra do Sol. É uma imagem rica em elementos simbólicos dispostos em várias formas que possibilitam múltiplas interpretações. Vários atores do cenário histórico local estão envolvidos na trama da charge. No centro da imagem, um casal simbolicamente sitiado em um pequeno círculo e o homem pergunta: “Estamos em estado de sítio?”<sup>63</sup>, ao que a mulher responde que não estranha mais nada. Apontando para o casal, um policial federal armado “até os dentes” em tom de ameaça, com o braço impede que os roraimenses entrem nas áreas indígenas. No alto, um homem de uma ONG com os braços abertos procura impedir a passagem e afirma que naquelas terras ninguém entra. E, por último, um índio em posição de ataque com uma flecha na mão apontado para os dois diz: “[...] se entrar não sai!”.

<sup>63</sup> Por Estado de Sítio partimos da seguinte definição: “É o instrumento através do qual o Chefe de Estado suspende temporariamente os direitos e as garantias dos cidadãos e os poderes legislativo e judiciário são submetidos ao executivo, tudo como medida de defesa da ordem pública. Para a decretação do estado de sítio o Chefe de Estado, após ouvir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, submete o decreto ao Congresso Nacional a fim de efetivá-lo. O estado de sítio poderá ser decretado pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, salvo nos casos de guerra, que poderá acompanhar o período de duração da guerra. Poderá ainda ser decretado quando ocorrer casos extremos de grave ameaça à ordem constitucional democrática ou for caso de calamidade pública”. Estado de Sítio. DireitoNet. Disponível em: <http://www.direitonet.com.br/dicionario/exibir/153/Estado-de-sitio>. Acessado em: 14 out. 2013.

É importante observar nas mais de 78 charges analisadas a mudança no perfil do índio, antes da homologação a imagem perpassada era de um índio submisso, manipulado pelas ONGs e Igreja. Na charge acima, pós-homologação, o índio aparece como violento, com uma postura ereta, pronto para a luta com o arco e flecha e quase seminu, resquício ainda do romantismo.

O autor, ao colocar o casal representando a população não- indígena de Roraima numa redoma como refém, vem confirmar o discurso elitista a favor das classes produtoras que a coluna Parabólica vem constantemente afirmando sobre a necessidade de uma demarcação que atendesse o interesse de todos, no entanto, seriam retirados 50 mil hectares da área indígena, isso geraria tranquilidade e harmonia entre os índios e a população envolvida, como podemos ler na edição do dia 20/04/2005:

Bastaria apartar da imensa reserva, apenas cinqüenta mil hectares, que o interesse e a aspiração de todos os personagens envolvidos estariam atendidos, gerando paz entre a maioria dos índios e a população envolvente. Isso significa menos de 3% da área pretendida. O resto é mistificação enganosa. Uma vergonha. (Folha de Boa Vista, 2005, p. 03).

O autor se esquece de apontar que esses 3% ao qual se refere está localizado nas melhores áreas da Raposa Serra do Sol, especificamente as terras banhadas pelos principais rios da Região.

As charges e a Coluna Parabólica seguem uma mesma linha editorial, muito bem definida e clara quanto aos posicionamentos em relação às questões indígenas. Fica evidente nas charges e colunas analisadas o posicionamento em favor das elites e menosprezo às populações indígenas.

### 3.4 A cobertura da morte do índio Aldo Mota

Os conflitos se estenderam durante todo o século XX e início do século XXI, em alguns momentos um pouco escamoteado ou latente na mídia impressa. Na verdade, a luta sempre esteve presente e nunca desapareceu. Com o princípio da organização indígena a luta pela terra passou a ter uma pauta constante, isso já nos anos 1970 em diante, e como consequência dessa mobilização, os conflitos se acirram, deixando muitas vítimas, fatos nos relatórios do Conselho Indígena de Roraima – CIR<sup>64</sup>.

---

<sup>64</sup> CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA-CIR. Relatório de Violências contra a População Indígena da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol. Agosto de 1999.

O olhar da imprensa local para os conflitos indígenas foi marcado, em muitos momentos, pela distorção da informação. Assim, tínhamos uma pergunta a ser respondida neste trabalho: quais as intencionalidades no jogo de interesses ideológicos subjacentes à mídia impressa – Jornal Folha de Boa Vista - ao mostrar certo desprezo histórico em relação à questão da violência contra os povos indígenas e como são tecidas nos bastidores do jornal as notícias sobre a violência em relação aos povos indígenas, como, por exemplo, o caso do índio Aldo da Silva Mota?

#### 3.4.1 Reportagens

Em mais de 200 matérias pesquisadas no jornal **Folha de Boa Vista**, a questão indígena permeia as manchetes, os editoriais, as charges, as páginas de opinião e também as páginas policiais. O jornal deu ampla cobertura para os assuntos indígenas. A partir das várias matérias foi possível observar aspectos ideológicos presentes nos textos. Para exemplificar, reportamos a uma matéria publicada em 12 de agosto de 2003, Caderno Policial, com o título: “Serra da Lua: Índios invadem fazenda de deputado”. Essa matéria dizia respeito à ocupação por partes dos índios da fazenda do ex-deputado Urzenir Rocha:

Os índios ligados ao CIR ocuparam a propriedade na tentativa de apressar saída do parlamentar na reserva indígena Moriru. O deputado estadual Urzeni Rocha denunciou em boletim de ocorrência, domingo, a invasão de sua fazenda Itamaraty na região da Serra da Lua. O parlamentar contou que uma freira acompanha a ação dos índios na fazenda e que ela estaria mantendo contato telefônico, via satélite, com outros países sobre o que estava acontecendo. Urzeni Rocha explicou que sua fazenda fica dentro de uma área indígena homologada pelo presidente. No entanto, não questiona a terra, mas disse que espera o pagamento de indenização de sua propriedade para desocupar o local (RURIRU, 2003, p.12).

No caso específico da matéria, percebemos que o jornalista foi pouco criterioso na escolha de sua manchete. Por outro lado, se o leitor se der ao trabalho de analisar o texto, verificará que não se trata meramente de uma questão de manchete do jornal, mas sim de uma sutil inversão lógica discursiva. Assim, de forma ideológica, o periódico coloca a população indígena como vilã do processo de demarcação de suas áreas, incentivando no leitor, a ideia do índio “baderneiro”, invasor de propriedade particular (VIEIRA, 2003).

Outra matéria do jornal **Folha de Boa Vista** que merece uma atenção especial na análise foi publicada em 17 de fevereiro de 2004, sob a responsabilidade do jornalista Ribamar Rocha. O título da matéria é “Silvestre critica atuação do CIR”. Os trechos mais importantes são:

Como ex-membro do CIR, onde atuou por 20 anos, Silvestre afirmou ter saído do conselho por entender que estava servindo apenas a interesses de padres ligados a órgãos estrangeiros. Para exemplificar o que estava afirmando, Silvestre disse que a mesma tática é usada ainda hoje. ‘Em toda reunião que eles fazem, que seja de um dia ou de uma semana, quando termina saem tão radicalizados que destroem pontes, invadem fazendas, derrubam torres, seja lá o que for eles fazem para insuflar os que não estão do lado deles’. Silvestre foi contundente e deixou claro que não é o índio que quer a demarcação. Para justificar seus argumentos, lembrou do massacre de 1986, em Santa Cruz. ‘Ali foi tudo armado pelo bispo e pelos padres Jorge, Pedro, Thiago, Dom Aldo e o padre Lima de Normandia’, acusou. Contando um caso mais recente, Silvestre falou do incêndio de três casas na comunidade do Contão, fato ocorrido na semana passada. ‘Novamente depois de uma reunião do CIR, eles fizeram baderna e queimaram as casas’. (ROCHA, 2004: 05)

O jornal, a nosso ver, parece não dá o direito aos acusados de utilizarem do mesmo espaço para apresentar suas versões ou mesmo suas defesas às acusações feitas pelo indígena Silvestre Leocádio<sup>65</sup>. Por essas razões, o Instituto Missionário da Consolata tomou a iniciativa de processar o **Jornal Folha de Boa Vista**, o jornalista e o ex-presidente da SODIUR, o senhor Silvestre Leocádio pelas calúnias aos padres. Segundo autos do processo número 01004079304-3, a matéria veiculada no Jornal a Folha de Boa Vista acusou o padre Tiago e outros religiosos de serem responsáveis pelo massacre em Santa Cruz, em 1986. A honra dos padres foi maculada com as afirmações caluniosas, cujo propósito foi intencionalmente denegrir a imagem dos religiosos perante a sociedade roraimense.

Aos autores da ação, especificamente o padre Tiago, foi imputada injustamente, uma conduta criminosa e instigadora de violência. As acusações feitas pelo Sr. Leocádio em relação aos religiosos foram improcedentes e infundadas, pois nada consta contra os mesmos que desabone sua vida ou conduta. O Jornal Folha de Boa Vista e o autor da matéria foram responsabilizados civilmente, pois tornaram públicas as acusações infundadas já apuradas pela Justiça e que isentou os religiosos de quaisquer responsabilidades sobre os fatos ocorridos em 1986. O jornalista sequer deu-se ao trabalho de fazer uma investigação prévia em relação à veracidade dos acontecimentos. Informações do Processo Judicial indicam que o

---

<sup>65</sup> É importante destacar o trabalho do jornalista Lima (2009, p. 74), também pesquisador do assunto, que chega à mesma conclusão: “Mas não é que percebemos nas matérias sobre a questão indígena Raposa Serra do Sol. Das cerca de 200 matérias analisadas apenas algumas trazem os indígenas e entidades a favor da demarcação contínua, no caso do CIR, FUNAI dentre outras, como ‘atores’ das matérias principais da página já que a maioria das vezes eles ocupam apenas os espaços destinados às matérias secundárias, os desdobramentos ocasionados por notícias realizadas com a parte contrária a demarcação contínua que ocupam a matéria principal da página: ‘CIR emite nota informando que não tem relação com índio preso; CIR critica decisão do Supremo; Desintrusão – Funai diz que vai agir em outras áreas; CIR dá prazo até hoje para não-índios saírem da reserva’. E nas matérias que são tidas como principais atores os conflitos são sempre mais evidenciados: ‘Índios voltam a fechar transarroeira; Moradores de Iracema reclamam que índios promovem algazarra; CIR mobiliza mil índios no Surumu’.

objetivo da matéria publicada no Folha de Vista era “[...] jogar a opinião pública contra o Autor e a Igreja Católica” (SOUZA; FRANÇA, 2004, p. 04)

A Justiça considerou improcedentes as acusações veiculadas no jornal e deu ganho de causa aos religiosos por danos morais. Quanto à indenização pelos danos morais, o Instituto Missionário da Consolata e a Editora de Boa Vista Ltda, responsável pela edição do jornal **Folha de Boa Vista**, acordaram judicialmente<sup>66</sup> a publicação de 51 matérias de interesse do Instituto Religioso Missionário, todas as segundas-feiras, durante 1 ano gratuitamente.

### 3.4.2 A morte de Aldo Mota, uma análise a partir do Jornal Folha de Boa Vista

No dia 02 de janeiro de 2003, conforme relato do Coordenador do Conselho Indígena de Roraima, o senhor Jacir José de Souza, em requerimento encaminhado a Superintendência da Polícia Federal, o indígena Aldo da Silva Mota, foi assassinado na Fazenda Retiro, no município de Uiramutã.

Aldo da Silva era casado, tinha 52 anos, morador da comunidade Lage, região das Serras, localizada na área Raposa Serra do Sol. O indígena era vaqueiro no Retiro Fé em Deus, pertencente ao indígena Inácio Brito. Ao receber um recado dos vaqueiros da Fazenda Retiro, “propriedade” do ex-vereador de Uiramutã, Francisco das Chagas Oliveira, de que um garoto desgarrado do bando encontrava-se na Fazenda Retiro, Aldo dirigiu-se sozinho à fazenda para resgatar o garoto. Nesse dia, 02 de janeiro, segundo o Aditamento da Denúncia do Ministério Público Federal, os denunciados Eliseu Samuel Martins e Robson Belo Gomes, vaqueiros do ex-vereador, agindo conjuntamente, assassinaram com disparos de arma “à queima roupa”, o índio Aldo da Silva Mota. Após o homicídio, os dois vaqueiros enterraram o corpo em uma cova rasa.

Segundo informações contidas no Laudo Cadavérico N° 1295/2003 do Instituto de Medicina Legal do Distrito Federal - Laboratório de Antropologia Forense, assinado pelos peritos criminais: Jorge Jardim Zacca e Carlos Nalvo Machado Júnior, consta que foram encontrados vários vestígios próximo ao local onde o corpo de Aldo da Silva Mota como a presença de sulcos produzidos pela espora que o índio usava, manchas de sangue em diversos pontos da fazenda, fibras de tecidos desprendidos da roupa usada por Aldo, sinais indicativos que a vítima fora executado em local diverso e arrastado por aproximadamente 300 metros até uma erosão onde foi enterrado.

---

<sup>66</sup> O acordo foi homologado judicialmente nos autos do processo n° 0010-04.07934-3 e publicado no DPJ n° 3104 de abril de 2005.

A morte do indígena Aldo da Silva Mota teve uma cobertura expressiva no Jornal **Folha de Boa Vista** em relação ao assassinato de outros indígenas. Foram 44 matérias sobre o assunto incluindo Opinião, Caderno Cidade, Caderno Política e Caderno Policial. Isso confirma que a partir da Constituição de 1988, os povos indígenas em Roraima ganharam maior visibilidade na mídia local pela luta em enfileiramentos na conquista da terra. A exigência constitucional da demarcação das terras indígenas, alinhada com a organização dos índios em assembleias a partir dos anos de 1970, resultou numa grande campanha mobilizatória pela demarcação das terras indígenas. A partir de então, o indígena passa a ser um incômodo à sociedade.

Em artigo publicado no caderno Opinião e intitulado “Roraima, dez anos de retrocesso”, Ana Paula Souto Maior, advogada indigenista e ex-consultora jurídica da FUNAI, denuncia que “Em Roraima, ao contrário, os direitos indígenas são vilipendiados e os que trabalham em sua defesa moralmente execrados. A imprensa escrita e falada tem sua parcela de responsabilidade nesta situação hostil”. Ao final do artigo, SOUTO MAIOR afirma: “Em tempo: parabéns à Folha pela cobertura sobre o assassinato de Aldo da Silva Mota” (Folha de Boa Vista, 2003, p.02). Teria o jornal mostrado uma nova face<sup>67</sup> dos povos indígenas frente às imagens construídas como vilões, como violentos e assimilados no imaginário da população de Roraima como verdade?

Historicamente sabemos que em alguns jornais impressos o fator ideológico tem sido determinante nas publicações de matérias jornalísticas e nos vários artigos que tratam da questão indígena em Roraima. Alguns jornais, contando com todo instrumental para a produção da notícia, conseguiram criar uma imagem surreal dos povos indígenas e essa imagem foi absorvida por muitos leitores de jornais. Para Burgardt (2006), o que os dominantes acreditam, pensam, creem é veiculado por meio da mídia e absorvido pelos “menos esclarecidos”, que, por sua vez, acabam repetindo o discurso vulgar das elites. Os argumentos mais frequentes nos jornais dos coronéis, políticos e outros atores, contrários aos povos indígenas, de que há “muita terra para pouco índio” (JOAQUIM, 2003), são tomados como verdadeiros por muita gente. Assim, convencidos pelos argumentos de quem consegue impor nas mídias impressas ou não, “os dominados” acabam aderindo às manifestações dos dominantes nas praças públicas para defender os rizicultores ou protestar contra a homologação em área contínua.

---

<sup>67</sup> Lima (2001) preconiza que uma nova imagem dos povos indígenas vem se formando no imaginário roraimense. Agora, segundo Lima, a imprensa passa ao leitor uma imagem de um índio que sabe reivindicar os seus direitos, que saber se manifestar, é um índio lutador, que age por conta própria sem a mediação dos órgãos governamentais. Agora, agindo por conta, atuam violentamente, algumas vezes.

O discurso jornalístico tem representado nessas últimas décadas a tensão estabelecida à medida que a questão das demarcações das áreas indígenas foi pensada a favor dos povos indígenas e isso gerou revolta, ódio e ressentimento entre os interesses conflitantes (BURGARDT, 2006). A imprensa de Roraima, de um modo geral, tomou o partido das elites. Burgardt em sua exaustiva pesquisa constata que “[...] há costumeiros ataques ao índio, mesmo que (quase sempre) de forma indireta na imprensa escrita de Boa Vista [...]”.(2006, p. 220).

Não existe neutralidade nos discursos jornalísticos, é notório o posicionamento. Chaparro, em **Linguagem dos Conflitos** (2001, p. 23), alerta que “[...] o jornalismo real tem o seu lado de encenação. Aceita a prática certos rituais. E com essa propensão, participa dos jogos do poder”. No Brasil, o jornalismo carrega em sua tradição promíscua de envolvimento com o poder (CHAPARRO, 2001) e em Roraima não poderia ser diferente. Continua Chaparro? “No Brasil, o jornalismo carrega uma tradição de envolvimento promíscuo como o poder [...]” (2001, p. 62).

A imagem de violentos que os indígenas carregam ameaça a sociedade. Quase sempre, é uma representação ou imagens distorcidas construídas pelas diversas mídias (BURGARDT, 2006). Isoladamente, os povos indígenas são o que Joaquim (2003), numa releitura de Jean-Jacques Rousseau, chamou de “Bom Selvagem”, mas quando organizados em alguma entidade representativa, neste caso citamos o CIR, quando lutam pelos seus direitos e pela sua autonomia histórica são considerados como “Maus Selvagens”.

Rio Branco Brasil, administrador, ligado às famílias ditas pioneiras de Roraima, no artigo “A Questão Indígena Local V”, publicado no jornal **Folha de Boa Vista**, caderno Opinião, em dezembro de 2003 assim se manifesta:

O índio do CIR coloca quebra-molas na BR 174 infringindo a Lei Federal. Cria ele questões vitais, como impedir a construção do quartel do exército brasileiro no Uiramutã; queima nossas pontes de madeira nas estradas estaduais causando morte das pessoas; mata o gado do fazendeiro e tudo fica como está, posto que, o índio é inimputável [...]. (Folha de Boa Vista, 2003, p. 02)

Esse olhar carregado de preconceito em relação aos povos indígenas foi construído pelos “agentes ideológicos” que atuam na grande imprensa prestando serviço às demandas políticas e subordinados aos proprietários dos jornais (JOAQUIM, 2003). O jornalista Bucci (2003) observa que a “figura do aproveitador” no meio jornalístico tem a função de tirar vantagem da situação e colocar o leitor ao seu lado.

Voltando à morte do índio Aldo, a primeira notícia em relação ao caso anunciado no **Jornal Folha de Boa Vista**, 08/01/2003, Caderno Policial, página 12 A, expressa exatamente essa visão dos índios violentos, bárbaros, selvagens: “Índios Invadem Fazenda de Vereador no Mutum”. Segundo o jornal, a fazenda havia sido tomada por mais de 70 índios, que utilizavam armas de fogo, facas e terçados para fazer reféns os funcionários da fazenda e policiais (Folha de Boa Vista, 2003). Em entrevista ao autor, a advogada do CIR, Joênia Batista Carvalho, afirmou que nas diversas ocasiões conflituosas envolvendo os povos indígenas a visão passada pela imprensa é sempre contra eles:

Na época a situação era bem de conflito, porque existia uma situação jurídica, uma disputa de terras indígenas naquela região. E a notícia que a gente ver... quando existe um problema grave é de ir contra os próprios indígenas... “Indígenas estão prestes a invadir a Fazenda Retiro”. As notícias que chegavam na cidade era que havia uma aglomeração de indígenas, lógico que a gente sabia que aquela aglomeração era para procurar o indígena que estava desaparecido. Não é comum uma pessoa ficar mais de 5 dias fora de sua casa, sem dar notícias. Então esgotou toda a procura através de radiofonia, através de recado e não se tinha notícias. Então a principio saia essa situação de desaparecido. Houve todo um conflito que os indígenas estariam ameaçando a policia... uma situação meio que viajante (CARVALHO, 2013).

No dia 10 de janeiro de 2003, a manchete do jornal anunciou: **INDÍGENA FOI MORTO E ENTERRADO EM COVA RASA NA FAZENDA DE VEREADOR**. Na página Policial, a notícia ganhou destaque, ocupando meia página sobre o crime do indígena Aldo da Silva Mota. Porém, como muito bem acentuou Joênia B. Carvalho: “Mas o que se noticiou era uma briga... mas no fundo mesmo, a questão toda era uma disputa e era uma consequência da demora da homologação da Raposa Serra do Sol que tinha gerado isso, não se divulgou”. Nos mais de 30 anos de luta pela homologação, mais de 21 lideranças indígenas foram assassinadas brutalmente pela posição tomada (SOUTO MAIOR, 2003).

A abordagem da morte do índio Aldo pelo jornal pode ser compreendida pelo viés que Chaparro (2001) chama de desumanização do texto jornalístico em que o jornalismo se contenta com a simples exploração do conflito pelo conflito. Evangelista (2006) diz que o jornalismo tem o papel de saber “costurar os fios” da história e, ao descrever sobre determinado fato, deve ser o mais objetivo possível e contextualizar bem a informação.

Na edição do 13/01/2003, na coluna Parabólica, percebe-se uma mudança de postura, tomando posição mais clara em favor da questão indígena:

O ASSASSINATO DO ÍNDIO Aldo Mota, em uma fazenda no município do Uiramutã, expõe mais uma vez uma realidade que a maioria das pessoas de Roraima teima em não perceber: a fragilidade das relações entre a sociedade local, as



instituições públicas e os índios. E ISSO TUDO OCORRE porque quem tem interesse direto na situação teima em não reconhecer que índio é gente tanto quanto os demais posseiros que durante gerações ocuparam as terras do Nordeste de Roraima e que desde sempre trataram os nativos como animais. ENQUANTO O PRECONCEITO não for superado, ocorrerão conflitos e incidentes desta natureza. Com um agravante para aqueles que não aceitam a formação de reservas indígenas. A cada novo episódio, a lei está sempre do lado dos índios. (Folha Boa Vista, 2003, p. 03).

Porém, o que pode determinar mudança de postura em relação aos fatos noticiados sobre a morte do índio Aldo da Silva Mota? Joaquim (2003) observa que nenhum jornal de Roraima, em seu percurso histórico, apresenta preocupação como os povos indígenas como sujeitos históricos que fazem parte do cenário roraimense com suas lendas, tradições, costumes, mitos. Também, diante da repercussão na mídia nacional e internacional da morte do índio Aldo, os fatos obrigaram a uma mudança na postura jornalística, ideia compartilhada com Lima (2001) que assegura a concepção de que os fatos em relação à organização dos povos indígenas e suas conquistas forçam a uma nova postura da imprensa, no entanto, não se pode esquecer que a visão predominante é a dos grupos dominantes.

### 3.4.3 Matérias com charges sobre a morte do índio Aldo Mota



Figura 10: “O mártir que faltava”

Fonte: Jornal Folha de Boa Vista, 11 e 12 jan. 2003. Caderno Opinião, p. 02

O humor, também como fator ideológico, expressa o discurso das elites nos jornais. Kossoy (2005) reconhece que as imagens têm função fundamental e, portanto, insubstituível no registro dos fatos e cenários. No entanto, a imagem pode prestar aos diferentes usos interesseiros, nesse sentido, é a ideologia que determinará sua finalidade.

A charge acima (Figura 10), publicada na Folha de Boa Vista, 11 e 12 de janeiro de 2003, aponta no título “O mártir que faltava”. Na sua forma humorada de mostrar a repercussão do caso da morte do indígena Aldo da Silva Mota, repassa para o leitor que a mensagem de que até que enfim surgiu um mártir da luta pela homologação da área indígena Raposa Serra do Sol. Portanto, nega historicamente os milhares de mártires (indígenas) que morreram vítimas de massacres e outras atrocidades, desde o período da ocupação do Rio Branco aos nossos dias. Ainda na charge, ao que tudo indica, os dois homens que aparecem enrolados numa corda até o pescoço são não-índios, provavelmente fazendeiros ocupantes de terra indígenas e que, preocupados com a repercussão da notícia da morte do índio Aldo, temem que a situação da homologação se reverta a favor dos povos indígenas.

A quem interessa a morte de Aldo? Ironiza um dos personagens da charge, provavelmente referindo-se às ONGs, Igreja Católica ou a qualquer movimento que “levante a bandeira” da causa indígena. Apenas esqueceu o chargista de que o assassinato do Aldo atendeu aos interesses do mandante do crime, o ex-vereador de Uiramutã, conhecido como Chico Tripa, como consta no processo 2003.42.00.001839-9, nas folhas 492 a 494, na denúncia do Ministério Público, por ser um incentivador de invasões e da presença dos não-índios na região, procurou garantir a ocupação indevida da fazenda ordenando aos seus capangas que matassem qualquer indígena que tentasse entrar em “sua propriedade”. Após 3 meses da morte de Aldo da Silva, o fazendeiro Chico Tripa foi indenizado pela ocupação da Fazenda Retiro no valor de R\$ 90.000,00 (Folha de Boa Vista, 2003). Como bem diz Kossoy (2005), as imagens, quando manipuladas, são capazes de construir no imaginário da população “ficções documentais” e passar como realidade as “verdades oficializadas”.



**Figura 11: “Discórdia macabra”**

**Fonte:** Jornal - Folha de Boa Vista, 17 jan. 2003. Caderno Opinião, p. 02

A segunda charge selecionada de um total de três referentes à morte de Aldo da Silva Mota mostra os Instituto Médico Legal de Roraima-IML e o Instituto Médico Legal do Distrito Federal – IMLDF. No diálogo de possivelmente dois médicos legistas sobre o laudo do Aldo, enquanto um aponta a verdadeira causa da morte de Aldo, decorrente da ação de instrumento perfuro-contundente-projétil de arma de fogo (IMLDF, 2003), o segundo legista do IML de Roraima ironiza que é natural morrer com 2 tiros. A ironia da questão do laudo mostra o descaso com os laudos feitos no IML local.

Para Joênia Batista Carvalho, advogada do CIR, em depoimento verbal ao autor, existem outros casos semelhantes ao que aconteceu com o laudo do Aldo, ao apontar morte natural e indeterminada, mas ninguém denuncia. Inúmeros fatores podem estar relacionados ao erro, como enfatizou Joênia B. Carvalho, mas somente uma investigação policial pode determinar o que houve de fato.

O ex-deputado Titonho Beserra, do Partido do Trabalhadores, líder do governo na época em que o governador era Francisco Flamarion Portela (2003-2004), que poderia ter no mínimo afastado o médico legista, em entrevista ao **Folha de Boa Vista** (24/03/2003) sobre erro do laudo do índio Aldo, feito pelo IML local, fez um questionamento: “O resultado saiu

distorcido porque a vítima era um indígena que defendia a demarcação da Raposa/Serra do Sol em área contínua ou este tipo de equívoco é comum independentemente de quem seja o corpo?”. Tal questionamento, partindo de uma autoridade da gestão pública estadual requer alguns questionamentos sobre a postura da condução das questões indígenas e também do descaso dos serviços públicos para a população em geral. O fato ganhou repercussão nacional, pois os indígenas desconfiaram que não havia possibilidade alguma de Aldo ter morrido naturalmente, já que projéteis disparados por armas de fogo são visíveis a olho nu.

Aqui abriremos um breve parêntese temporal no recorte definido (1996 a 2003) e saltaremos propositadamente para o ano de 2012, com o objetivo de destacar o desfecho do julgamento dos acusados de executarem Aldo da Silva Mota, que em maio desse ano, após dias tensos de julgamento, todos os acusados foram absolvidos.

Anterior ao julgamento, as lideranças indígenas fizeram várias manifestações na cidade de Boa Vista com chamadas para sensibilizar a população das várias formas de violência que as comunidades indígenas veem passando e também alertando (Figura 4) para a impunidade dos agressores. Até hoje, não há nenhum não-índio preso por matar alguma liderança indígena. Ciente dessa realidade, vários grupos indígenas, temendo ocorrer mais uma vez com os acusados da morte de Aldo, mobilizaram durante uma semana com faixas, cartazes, carta à população, visita à Ordem dos Advogados do Brasil, Assembleia Legislativa (Folha Web, 15 de maio de 2012). Utilizaram várias mídias, inclusive da internet, divulgando alguns fatos relacionados à violência contra as populações indígenas.

Após o resultado final do julgamento as lideranças indígenas, ainda frustradas, através do Conselho Indígena de Roraima, assim se manifestaram em uma nota pública:

Ficamos nos perguntando então, quem matou o ALDO? Não tem nenhuma outra suspeita! Os caminhos percorridos por ALDO e as testemunhas foram convincentes, não temos testemunha ocular da execução, porém testemunhos e o desenho do caminho percorrido por ele para chegar até a fazenda e não mais retornar. Somente o seu corpo foi encontrado no dia 09 de janeiro na área da fazenda, onde já haviam acontecido muitas ameaças, cujos vaqueiros na sede da fazenda estavam fortemente armados, com capacidade para executar qualquer uma pessoa sozinha. Presenciamos também durante o julgamento o preconceito contra os povos indígenas por terem reconquistado as suas terras, mesmo após uma luta de trinta anos, onde foram assassinadas 21 lideranças indígenas, 54 ameaças de morte, 51 tentativas de homicídios, 80 casas destruídas, 71 prisões ilegais, 05 roças queimadas e 05 cárceres privados. Do lado contrário, todos os não-índios receberam as indenizações por suas benfeitorias (CIR, 2012, p. 01) .

Pensando no contexto da Amazônia<sup>68</sup>, a absolvição dos acusados da morte de Aldo da Silva Mota coloca em evidência que as impunidades têm funcionado como incentivo para que latifundiários, grileiros, fazendeiros, empresários do agronegócio a espalhem terror contra indígenas, trabalhadores rurais, ribeirinhos, indígenas na Amazônia. Para o Conselho Indigenista Missionário as agressões violentas em Roraima contra indígenas foram “apoiados pela classe empresarial, políticos e militares do Estado, além de sofrerem ostensiva perseguição por parte dos meios de comunicação” (CIMI, 2012, p. 01)

Para Paloshi (2012), a morte de Aldo Mota aconteceu em um contexto da luta pelos direitos territoriais dos povos indígenas, especificamente a luta pela homologação da área da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Em Roraima, o reconhecimento dos direitos dos índios encontra resistência e oposição de boa parte da classe que domina a economia e a política do estado. Essas considerações nos faz observar que predomina em Roraima uma profunda visão anti-indigenista criada na sociedade por uma campanha ostensiva contra o direito dos povos à terra, além do preconceito acentuado (SOUZA, 2012)

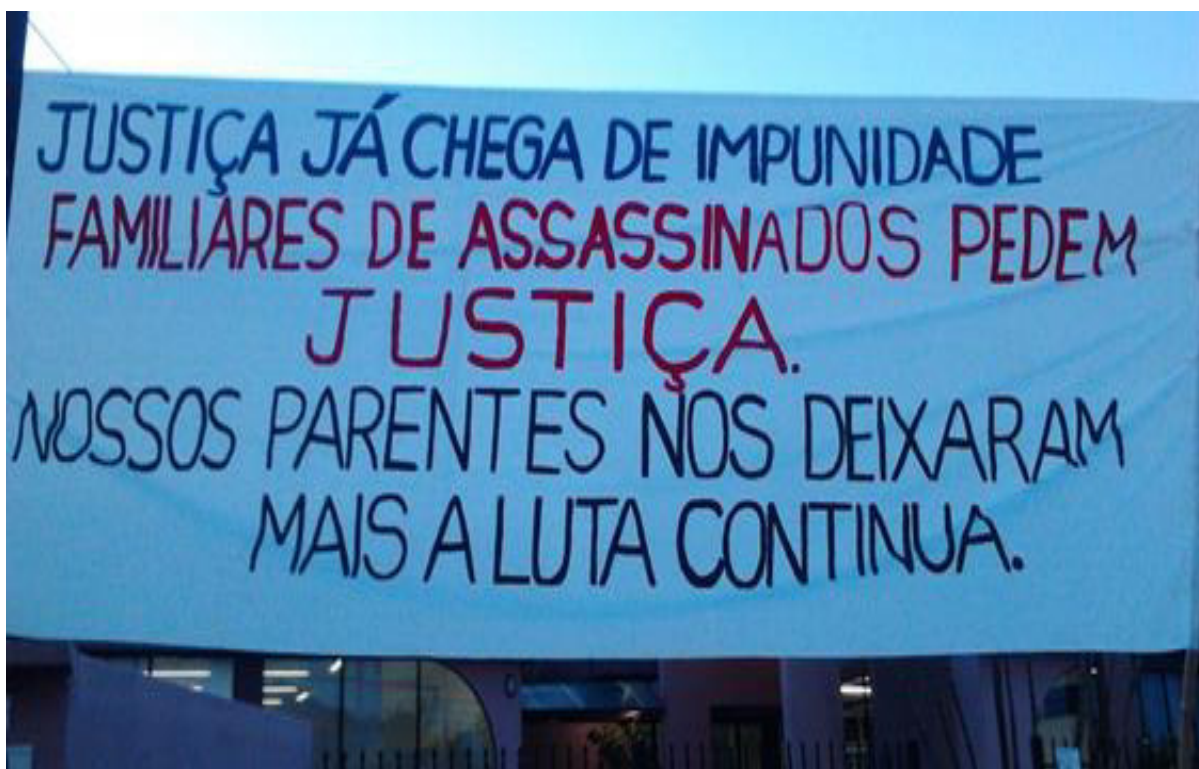
A partir das considerações aqui feitas, pode-se chegar a algumas conclusões em torno da violação dos direitos indígenas em Roraima, especificamente o ato criminoso praticado contra Aldo da Silva Mota. A primeira é que grande parte das transgressões que ocorreram estiveram diretamente associada à disputa pela terra como espaço de interesse dos não indígenas com finalidades da expansão das fazendas de criação de gados, exploração ilegal de minérios, madeiras e outros recursos naturais. A segunda conclusão que se pode chegar é que o poder público local, isto é, Poder Executivo e Legislativo, exerceram uma “política” de linha dura para com os povos indígenas a partir de suas organizações reivindicatórias pelos direitos. A terceira consideração que se pode chegar é que os próprios povos são protagonistas na luta pelo respeito aos seus direitos.

Em documento divulgado publicamente à população de Boa Vista, antes do julgamento do indígena Aldo, os povos indígenas, que lutam contra as impunidades dos agressores, afirmam: “Muitas lideranças perderam seus familiares e inúmeras famílias sofrem as consequências da marca de violência de seus familiares que carregam consigo até os dias atuais. Eles viram corpos de suas lideranças sobre uma lona preta, com marcas de balas. Até os dias atuais os assassinos estão impunes” (Folhaweib, 2012)

---

<sup>68</sup> Parte desse texto foi apresentado no II Simpósio Brasileiro de Sociologia – Norte, realizado em setembro de 2012, na Universidade Federal do Amazonas, intitulado de “Violência contra etnias indígenas de Roraima em luta pela terra – uma análise do julgamento da morte do índio Macuxi Aldo da Silva Mota”.

O julgamento dos acusados pelo assassinato de Aldo da Silva Mota reacende a necessidade de uma ampla mobilização junto à sociedade e aos poderes públicos para que a população desperte e veja com outros olhares não preconceituosos os povos indígenas, mas sim como sujeitos históricos, que merecem respeito pelas suas lutas e tradições culturais.



**Figura 12: Faixa exposta frente a OAB, em maio de 2012**

**Fonte:** Paulo Sérgio Rodrigues da Silva, 2012.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim diz na historiografia local conservadora sobre a convivência entre índios e não índios:

Do início do século XX até 1970, os índios **viviam em clima de harmonia** (grifo nosso) com os não-índios, segundo se aludiu inicialmente. Nesse período, houve uma integração social e até cultural. Os índios passaram a conhecer e utilizar os objetos e alguns equipamentos de produção trazidos pelos não índios, como terçado, enxada, machado, serrote e outros (MIRANDA, 2004, p.113).

Afirmações ideológicas não resistem a uma investida epistemológica da história, enquanto ciência que investiga, analisa e critica os fatos ditos como verdadeiros. Desmascarar as versões oficiais da história, que somente agradam a uma pequena elite, e mostrar outras leituras foi uma tarefa que exigiu uma ampla pesquisa em várias fontes. As fontes pesquisadas mostraram que a versão oficial da história é facilmente refutada pela vasta documentação que apontam para conflitos extremamente violentos. Então, o que justifica para os ditos historiadores e mídias local sustentar uma versão ideológica da história, sem fundamentos documentais? Somente os projetos das elites capitalistas podem justificar uma história que anula os conflitos, a resistência e as lutas.

As classes sociais dominantes, ao fazerem valer sua visão de mundo, procuram anular a história de violência praticada historicamente pelos colonizadores, fazendeiros, garimpeiros, mineradores, rizicultores, para isso contam com o auxílio da imprensa para negar os fatos afirmando que sempre “brancos e índios viveram pacificamente” em Roraima.

A história da atuação da imprensa brasileira, em todas as suas fases, é marcada pela instrumentalização da notícia, são inúmeras as situações em que a mesma, que geralmente pertence a grupos políticos ou grandes empresários, manipula os fatos e faz parecer diante do leitor aquilo que é conveniente na sua ótica. Confirmando tudo que investiguei nesta pesquisa Burgardt (2011) que os grandes produtores rurais, como atores políticos, tiveram em Roraima a mídia a seu favor. Quase todos os meios de comunicação em Boa Vista estão sob o controle dos grandes proprietários e políticos. Assim sendo, as convicções destes, refletem diretamente na mídia, exercendo dessa forma um controle da mentalidade bastante eficaz. “O exercício efetivo deste controle cria certa impotência na população, mantendo-a alienada, sujeita a todo tipo de articulação que possa mascarar a realidade (BURGARDT, 2011, p. 180).

Para concluir, o que podemos esperar de uma historiografia local e dos meios de comunicação em mãos dos grupos políticos, comprometidos apenas com seus próprios

interesses? A melhor resposta a essa inquietante indagação é apostar na organização dos movimentos sociais que há anos têm procurando construir outra história. Também, podemos apostar nas mídias alternativas como jornais de sindicatos, movimentos, ONGs e Igrejas. No entanto, é fundamental observar os conceitos: radical, marginal e alternativo, do contrário, os projetos estarão fadados a repetir os mesmos erros da historiografia do “faz de conta”.



## REFERÊNCIAS

21 ÍNDIOS foram assassinados no conflito pela posse da terra. **Vira-Volta – Nós Existimos, Boa Vista**, abril de 2005. Ano 12. Edição: 83. Pág. 04

A.º.G.º.D.º.A.º.D.º.U.º. Carta da Amazônia. **Folha de Boa Vista**, Boa Vista, 30 de mar. 2004, p. 01

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO. Procuradoria Geral Federal. Processo nº 2008.42.002233-5. (Impresso)

AGENCIA BRASIL. **Para Ottomar Pinto, homologação de reserva cria "apartheid às avessas"**. 26 de abril de 2005. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2005-04-27/para-ottomar-pinto-homologacao-de-reserva-cria-apartheid-avessas>. Acessado em: 14 de setembro de 2013.

ALBERT, Bruce. **O Massacre dos Yanomami de Haximu**. Documentos Yanomami Nº 1. Brasília – Boa Vista: CCPY Pró-Yanomami, 2001.

AMNESTY International. **"Estrangeiros em Nosso Próprio País": Povos Indígenas do Brasil**. Amnesty International, Londres, 19 fev. 2005 Disponível em: <http://web.amnesty.org/library/Index/ENGAMR190022005?open&of=ENG-BRA>. Acesso em: 12 jan. 2007

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando – Introdução a Filosofia**. 3ª ed. revista. São Paulo: Moderna, 2003.

ARAUTO. Boa Vista: Edição nº 1, s/d

ARENDDT, Hannah. **Sobre a violência**. Tradução André Duarte. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ÁTOMO, a edição de 26/07/1952

ÁTOMO. Boa Vista: 26 de julho de 1952, p.03.

BERNARDO, Cláudio. Mozarildo critica Campanha da Fraternidade deste ano. **Agência Senado**, Brasília, 23 fev. 2007, Disponível em: <http://www.senado.gov.br/agencia/verNoticia.aspx?codNoticia=61173&codAplicativo=2>. Acesso em: 24 fev. 2007.

BOFF, Leonardo. **Teologia do cativo e da libertação**. São Paulo: Circulo do Livro, 1980.

BOLETIM. Arquivo Setor Indigenista. Diocese de Roraima. Coord. Amanuelle Amodio (Impresso).

BRASIL OESTE. **Governador de Roraima decreta luto oficial por homologação da Raposa.** Disponível em: <http://www.brasil Oeste.com.br/2005/04/raposa-serra-do-sol-15/>. Acessado em 14 de setembro de 2013.

BRASIL, Amazonas. Índios, pioneiros e a violência. **Folha de Boa Vista.** Boa Vista, 28 e 29 fev. 2004. Caderno Opinião, p. 02

BRASIL, Rio Branco. A Questão Indígena Local V. **Folha de Boa Vista,** 18 dez. 2003. Caderno Opinião, p. 02.

BRASIL, Amazonas. **Roraima e a questão fundiária.** S/E, Boa Vista: 2008.

BUCCI, Eugênio. **Sobre Ética e Imprensa.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

BURGARDT, Victor Hugo Verpo. **Cotidiano, Identidade e Representações. Terra Indígena Raposa/Serra do Sol e Parque Nacional Canaima. Ambivalências de Boa Vista (Brasil) e Cidade Bolívar (Venezuela).**(1970-2005) 412 f. Dissertação (Doutorado História) – Instituto de Ciências Humanas – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. **Embates políticos na fronteira setentrional do Brasil – A difícil digestão da Raposa Serra do Sol.** Jundiá: Paco Editorial, 2011.

CAMPANHA ajuda recuperar Missão Surumu. **Vira-Volta** Ano 14. Edição 95. Boa Vista, abril, 2006.

CARNEIRO, José Maria Gomes. **IMPrensa Oficial - A necessidade de notícias – um sentido social.** Centro de Comunicação, Educação, Letras e Secretariado. Departamento de Comunicação Social. Universidade Federal de Roraima. Boa Vista, 1998.

Carta da 32ª Assembléia Geral dos Tuxauas. **Os Povos Indígenas e Respeito ao Meio Ambiente.** Disponível: [http://www.amazonia.org.br/guia/detalhes.cfm?id=58726&tipo=6&cat\\_id=43&subcat\\_id=179](http://www.amazonia.org.br/guia/detalhes.cfm?id=58726&tipo=6&cat_id=43&subcat_id=179). Acesso em: 13/07/2006

CARVALHO, João Renôr F. de. **Resistência indígena no Piauí colonial.** Imperatriz, MA: Gráfica Brasil, 2008.

CARVALHO, Joênia Batista. Advogada do Conselho Indígena de Roraima. Entrevista concedida ao autor em 14 de fevereiro de 2007.

CCPY/CEDI/CIMI. Roraima: **O Aviso da Morte.** Relatório sobre a viagem da Comissão da Ação pela cidadania ao Estado de Roraima, entre 9 a 12 de junho de 1989. São Paulo: s.ed., 1989.

CENTRO Internacional de Investigação para a Paz; Universidade para a Paz das Nações Unidas. **O estado de paz e evolução da violência: a situação da América Latina.** [Tradução: Maria Dolores Prades] Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Linguagem dos Conflitos**. 1.ed. Coimbra: Minerva, 2001.  
CHAUI, Marilena de Souza. **O que é ideologia**. 38ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.  
(Coleção Primeiros passos: 13)

CHEGANDO para discutir a sociedade de Roraima. **O Povo de Roraima**. 24 a 30 de abril de 2006, p. 01

CIDR. **Índios e Brancos em Roraima**. Coleção Histórico-Antropológica, nº 2. Coronária, 1990.

CIMI. **Índios finalizam manifestação**. Folhaweab. Disponível em: [www.folhabv.com.br/noticia.php?id=129444](http://www.folhabv.com.br/noticia.php?id=129444). Acessado em: 17 de maio de 2012.

CLEMENTINO, Alcelino. [et al]. **Os Filhos de Macunaimê – Vida, História, Luta – ou vai ou racha. A luta continua**. São Paulo: Loyola, 2004.

CNBB. **Por uma terra sem males fraternidade e os povos indígenas: texto-base da Campanha da Fraternidade 2001**. São Paulo: Editora Salesianas, 2001.

CNBB. **Vida e Missão Neste Chão Fraternidade e Amazônia: texto-base da Fraternidade 2007**. São Paulo: Editora Salesianas, 2007.

CNBB-CIMI, **Em defesa do povo Yanomami**. Brasília. 1988.

CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA. **Nota Pública acerca do julgamento dos assassinos de Aldo Mota: Justiça já! Basta de impunidade!**. Disponível em: <http://racismoambiental.net.br/2012/05/nota-publica-acerca-do-julgamento-dos-assassinos-de-aldo-mota-justica-ja-basta-de-impunidade/>. Acessado em: 20 de outubro de 2013

CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA-CIR. **Relatório de Violências contra a População Indígena da T.I. Raposa/Serra do Sol**. Agosto de 1999.

CORDEIRO, C. I. R. **A criação do Território Federal do Rio Branco, de 1943 a 1964**. Boa Vista: Universidade Federal de Roraima, Departamento de História, 2012.

CORREIA, Cyneida. Manifestantes fecham sete rodovias. **Folha de Boa Vista**, 07 jan 2004. Caderno Cidade, p. 03-A.

CORREIA, Cyneida. PT assume postura pró-homologação. Caderno Política. **Folha de Boa Vista**. Boa Vista, 22 abr.2005

CORTEZ, Hernan. **A conquista do México**. Tradução Jurandir Soares dos Santos. Porto Alegre: L&PM, 2001.

COTES, Paloma e BRUM, Eliane. Semeando discórdia. O maior líder da oposição à Raposa Serra do Sol tem terras irregulares e é investigado por crimes. **Época Online**, São Paulo, 20 abr. 2005. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG70032-6014,00.html>. Acesso em: 22 dez 2006.

CRIME, vandalismo e destruição. Encapuzados incendiam Centro Indígena de Formação. **Vira-Volta**. Ano 13. Edição 89, setembro, Boa Vista, 2005

CRIMES na Terra de Makunaíma... entre plantações e populações. **Vira-Volta**. Ano 17. Edição 79, outubro/novembro, Boa Vista, 2004.

CUNHA, Manoela Carneiro da. **História dos índios do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras/Fapesp/SMC, 1992.

DIOCESE DE RORAIMA. **Fazendeiros fazem terrorismo em Roraima**. Carta Pastoral. s/d.

DIRETRIZES. Boa Vista: L.I. Oliveira – Editora e Publicidade, n.2, jan./fev., 1991

DOMINGUES, A. **Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

DUARTE, Luciana. **O caso gafanhotos sob a ótica da imprensa: uma análise do conteúdo impresso local e nacional na operação “Praga do Egito”**. Universidade Federal de Roraima. Boa Vista, 2005 (monografia).

Edição Eletrônica do Dicionário Houaiss. Disponível em: <http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm>. Acesso em: 18 julho 2013.

EDITORIAL. **Vira-Volta**, Boa Vista, jun. 1996, p. 02.

ESTADO DE RORAIMA. Decreto Nº6.289, 18 de abril de 2005. **DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE RORAIMA**. Ano XV, nº 072, Boa Vista, 19 de abril de 2005. (p. 2 e 3). Disponível em: <http://www.imprensaoficial.rr.gov.br/diarios/doe-20050419.pdf>. Acessado em: 18 fev. de 2014.

EVANGELISTA, Fernando. Vale a pena ser jornalista? **Caros Amigos**. São Paulo, n. 117, p. 17, dez. 2006

FARAGE, Nádia. **As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991.

FARIAS, Elaíze. **Terras perdem duas toneladas de ouro por mês**. Portal A Crítica Amazônia. Disponível em: [http://acritica.uol.com.br/amazonia/Barcelos-Terras-perdem-toneladas-ouro-Aldeia-Watoriki-Amazonas-Amazônia-Manaus\\_0\\_802719825.html](http://acritica.uol.com.br/amazonia/Barcelos-Terras-perdem-toneladas-ouro-Aldeia-Watoriki-Amazonas-Amazônia-Manaus_0_802719825.html). Acessado em: 13 out. 2013

FEARNSIDE, Philip Martin - Barbosa, Reinaldo Imbrozio. **Benefícios políticos como barreiras a Avaliação dos custos ambientais no Planejamento de desenvolvimento da Amazônia brasileira: o exemplo da Hidrelétrica de Jatapu em Roraima**. Disponível em: <http://agroeco.inpa.gov.br>. Acesso em: 08 out. 2006.

FILHO, J.B. **Desenvolvimento de quem?** Folha Web. 03/11/2012. Disponível em: Disponível em: [http://folhabv.com.br/Noticia\\_Impressa.php?id=139303](http://folhabv.com.br/Noticia_Impressa.php?id=139303). Acessado em: 6 set. 2013

FOLHA DE BOA VISTA, Boa Vista: Editora Boa Vista , 31/01/2000, Caderno Municípios, p. 07. M

FOLHA DE BOA VISTA, Boa Vista: Editora Boa Vista 31/01/2000, Caderno Municípios, p. 07.

FOLHA DE BOA VISTA, Boa Vista: Editora Boa Vista, edição de 17/03/2006 – Caderno Cidade

FOLHA DE BOA VISTA, Boa Vista: Editora Folha de Boa Vista, 2005, p 03 b

FOLHA DE BOA VISTA, **Nota aos leitores**. Boa Vista: Editora Boa Vista, maio de 2009, p. 01.

FOLHA DE BOA VISTA. Boa Vista: Editora Boa Vista Edição dos dias 13/15/16 de dezembro de 1987.

FOLHA DE BOA VISTA. Boa Vista: Editora Boa Vista. Edição de 02 de novembro de 2006.

FOLHA DE BOA VISTA. Boa Vista: Editora Boa Vista. Edição de 11 e 12 de janeiro de 2004

FOLHA DE BOA VISTA. Boa Vista: Editora Boa Vista. Edição de 19 de abril de 2005

FOLHA DE BOA VISTA. Boa Vista: Editora Boa Vista. Edição de 21 de janeiro de 2004

FOLHA DE BOA VISTA. Boa Vista: Editora Boa Vista. Edição de 30 de março de 2004

FOLHA DE BOA VISTA. **Governos doa R\$ 100 mil para Sodiur**. Boa Vista: Folha Web, 27 de janeiro de 2002. Disponível em: <http://www.folhabv.com.br/politica/governo26.htm>. Acessado em: 30 de janeiro de 2002.

FOLHA DE SÃO PAULO. Editora Folha de São Paulo. Edição de 13 de março de 2005.

FOUCALT, Michel. **Microfísica do Poder**. 9 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

FOUCALT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 33. ed. [tradução de Raquel Ramallete]. Petrópolis, Vozes, 2007.

FRANK, Erwin Heinrich. **Lauda Antropológico**. Comissão Interdisciplinar. s/d.

FREITAS, Aimberê. **Geografia e história de Roraima**. Boa Vista: DLM, 2001.

FREITAS, Leandro. Jornalista. Entrevista concedida ao autor em 11 de jan. 2007.

FREITAS, Marilena. Decisão poderá estagnar economia. Caderno cidade. **Folha de Boa Vista**, Boa Vista, 06 jan.2004, pág. 05

FREITAS, Marilena. Manifestação resulta em bloqueio de estradas e detenção de padres. **Folha de Boa Vista**, 07 jan 2004. Caderno Política, p. 03-A.

FREITAS, Marilena. Manifestação resulta em bloqueio de estradas e detenção de padres. **Folha de Boa Vista**, 07 jan 2004. Caderno Política, p. 03-A.

GOMES, Loide. Mecias pede discurso moderado de bispo. **Folha de Boa Vista**. Boa Vista, 19 jul. 2005. Caderno Política, p. 04

GUIMARÃES, Bezaleel Gonçalves. A homologação, o povo e os políticos. **Folha de Boa Vista**, 22 abr. 2005, Caderno Opinião, p. 02

HECK, Egon. **Missão Surumu: Das cinzas nascerá a flor**. CIMI MS, 2005. Disponível em: <http://www.cimi.org.br/?system=news&action=read&id=1486&eid=247>. Acesso em: 12 nov. 2006.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou Matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz de Malmesbury. 3 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1993.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Brazil: Violence Against the Macuxi and Wapixana Indians in Raposa Serra do Sol and Northern Roraima from 1988 to 1994**. Disponível em: [www.hrw.org/sites/default/files/reports/BRAZIL946.PDF](http://www.hrw.org/sites/default/files/reports/BRAZIL946.PDF). Acessado em: 11 nov. 2013.

IANOMÂMIS [sic] chacinados podem chegar a 40. **A Crítica**, Manaus, ago. 1993. Caderno de Polícia, p.08

INDÍGENA foi morto e enterrado em cova rasa na fazenda de vereador. **Folha de Boa Vista**, Boa Vista, 10 jan. 2003, p.01

ÍNDIOS invadem fazenda de vereador no Mutum. **Folha de Boa Vista**. Caderno Policial. 08 de janeiro de 2003, p. 12.

INSTITUTO de Medicina Legal do Distrito Federal. Laboratório de Antropologia Forense Laudo Cadavérico N° 1295/2003. Peritos: Malthus F. Galvão & Eduardo S. Reis. Brasília, 17 de fevereiro de 2003.

ISA. **Funai, PF e Exército promovem ações para impedir garimpo ilegal na TI Yanomami, em Roraima**. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/funai-pf-e-exercito-promovem-aco-es-para-impedir-garimpo-ilegal-na-ti-yanomami-em-roraima>. Acessado em: 14 out. 2013.

JOAQUIM, Jupira Simões Sandoval. **Raposa/Serra do Sol: Demarcação Territorial. Disputa Ideológica dos Atores nas Notícias da Imprensa Roraimense**. 2003. 186 f.. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

JORNAL BOA VISTA, edição de 24 de fevereiro de 1962, Ano I, N° 14,

JÚNIOR, A. **Índios migram para centros urbanos**. Edição de 19 de outubro de 2013. Disponível em: [http://folhabv.com.br/Noticia\\_Impressa.php?id=160206](http://folhabv.com.br/Noticia_Impressa.php?id=160206). Acessado em: 19 de outubro de 2013.

JUSTIÇA FEDERAL. **Entenda o esquema dos gafanhotos em Roraima. Folha de São Paulo online, 12 dez. 2003.** Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u56389.shtml>. Acessado em: 13 out. 2013.

KOCH-GRÜNBERG, Theodor. **Do Roraima ao Orinoco, v. 1: observações de uma viagem pelo norte Brasil e pela Venezuela durante aos 1911 a 1913.** Tradução Cristina Alberts-Franco. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

KOSSOY, Boris. In: Bragança, Aníbal; Moreira, Sonia Virgínia (org.) **Comunicação, acontecimento e memória.** São Paulo, Intercom, 2005.

LAS CASAS, Frei Bartolomé de. **O paraíso destruído: a sangrenta história da conquista da América espanhola.** Porto Alegre: L&PM Editores, 1985.

LEAL, Maria do Socorro Pereira. **Raposa Serra do Sol no discurso político roraimense.** Boa Vista: Editora da UFRR, 2012.

LIDERANÇAS indígenas fazem mobilização contra a impunidade. Folhaweab - edição de 15 de maio de 2012. Disponível em: <http://folhabv.com.br/noticia.php?id=129326>. Acessado em: 20 de outubro de 2013

LIEBEL, Vinícius. **Humor gráfico – apontamentos sobre a análise das charges na História.** Disponível em: <http://www.anpuh.uepg.br/Xxiii-simposio/anais/textos/VIN%C3%8DCIUS%20AUR%C3%89LIO%20LIEBEL.pdf>. Acesso em: 9 de junho de 2007.

LIMA, Edersen. Cinismo coletivo. **Fonte Brasil**, Boa Vista, 2 nov. 2005. Disponível em: <http://www.fontebrasil.com.br>. Acesso em: 13 out. 2006.

LIMA, Janielle Araújo. **A questão fundiária em Roraima – Raposa Serra do Sol: a cobertura jornalística da Folha de Boa Vista (abril de 2008 a março de 2009).** Universidade Federal – Centro de Comunicação e Letras – Departamento de Comunicação Social, Boa Vista, 2009.

LIMA, José Nagib da Silva. **Educação Indígena em Roraima.** Boa Vista RR. Monografia apresentada ao Curso de Especialização em História da UFRR; 1993 (datilografado)

LIMA, Maria Goretti Leite de. **O Índio na Mídia Impressa em Roraima.** 2001. 160 f. Dissertação (Mestrado em Multimeios) - Instituto de Artes, Unicamp, Campinas, 2001.

LOPES, Rebeca. Folha comemora 23 anos de existência. **Folha Boa Vista**, Disponível: <http://www.folhabv.com.br/noticia.php?editoria=cidades&Id=14809>. Acessível em: 21 out. 2006.

LÖVY, Michael. **Ideologias e Ciência Social.** Elementos para uma análise marxista. 16.ed. São Paulo: CórteX, 2003.

LUFT, Schirley. Raposa Serra Do Sol. Os desafios da imprensa. **Obesrvatório da Imprensa**, São Paulo, 17 mai. 2005. Disponível em:

<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=329OFC002>. Acesso em: 27 jan. 2007

MAGALHÃES, Dorval de. **Roraima: informações históricas**. 4. ed. Rio de Janeiro: Dorval de Magalhães, 1986.

MAGELA, Geraldo. **Raposa/Serra do Sol: da festa à violência**. Folha Opinião Caderno Tendências/Debates. São Paulo, domingo, 09 de outubro de 2005, disponível em: [www.cimi.org.br](http://www.cimi.org.br). Acesso em: 10/07/2006.

MAMOU, Yves. **“A culpa é da imprensa!” Ensaio sobre a fabricação da informação**. (Tradução: Felipe José Lindoso). São Paulo: Marco Zero, 1992.

MARCO. **Charge: Discórdia Macabra**. Folha de Boa Vista, Boa Vista, 17 jan. 2003. Caderno Opinião, p. 02

MARCO. **Charge: E na Raposa/Serra do Sol. Folha de Boa Vista**, Boa Vista, 03 e 04 jul. 2004. Caderno Opinião, p. 02

MARCO. **Charge: Enfim Uma Reação. Folha de Boa**, Boa Vista, 07 jan. 2004. Caderno Opinião, p. 02

MARCO. **Charge: Esquisito. Folha de Boa Vista**. Boa Vista, 27 abril de 2005. Caderno Opinião, p. 02

MARCO. **Charge: O mártir que faltava**. Folha de Boa Vista, Boa Vista, 11 e 12 jan. 2003. Caderno Opinião, p. 02

MARCO.. **Charge: Volta ao passado. Folha de Boa Vista**, Boa Vista, 04 maio 2005. Caderno Opinião, p. 02

MARQUES, Marcelo. **A SAÍDA - Getúlio Cruz revela motivos que o levaram a pedir exoneração**. Roraima Hoje online. Edição de 16 de janeiro de 2012. Disponível em: <http://www.roraimahoje.com.br/home/politica/9722-a-saida-getulio-cruz-revela-motivos-que-o-levaram-a-pedir-exoneracao.html>. Acessado em: 18 de abril de 2013

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Tradução Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998. (Clássicos).

MENEZES, Murilo Bezerra de. Pioneiro na área de jornais em Roraima. Entrevista concedida ao autor em 16 de maio de 2006.

MESSIAS G. G., “Alegações Finais”, 09 de outubro de 1995. In autos nº. 920001634-0 p. 341 e 346 s.n.t)

METRE, Lea; SOUZA, Ana Paula de. Preconceito e lutas pela terra causam mortes de índios. **Fundação Nacional do Índio**. Disponível em: [www.funai.gov.br](http://www.funai.gov.br) . Acesso em: 10 jul. 2006



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL Ação Penal nº 2003.42.00.001839-9 Peça: Aditamento da Denúncia - MPF ADIT. Denúncia 001/2003. Darlan Airton Dias – Procurador da República. Boa Vista, 23 de outubro de 2003

MIRANDA, Alcir Gursen de (Coord.) **Área Indígena Raposa/Serra do Sol: Visão Regional**. Boa Vista, GTE/RR, 2004.

MIRANDA, Alcir Gursen de. **Historiando a Terra de Macunaíma (a questão indígena)**. Boa Vista: Faculdade Atual/Instituto Gursen De Miranda, 2002.

MIRANDA, Margareth Maria Coimbra dos Reis. **A propaganda no jornal impresso em Roraima**. Boa Vista-RR, 1994, UFRR, Faculdade de Comunicação – Departamento de Comunicação social (monografia)

MIRAS (et al.). **Makunaima grita: Terra Indígena Raposa Serra do Sol e os direitos constitucionais no Brasil**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009.

MISSÃO do Surumu é saqueada. **Conselho Indigenista Missionário**, Manaus, 17 set. 2005. Disponível em: <http://www.cimi.org.br/?system=news&action=read&id=1470&eid=247>. Acesso em: 04/11/2006.

MONGIANO, Aldo. Dom Aldo Mongiano (1975-1996): Vinte anos de atuação em Roraima. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis/RJ, n. 236, p.904-915, dez.1999.

MONGIANO, Aldo. **Roraima entre profecia e martírio: testemunha de uma igreja entre índios nas lembranças de Dom Aldo Mongiano, missionário da Consolata: Bispo de Roraima desde 1975 até 1996; tradução Bruno Schizzerotto**. Boa Vista, RR: Diocese de Roraima, 2011.

MORAES, J. V. **OAB Roraima: um resgate histórico**. Boa Vista: Edição da OAB/RR, 2009.

MORAIS, Vângela Maria Isidoro de. **A mídia imprensa local: uma agenda de constrangimentos e motivações**. In Comunicação & Sociedade/ Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. Universidade Metodista de São Paulo. Nº 43, ano 26. UNESP, São Bernardo do Campo. 2004.

\_\_\_\_\_. **Filhos de Deus e netos de Makunaima: apropriações do catolicismo em terras makuxi**. 265 f. Dissertação (Doutorado em Sociologia) – Centro de Humanidades – Programa de Pós-Graduação em Sociologia - Universidade Federal do Ceará – Centro de Humanidades. Fortaleza-CE, 2013

**MORRE Humberto Silva, Presidente do Sindicato dos Jornalistas de Roraima. Federação Nacional dos Jornalistas, 17 jul. 2006. Disponível em: <http://www.fenaj.org.br/materia.php?id=1221>. Acesso em: 12 jan. 2007.**

MOURA, Eneogusto Vieira de. **Os bravos de Santa Cruz: Um Caso na caminhada para a Organização e Emancipação Indígena**. Boa Vista: UFRR/Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-

Graduação, 1996. Trabalho de conclusão do curso de Especialização em História Sócio-Econômica da Amazônia Brasileira. (digitado).

O POVO DE RORAIMA – um jornal completo. Boa Vista, 24 a 30 de abr. 2006 – Ano I – N° 01.

ODALIA, Nilo. **O que é violência**. São Paulo: Brasiliense, 1985

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de. **A herança dos descaminhos na formação do Estado de Roraima**. São Paulo. Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP, 2003. xv, 405 pp.

PALOSHI, Dom Roque. **Nos caminhos da impunidade**. CIMI. Disponível em:

PARABÓLICA. **Folha de Boa Vista**. Boa Vista, 13 jan. 2003. Caderno Política, p. 03.

PARABÓLICA. **Folha de Boa Vista**. Boa Vista, 19 abr.2005. Caderno Política, p. 03

PASA, Vitélio. Padre na Diocese de Roraima no período de 1986 a 1998. Entrevista concedida a Paulo Sérgio Rodrigues da Silva em 20 de abril de 2010.

PEREIRA, L.B. **O abandono da Raposa Serra do Sol**. Boletim Solidariedade Ibero-Americano. 2ª quinzena de abril de 2013, Rio de Janeiro, 2013

PERRONE-MOISÉS, B. Índios livres e índios escravos – princípios da legislação indígena do período colonial (séculos XVI a XVIII) In.: CUNHA, M. C. (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

PIMENTEL, Regina Lúcia Brito Piancó. **O jornalista, o repórter e a mídia impressa em Roraima**. Centro de Comunicação, Educação e Letras – UFRR: Boa Vista, 1996

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

PIRES, Carvílio. CNBB pedirá a Lula pressa na homologação. **Folha de Boa Vista**. Boa Vista, 28 e 29 fev. 2004. Caderno Política, p. 04

PIRES, Carvílio. Empresários criticam Governo Federal. **Folha de Boa Vista**. Boa Vista, 03 mar. 2005. Caderno Política, p. 04

PIRES, Carvílio. Igreja ameniza visita da cúpula da CNBB. **Folha de Boa Vista**. Boa Vista, 27 fev. 2004. Caderno Cidade, 06

PIRES, Carvílio. Parlamentares reagem contra acusação do presidente da CNBB. **Folha de Boa Vista**. Boa Vista, 02 mar. 2004. Caderno Política, p.04

PREFEITO de Normandia e índios temem que homologação provoque isolamento. **Folha de Boa Vista**, Boa Vista, 22 abril 2005. Geral, p. 04b

PROPRIEDADE do Governo do Território Federal do Rio Branco – Governador Gen. Clóvis Nova da Costa. **Boa Vista**. Boa Vista: Edição de 24 de fevereiro de 1962.

RAMOS, Alcida Rita. **O papel político das epidemias: o caso Yanomami**, Série Antropologia 153. Disponível em: [http://www.tre-rr.gov.br/noticia/2004/outubro/noticia021004\\_f.htm](http://www.tre-rr.gov.br/noticia/2004/outubro/noticia021004_f.htm). Acesso em: 30/07/2006

REGO, Jean Karter Furtado Rego. Entrevista sobre o jornal Brasil Norte. Mensagem recebida por sergio-04@uol.com.br em 24 de janeiro de 2007.

Relatório sobre a viagem da Comissão da Ação pela cidadania ao Estado de Roraima, entre 9 a 12 de junho de 1989. São Paulo: s/e, 1989  
Revista Eletrônica Época. Edição de 31/08/2012. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Brasil/noticia/2012/08/por-que-romero-juca-defende-exploracao-de-ouro-em-areas-indigenas.html>. Acessado em 4 set. 2013

Revista Universidade e Sociedade. Ano XX, Nº 46. Brasília: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, 2010, p. 142-151

RIBEIRO, Darci. **Os índios e a civilização**. 3 ed., Petrópolis/RJ: Vozes, 1982.

ROCHA, Leandro Mendes. **O Estado, as Fronteiras e os Índios no Brasil**: Algumas Considerações in GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL. I Encontro de Estudos Questões Indígenas. Brasília, 2003.

ROCHA, M. **Por que Romero Jucá defende a exploração de ouro em áreas indígenas**.

ROCHA, Ribamar. Silvestre critica atuação do CIR. **Folha de Boa Vista**. Boa Vista, 17 fev. 2004. Caderno Cidade, p. 05

RODRIGUES, Edílson. CIR atribui ataques ao prefeito de Pacaraima. **Folha de Boa Vista**, Caderno Cidade, p. 05, 19 de setembro de 2005.

RODRIGUES, Francisco. **No Parlamento por Roraima**. Coordenação de Serviços Gráficos: Brasília, 2006.

RODRIGUES, Shirley. **A imprensa escrita em Roraima: Uma questão de ética**. Boa Vista: Compukrmus, 1996.

RURIRU, Nonato. Índios invadem fazenda de deputado. **Folha de Boa Vista**. Boa Vista, 12 ago. 2003. Caderno Policial, p. 12

SAMPAIO, Alexandra. Uma vida dedicada à imprensa. **Folha de Boa Vista**. Boa Vista, 27 jun. 2005. Release 03.

SANTILLI, Paulo. **Aldeamentos**. Instituto Sócio Ambiental. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/pib/epi/macuxi/hist.shtm>. Acesso em: 4 de julho de 2007.

SANTILLI, Paulo. **Pemongon Pata: território Macuxi, rotas de conflitos**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

SANTOS, Breno Augusto. **Amazônia: potencial Mineral e perspectivas de desenvolvimento**. São Paulo. Edusp: 1981.

SANTOS, Nelvio Paulo Dutra. **Políticas Públicas, Economia e Poder. O Estado de Roraima entre 1970 e 2000**. 2004, 270f Tese (Doutorado em História) – Desenvolvimento sustentável do Trópico úmido (PDTU). Núcleo de altos estudos da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.

\_\_\_\_\_. **Política e poder na Amazônia: caso de Roraima (1970-2000)**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2013.

SCALZILLI, Guilherme. A ira da mídia vilã. **Revista Caros Amigos**. São Paulo, n. 117, p. 16, dez. 2006.

SENHORAS, Elói Martins. **A dinâmica política em Roraima**. Folha de Boa Vista (Web). 6 de abril de 2010. Disponível em: [http://www.folhabv.com.br/fbv/Noticia\\_Impressa.php?id=83522](http://www.folhabv.com.br/fbv/Noticia_Impressa.php?id=83522). Acessado em: 20 junho de 2011.

SÉRGIO, Pablo. Terrorismo covarde na penumbra da noite (II). **Folha de Boa Vista**. Boa Vista, 23 set. 2005. Caderno Opinião, p. 02

SILVA, P. S. R.; VIEIRA, J.G. Uma breve análise histórica do jornal Folha de Boa Vista e suas influências políticas e ideológicas. **NORTE CIENTÍFICO**, v. 5, n.1, dez. 2010, Boa Vista(RR): IFRR, 2010.

SILVA, P.S.R. **A violência contra os povos indígenas no foco do Jornal Folha de Boa Vista-RR - período de 1996 a 2005**. 2007, 109 f., Monografia - Universidade Federal de Roraima, Departamento de História, Boa Vista, 2007.

SILVA (et al). **Relatório da Comissão de Peritos – Demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol**. Boa Vista, 2004 (impresso).

SOARES, Jacy Souza Cruz. **Jornais impressos de Roraima – 1905 – 1997**. Centro de Comunicação, Educação, Letras e Secretariado. Departamento de Comunicação Social. Universidade Federal de Roraima. Boa Vista, 1998.

SOUTO MAIOR, Ana Paula. **Crime e impunidade em Roraima**. Conselho Indígena de Roraima, Boa Vista, fev. 2003. Disponível em: [http://www.cir.org.br/noticias\\_030221\\_dossie.php](http://www.cir.org.br/noticias_030221_dossie.php). Acessado em: 4 de julho de 2007.

SOUTO MAIOR, Ana Paula.. Roraima, dez anos de retrocesso. **Folha de Boa Vista**, Boa Vista, 26 fev. 2003.

SOUZA, A.M.M.N.; FRANÇA, H.M. **Processo número 01004079304-3**, movido contra o Jornal Folha de Boa Vista. Boa Vista, 2004.

SOUZA, J. **Inquisidores e nazistas**. Folha de Boa Vista, 31 de outubro de 2013, Caderno de Opinião, Boa Vista, 31 de out. 2013.

SOUZA, J. O buraco é aqui. **Folha Web**. Caderno Opinião de 05 de abril de 2013a. Disponível em: <http://folhabv.com.br/noticia.php?id=149391>. Acessado em: 15 de outubro de 2005.

SOUZAb, Jacir José de. **Carta enviada à Justiça e à FUNAI sobre a morte do índio macuxi**. Conselho Indígena de Roraima. Boa Vista, 2003. Disponível em: [www.cir.org.br](http://www.cir.org.br). Acesso em: 18 jul. 2006

SOUZA, J. Lavoura empestada. **Folha de Boa Vista**. Boa Vista, 03 mar. 2004b. Caderno Opinião, p. 02

SOUZAd, J. Reflexo de um discurso. **Folhawe**. Disponível em: <http://www.folhabv.com.br/noticia.php?id=129667>. Acessado em 13 nov. 2013.

SOUZAe, J. OAB lembra caso clássico de impunidade. **Folhawe**. [http://www.folhabv.com.br/Noticia\\_Impressa.php?id=67802](http://www.folhabv.com.br/Noticia_Impressa.php?id=67802). Acessado em: 16 de fevereiro de 2014.

SOUZAf, Olga Moreira. **A charge como manifestação ideológica**. Disponível em: [www.ifrr.edu.br/SISTEMAS/revista/index.php/revista/article/.../96](http://www.ifrr.edu.br/SISTEMAS/revista/index.php/revista/article/.../96). Acesso em 14 nov. 2013.

SOUZAg, W. **Deputado federal Paulo César Quartiero denuncia conspiração de ONGs**. Folha Web, 11 abril de 2011. Disponível em: <http://www.folhabv.com.br/noticia.php?id=106720>. Acessado em: 5 setembro 2013

SUPERINTENDÊNCIA de Polícia Federal. **Relatório da Polícia Federal - Inquérito da Polícia Federal nº 006/2003** Boa Vista, 14 de julho de 2003.

TITONHO diz que governo deve apurar com rigor erros do IML. **Folha de Boa Vista**, Boa Vista, 24 fev. 2003, Caderno Política, p. 04

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1982.

TRIBUNA DE RORAIMA. Boa Vista: Edição de 17 de outubro de 1987.

UM posto indígena no Alto Uraricoera. **Átomo**, Boa Vista, 08 de dezembro de 1951

VALENTE, R.; SALOMON, M. **BASA tenta cobrar dívida de Jucá há 5 anos**. Folha de S. Paulo 9/4/2005 Edição on-line: <http://fws.uol.com.br/folio.pgi/fsp2005.nfo/>. Acessado em: 12/10/2006

VALÉRIO, Luiz. Os coronéis da mídia de Roraima. **Portal Imprensa**, São Paulo, 20 jan. 2006. Disponível em: [http://portalimprensa.uol.com.br/portal/ultimas\\_noticias/2006/01/20/imprensa6893.shtml](http://portalimprensa.uol.com.br/portal/ultimas_noticias/2006/01/20/imprensa6893.shtml). Acesso em: 12 out. 2006.

VASCONCELOS, André dos Santos. **Negação do Óbvio**. A omissão da morte no conflito Xunumu Tamu nos jornais de Boa Vista. Boa Vista: UFRR/Departamento de Comunicação Social. 2001. Trabalho de conclusão do curso de Bacharelado em Comunicação Social. (digitado)

\_\_\_\_\_. Presidente da FUNAI em Roraima. Entrevista concedida ao autor em 16 ago. 2006.

\_\_\_\_\_. Diocese de Roraima: a participação da Igreja no processo de organização dos povos indígenas do estado. **Revista Textos & Debate**. Nº 02, Boa Vista: Universidade Federal de Roraima, 1996. Disponível em: <http://revista.ufrr.br/index.php/textosedebates/article/viewFile/915/755>. Acessada em: 16 de fevereiro de 2014.

VIEIRA, J. G. **Missionários, fazendeiros e índios em Roraima: a disputa pela terra – 1777 a 1980**. Boa Vista: Editora UFRR, 2007.

VIEIRA, J.G. Professor de História do Brasil na UFRR. Entrevista concedida ao autor em 20 mar. 2013

VIEIRA, Jaci Guilherme . **Amazônia: Igreja de Roraima , Um caminho a percorrer**. Missões, São Paulo, v. 10, p. 28-30, 2005.

VIEIRA, Jaci Guilherme . **Lideranças do contestado A formação e atuação das chefias cablocas**. Universidade e Sociedade (Brasília), v. 35, p. 126-127, 2005.

VIEIRA, Jaci Guilherme. **A farsa da morte do índio Aldo**. Folha de Boa Vista, Boa Vista, 07 mar. 2003. Caderno Opinião, p. 02

VIEIRA, Jaci Guilherme.. A população indígena nas páginas policiais. **Vira-Volta/Nós Existimos**. Boa Vista, ago. 2003, p. 04

VIEIRA, Jaci Guilherme.. **Missionários, Fazendeiros e Índios em Roraima: a disputa pela terra – 1777 a 1980**. Boa Vista: Editora UFRR, 2007.

VIERA, Frei Frederico (Coord.). **Compêndio do Vaticano II**. Constituições, Decretos e Declarações. 17 ed., Petrópolis/RJ: Vozes, 1984

VIERA, J.G.; SILVA, P.S.R. *As estratégias de apropriações indevidas de verbas públicas federais no governo de Roraima: um estudo do escândalo dos gafanhotos*. **Revista de Filosofia e Ciências Humanas Texto & Debate edição on-line**. v. 1, n. 19 (2012). Editora da UFRR, Boa Vista. Disponível em: <http://revista.ufrr.br/index.php/textosedebates/article/view/1189>. Acessado em 12 de setembro de 2013.

VIRA-VOLTA. Boa Vista: Edições de 1996 a 2003

VIRA-VOLTA. Boa Vista: Nós Existimos, edição 77, agosto de 2003.

VIRA-VOLTA. Boa Vista: Nós Existimos, edição 79, agosto de 2005.

VIRA-VOLTA. Boa Vista: Nós Existimos, edições de 1996 a 2003

XAUD JÚNIOR, Jamil Moisés. **A construção da realidade macuxi, segundo a mídia**. Boa Vista: DLM, 1999.

